



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

DEPEN

Relatório de Gestão 2008





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



RELATÓRIO DE GESTÃO 2008
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
TARSO GENRO

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional
AIRTON ALOISIO MICHELS

Diretor-Executivo
LUÍS HENRIQUE GARCIA ESTEVES

Diretor do Sistema Penitenciário Federal
WILSON SALLES DAMÁZIO

Diretor de Políticas Penitenciárias
ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 6º andar
CEP 70.064-901 Brasília/DF
Fone: (61) 3429-3656
e-mail: depen@mj.gov.br
Internet: <http://www.mj.gov.br/depen>

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	5
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	6
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	6
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	11
2.3. PROGRAMAS.....	17
2.3.1. PROGRAMA 0661 – APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL.....	17
2.3.1.1. Principais Ações do Programa.....	19
2.3.1.1.1. Ação 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso.....	19
2.3.1.1.2. Ação 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas.....	32
2.3.1.1.3. Ação 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais.....	41
2.3.1.1.4. Ação 8916 – Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais.....	46
2.3.1.2. Recursos de outros programas de governo executados pelo DEPEN	46
2.3.1.2.1. Programa 1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.....	47
2.3.1.2.1.1. Ação 8853 – Apoio à implementação de políticas sociais	47
2.3.1.2.1.2. Ação 8856 – Modernização de Estabelecimentos Penais.....	48
2.3.1.2.1.3. Ação 8858 – Valorização de profissionais e operadores de segurança pública.....	48
2.3.1.2.1.4. Ação 8860 – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais.....	51
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL	51
2.4.1. INDICADORES DE DESEMPENHO	51
2.4.1.1. Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário.....	52
2.4.1.2. Percentual de Mulheres em Presídios Femininos	53
2.4.1.3. Percentual de Presos que Trabalham	54
2.4.1.4. Outros indicadores – Acórdão nº 1.742/2006 TCU – Plenário	56
2.4.2. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	57
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS.....	58
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75
5.1 CONTRATOS DE REPASSES CELEBRADOS EM 2008 - RECURSOS DESCENTRALIZADOS À CEF EM 2008.....	82
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	82
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	82
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	82
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA	82
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	83
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	84
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	110
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	115
13. DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES DO TCU	116
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA	117
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE ETCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	119
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	119
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	125
17.1. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 2008.....	136
17.2. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS VIGENTES	142
17.3. PRESTAÇÕES DE CONTAS.....	146
17.4. INADIMPLÊNCIA SUSPensa E EFETIVA	148
17.5. CONTRATOS 2008 – SERVIÇOS CONTINUADOS	153
17.6. AQUISIÇÕES EM 2008: DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES, PREGÕES E ADESÕES.....	
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS	

1. IDENTIFICAÇÃO

Tabela 01 - Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada		
Nome completo da unidade e sigla	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	
CNPJ	00.394.494/0072-20 e 00.394.494/0008-02	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça - 30000	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Anexo II do Ministério da Justiça, 6º andar, sala 633, Brasília/DF, CEP 70064-900	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br/depen	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	➤ Art. 71 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal. ➤ Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007. ➤ Portaria MJ nº 674, de 20 de março de 2008.	
Código da UJ titular do relatório	200333	
Códigos das UJ abrangidas	200321 ¹ , 200323, 200324, 200332 e 200333	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Direitos da Cidadania -14	
Tipo de atividade	Conforme Art. 71 da Lei 7.210/84: O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	CEF – Departamento Penitenciário Nacional – CEF/DEPEN	200321
	Diretoria do Sistema Penitenciária Federal – DISPF/DEPEN	200323
	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN	200324
	DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional	200332
	DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional	200333

¹ A UG 200321 foi criada para a operacionalização do Contrato nº 003/2004. A Tomada de Contas Anual – TCA desta UG, realizada pela Caixa Econômica Federal, encontra-se agregada a este relatório.

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

As principais atribuições do DEPEN são as expressas no artigo 72 da Lei de Execução Penal:

- Acompanhar a fiel aplicação das normas da execução penal em todo o território nacional;
- Inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais;
- Assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos em Lei;
- Colaborar com as Unidades Federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais;
- Colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado;
- Coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais.

Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O quantitativo de vagas gerado, no sistema penitenciário, em todo o país, a partir de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – contando com as obras em andamento – representa cerca de 37% do total das vagas existentes no Sistema Penitenciário Brasileiro. A elevada representatividade das vagas geradas com recursos federais comprova o grau de dependência que muitos Estados possuem em relação ao FUNPEN e o quanto este Fundo é importante para o Brasil. Desde a sua criação já foram mais de 78 mil vagas produzidas e ainda há diversas obras em andamento que possibilitarão a geração de mais 22.570 novas vagas quando forem concluídas.

Em atendimento às assistências previstas na Lei de Execução Penal, o DEPEN, em 2008, formalizou diversos convênios com as Unidades Federativas com o objetivo de disponibilizar acesso à educação, saúde, atividades laborais dos presos e internados. Estas ações foram fortalecidas através de parcerias com o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria de Políticas para Mulheres.

Diante do avanço da criminalidade organizada e a quase impossibilidade dos Governos Estaduais manterem líderes de quadrilhas e presos de alta periculosidade em seus presídios, o Governo Federal, no ano de 2003, decidiu criar, implantar e gerir o Sistema Penitenciário Federal, construindo 05 (cinco) Penitenciárias Federais destinadas a estes tipos de criminosos. Esta primeira fase do sistema está praticamente concluída, pois 04

Penitenciárias estão prontas, sendo que, duas estão em funcionamento (Catanduvas/PR e Campo Grande/MS). Em maio de 2008, foram entregues as obras das Penitenciárias de Porto Velho/RO e Mossoró/RN. A última, a ser instalada nesta Capital Federal, terá início da sua construção ainda neste ano de 2009, eis que, parte dos recursos orçamentários e financeiros necessários está prevista na Lei Orçamentária da União do referido exercício e o terreno já foi disponibilizado pela Gerência Regional do Patrimônio da União em Brasília.

No último bimestre de 2008, tendo em vista a Portaria nº 323, de 20 de outubro de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que autorizou a realização de Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, para preenchimento de 600 (seiscentas) vagas para o cargo de Agente Penitenciário Federal, 44 (quarenta e quatro) vagas para o cargo de Especialista em Assistência Penitenciária e 12 (doze) vagas para o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, foram publicados os Editais para os certames referentes aos cargos citados. Com isso, depois de vencidas as fases previstas, os novos servidores serão lotados nos estabelecimentos penais federais de Mossoró/RN, Porto Velho/RO, Catanduvas/PR e Campo Grande/MS, suprimindo assim a grande necessidade de pessoal hoje existente.

Em abril de 2008, o projeto de elaboração dos Planos Diretores do Sistema Penitenciário das 27 Unidades Federativas foi consumado. Resultante de uma parceria sem precedentes entre o Governo Federal, através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) do Ministério da Justiça, e os governos estaduais, através dos órgãos responsáveis pela administração penitenciária.

O Plano Diretor do Sistema Penitenciário corresponde a um mecanismo de planejamento que contém um conjunto de ações a ser implementado pelas Unidades Federativas, a curto, médio e longo prazo, visando o cumprimento dos dispositivos contidos na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execução Penal, e nas diretrizes da política criminal emanadas do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, bem como o fortalecimento institucional e administrativo dos órgãos de execução penal locais.

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2007/2011. Este Programa é composto por ações que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2008, foi composto por 18 (dezoito) ações orçamentárias, são elas:

- 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública;
- 116S – Adequação Física de Penitenciárias Federais;
- 8916 – Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais;
- 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 8912 – Apoio a Implantação e ao Reaparelhamento de Escolas Penitenciárias;
- 8913 – Apoio à Implantação e ao Reaparelhamento de Ouvidorias;
- 8915 – Apoio à Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- 2526 - Capacitação em Serviços Penais;
- 1A18 - Construção da Escola Penitenciária Nacional;
- 116Q – Construção da Quarta Penitenciária Federal;
- 10M1 – Construção da Quinta Penitenciária Federal;
- 2272 – Gestão e Administração do Programa;

- 10D3 – Implantação do Sistema de Inteligência Penitenciária Federal;
- 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional;
- 8130 – Pesquisa e Produção de Dados sobre a Execução Penal;
- 2314 - Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso;
- 2316 – Serviço Penitenciário Federal.

O Departamento Penitenciário Nacional possui ainda a ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes –ILANUD, pertencente ao Programa 0681 (Gestão de Participação em Organismos Internacionais) e 2C52 – Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, pertencente ao Programa 0156 (Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres).

As ações 8914 (Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais) e 8915 (Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais) são viabilizadas por intermédio do Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal, que assina contratos de repasse, como mandatária do DEPEN, com as unidades federativas.

Assim, a Caixa Econômica Federal formaliza, acompanha e apresenta a prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Além disso, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa, é utilizado para balizar o custo das edificações. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

Os projetos de obras precisam, ainda, estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, os projetos só podem ser aprovados se obedecerem ao regramento estabelecido na Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003, que define as diretrizes a fim de prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem como nas psiquiátricas.

O Departamento participa também do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, um dos maiores projetos do Ministério da Justiça, que articula políticas de segurança com ações sociais.

As ações do DEPEN no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI foram outro ponto de grande relevância no ano de 2008.

Das 94 (noventa e quatro) ações que compõem o programa, 14 (quatorze) guardam relação direta ou indireta com as atribuições do DEPEN. São elas:

1. Construção de Estabelecimentos Penais Femininos: no ano de 2008 o DEPEN desenvolveu o projeto arquitetônico padronizado para essa unidade prisional feminina. No ano de 2009 iniciará a sua implementação nos Estados-Pronasci.
2. Construção de Penitenciárias para Jovens Adultos: desenvolvida também com projeto padronizado elaborado pelo DEPEN, 11 (onze) Estados receberam recursos em 2008 para construção dessa unidade prisional que terá capacidade para 421 (quatrocentos e vinte e um) presos da faixa etária entre 18 e 24 anos. Foram investidos nessa ação R\$ 133.200.000,00 (cento e trinta e três milhões e duzentos mil reais). Os Estados que receberam recursos em 2008 foram: AL, BA, ES, GO, MG, MT, PA, PI, RJ, RO e RS.

3. Construção de Módulos de Saúde: projeto padronizado desenvolvido também pelo DEPEN destina-se a prover unidades prisionais de estrutura física e equipamentos capazes de prestar a assistência a saúde da população carcerária. Foram investidos nessa ação R\$ 1.379.000,00 (um milhão, trezentos e setenta e nove mil reais). Os Estados que receberam recursos para edificação dos módulos foram: AL, MS, PA e RS.
4. Construção de Módulos de Educação: projeto arquitetônico padronizado desenvolvido pelo DEPEN. A sua implementação se dará a partir de 2009.
5. Implantação de Sistemas de Segurança Eletrônica nos Estabelecimentos Penitenciários Estaduais: esta ação tem por finalidade aperfeiçoar o sistema de controle de acesso dos principais estabelecimentos prisionais estaduais por meio do fornecimento de equipamentos de alta tecnologia. Foram investidos nessa ação R\$ 13.777.300,00 (treze milhões, setecentos e setenta e sete mil e trezentos reais). 20 (vinte) estados foram beneficiados: AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, SP, SE e TO.
6. Formação continuada de Agentes Penitenciários: 2 (dois) estados celebraram convênios com o DEPEN e receberam recursos para promover o aperfeiçoamento profissional de seus servidores penitenciários. Além do aperfeiçoamento profissional, os cursos aplicados capacitam os Agentes a serem inseridos no programa Bolsa-Formação. Foram investidos nessa ação R\$ 514.647,57 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).
7. Programa Bolsa-Formação: 20 (vinte) Estados assinaram instrumentos de adesão a essa ação no ano de 2008: AC, AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, MS, PA, PB, RJ, RN, RS, SC, SP, TO. Até o final do ano, 10.691 (dez mil, seiscentos e noventa e um) Agentes já estavam sendo contemplados com a complementação salarial em seus vencimentos. A expectativa para 2009 é que outros 39 (trinta e nove) Agentes sejam inscritos no benefício.
8. Formação Superior (Tecnólogo) para os Agentes Penitenciários: o DEPEN, em parceria com o Ministério da Educação e com a Secretaria Nacional de Segurança Pública está desenvolvendo um currículo padronizado para implementação dessa ação em todo o país.
9. Elevação da escolaridade dos presos por meio dos programas Brasil Alfabetizado, ProJovem, ProEja e Curso preparatório para o ENEM: 3 (três) Estados assinaram instrumento de adesão ao Projovem-Prisional: AC, PA e RJ. Foram descentralizados R\$ 2.726.781,72 (dois milhões, setecentos e vinte e seis mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos). Serão beneficiados 560 (quinhentos e sessenta) presos.
10. Assistência Jurídica ao preso: o DEPEN celebrou convênios com diversas Defensorias Públicas para promoção de assistência jurídica, principalmente ao preso provisório.
11. Plano Habitacional para Agentes Penitenciários: embora seja uma ação conduzida pela SENASP, compete ao DEPEN subsidiar aquela Secretaria com o efetivo disponível que se enquadre no perfil mínimo exigido para ingresso no programa.

12. Pintando a Liberdade: em parceria com o Ministério dos Esportes, este programa está em funcionamento em 26 (vinte e seis) Estados e em 2008 foi inserido também no Sistema Penitenciário Federal.
13. Formação de Educadores para o ProEja prisional: O ProEja prisional visa atender à necessidade de oferta de assistência educacional em estabelecimentos penais do país, para tanto foi celebrada parceria institucional com a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI para contratação de instituição especializada na elaboração, em um primeiro momento, de um diagnóstico nacional sobre a oferta de educação nas prisões. O processo de contratação dessa instituição foi consolidado em 2008. Os trabalhos de pesquisa de campo iniciam em 2009.
14. Efetivação da Lei Maria da Penha: ação desenvolvida em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Em 2008 ocorreu a realização de um seminário na cidade do Rio de Janeiro para estabelecer as premissas de funcionamento dos “Centros de Agressores”.

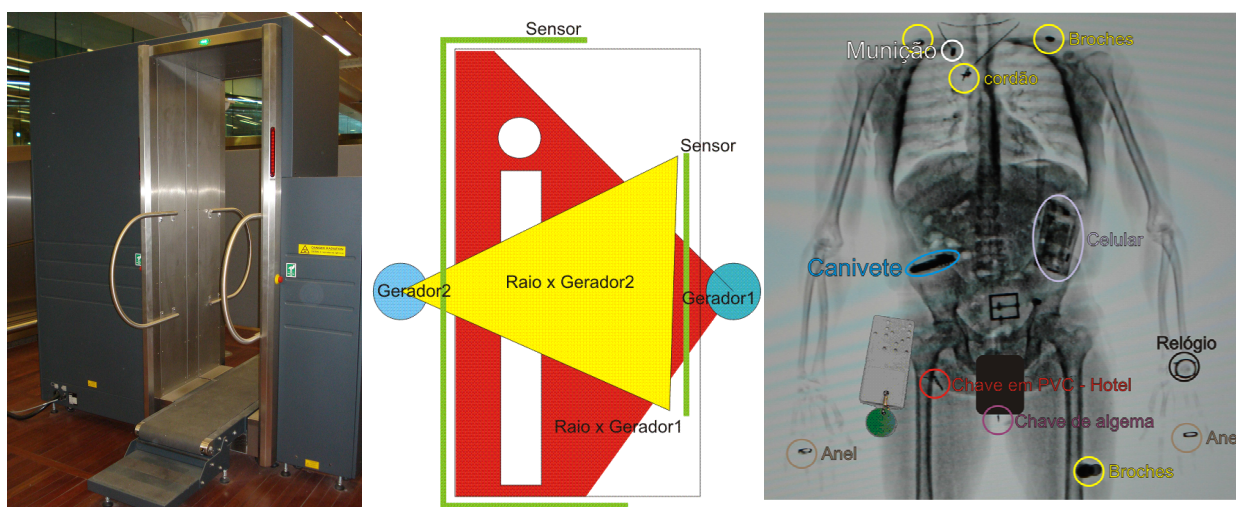
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A superlotação prisional é, certamente, o maior problema dos sistemas penitenciários locais, em praticamente todas as Unidades Federativas. No intuito de amenizar esta questão, o DEPEN possui uma sólida política de financiamento de projetos de construção e ampliação baseada nas realidades regionais. Em 2008, em construções, reformas ou ampliações de estabelecimentos penais foram investidos cerca de R\$ 159.447.259,80 (cento e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), que representarão a geração futura de 6.138 (seis mil, cento e trinta e oito) novas vagas nos sistemas prisionais estaduais.

O Departamento também investiu no aparelhamento e reaparelhamento dos sistemas penais estaduais, com a destinação de mais de R\$ 24.310.942,97 (vinte e quatro milhões, trezentos e dez mil, novecentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos) para a aquisição de viaturas especializadas, equipamentos de segurança eletrônica, detectores de metal, portais eletrônicos, equipamentos de raios-X, circuitos fechados de televisão e equipamentos de inteligência penitenciária, além de outros equipamentos de segurança para as unidades penais federais.

A busca de tecnologias mais modernas e eficazes também foi objeto de aperfeiçoamento da política penitenciária nacional. O DEPEN enviou técnicos a Alemanha e Inglaterra para conhecerem o mais moderno equipamento de inspeção corporal existente no mundo: o “Body Scanner” (scanner de corpo). Esse equipamento possibilita a inspeção corporal com máxima eficácia sem a necessidade de o usuário despir-se e ter que se submeter a procedimentos vexatórios e ofensivos como usualmente ocorrem nas unidades prisionais em todo o país. Inicialmente foi assinado contrato para aquisição de 6 (seis) unidades, a um custo de U\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil dólares) cada, que serão destinadas aos Estados com maior população carcerária das mesorregiões do país. Para o ano de 2009 serão adquiridos outros 21 (vinte e um) equipamentos para prover todas as Unidades Federativas com um equipamento dessa natureza.

Figura 01: Body Scanner e imagem gerada.



A política de fomento, executada pelo DEPEN, à aplicação das penas e das medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de frear o crescimento da população prisional,

tem apresentado resultados significativos, considerando que foram aplicadas, em 2008, cerca de 559.000 (quinhentos e cinquenta e nove mil) penas e medidas substitutivas à privação de liberdade.

Objetivando a integração dos sistemas de informações penitenciárias em base nacional, o módulo “Estatística” do Sistema de Informações Penitenciárias – InfoPen já se encontra consolidado e implantado em todas as Unidades Federativas, e o módulo “Gestão” – está em operação em 17 (dezessete) entes federativos.

Em relação à reintegração social do preso, internado e egresso foram fortalecidas Parcerias Interministeriais que contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal:

- **Ministério da Saúde:** A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário objeto da Portaria Interministerial MJ/MS nº 1.777 de 09/09/2003, instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.
- **Ministério da Educação:** Fortalecimento do Projeto “Educando para Liberdade” com o objetivo de fortalecer e qualificar a oferta de Educação nas prisões.
- **Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República:** Implantação do Programa de Inclusão de Juventude (PROJOVEM) nos estabelecimentos penitenciários nos Estados do Acre, Pará e Rio de Janeiro.
- **Secretaria de Políticas para Mulheres:** Desenvolvimento de política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Em 2008 foi consolidada uma política pública de educação em serviços penais, de caráter permanente e articulada com as Unidades Federativas, na qual 6.627 (seis mil seiscentos e vinte e sete) servidores penitenciários foram capacitados, e foi firmado 1 (um) Convênio de Implantação de Escola de Administração Penitenciária no Estado de Tocantins.

A implementação de parte das ações do Programa 0661 ocorreram com aporte de recursos do Tesouro, totalizando, em 2008, R\$ 106.492.258,15 (cento e seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).

Tabela 02: Execução orçamentária e financeira por modalidade de Aplicação e UF, considerando os recursos provenientes da Fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	103.554.144,15	103.554.144,15	251.100,00
90 - APLICACOES DIRETAS	2.938.114,00	2.938.114,00	0,00
TOTAL GERAL	106.492.258,15	106.492.258,15	251.100,00

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferências a Municípios)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	8.412.546,59	8.412.546,59	1.620,00
AMAPÁ	1.019.278,26	1.019.278,26	0,00
AMAZONAS	264.031,33	264.031,33	1.620,00
PARÁ	2.840.450,42	2.840.450,42	0,00
RONDÔNIA	15.954.513,19	15.954.513,19	3.240,00
RORAIMA	0,00	0,00	0,00
TOCANTINS	14.710.211,24	14.710.211,24	1.620,00

REGIÃO NORTE	43.201.031,03	43.201.031,03	8.100,00
ALAGOAS	693.000,00	693.000,00	0,00
BAHIA	302.960,00	302.960,00	12.960,00
CEARÁ	4.860,00	4.860,00	4.860,00
MARANHÃO	0,00	0,00	0,00
PARAÍBA	2.536.268,05	2.536.268,05	6.480,00
PERNAMBUCO	10.051.875,42	10.051.875,42	0,00
PIAUÍ	3.868.287,19	3.868.287,19	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	5.051.363,14	5.051.363,14	0,00
SERGIPE	5.983.481,97	5.983.481,97	0,00
REGIÃO NORDESTE	28.492.095,77	28.492.095,77	24.300,00
PARANÁ	3.240,00	3.240,00	3.240,00
RIO GRANDE DO SUL	0,00	0,00	0,00
SANTA CATARINA	0,00	0,00	0,00
REGIÃO SUL	3.240,00	3.240,00	3.240,00
ESPÍRITO SANTO	4.428.622,54	4.428.622,54	4.860,00
MINAS GERAIS	42.930,00	42.930,00	42.930,00
RIO DE JANEIRO	50.220,00	50.220,00	50.220,00
SÃO PAULO	108.540,00	108.540,00	108.540,00
REGIÃO SUDESTE	4.630.312,54	4.630.312,54	206.550,00
DISTRITO FEDERAL	0,00	0,00	0,00
GOIÁS	19.350.000,00	19.350.000,00	0,00
MATO GROSSO	8.910,00	8.910,00	8.910,00
MATO GROSSO DO SUL	7.868.554,81	7.868.554,81	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	27.227.464,81	27.227.464,81	8.910,00
TOTAL	103.554.144,15	103.554.144,15	251.100,00

No ano de 2008 foram descentralizados para o Ministério da Saúde R\$ 2.685.960,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta reais) para pagamento das equipes de saúde cadastradas em todo o país, destes R\$ 251.100,00 (duzentos e cinquenta e um mil e cem reais) foram provenientes da Fonte 100.

As parcerias institucionais e bem sucedidas, com os Ministérios da Saúde, Ministério da Educação e com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, demonstram que a interação multidisciplinar com vários órgãos públicos contribui para um alcance mais efetivo de metas e a implementação nacional da ação de reintegração do preso à sociedade.

Conforme tabela abaixo apresentada, foi repassado para outras Unidades Gestoras um limite financeiro de R\$ 305.614,00 (trezentos e cinco mil, seiscentos e quatorze reais), no exercício de 2008.

Os recursos descentralizados para a UG 200005 – Coordenação-Geral de Logística/MJ dizem respeito às despesas com serviços terceirizados, serviços gráficos, dentre outras despesas.

Os valores repassados ao Ministério da Saúde referem-se ao pagamento das equipes de saúde do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Tabela 03: Execução orçamentária e financeira por unidade gestora, considerando os recursos provenientes da Fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Órgão da UG Executora	UG Executora		Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL (30907)	200321	CEF - Departamento Penitenciario Nacional-MJ	100.817.683,00	100.817.683,00	0,00
	200324	Depen/Diretoria de Políticas Penitenciarias	5.368.961,15	5.368.961,15	0,00
	TOTAL UO 30907		106.186.644,15	106.186.644,15	0,00
MINISTERIO DA JUSTICA (30000)	200005	Coordenação-Geral de Logística - CGL	54.514,00	54.514,00	0,00
MINISTERIO DA SAUDE (36000)	257001	Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	251.100,00	251.100,00	251.100,00
TOTAL GERAL			106.492.258,15	106.492.258,15	251.100,00

Como principais condicionantes para uma melhor atuação do Departamento e de seu Programa podemos apontar, primeiramente, a necessidade de ampliação do quadro de pessoal tanto na Unidade Central do DEPEN, em Brasília, quanto nas unidades descentralizadas - as Penitenciárias Federais.

Atualmente o Departamento conta com o exercício de 459 (quatrocentos e cinquenta e nove) Agentes Penitenciários Federais, sendo 34 (trinta e quatro) agentes envolvidos com ações de suporte e 425 (quatrocentos e vinte e cinco) agentes envolvidos com ações finalísticas.

Entretanto, ainda não existe uma carreira meio no Departamento responsável pelas atividades relacionadas a serviços gerais, licitações, administração de recursos humanos, informática, execução orçamentária e financeira, gerenciamento de contratos, operacionalização de sistemas do Governo Federal, dentre outras

Os ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo com o serviço público, representam 3,70% da força de trabalho do Departamento.

A mão-de-obra terceirizada corresponde a 30,59% da força de trabalho do Departamento, abrangendo estagiários e os seguintes contratos:

- Contrato nº 115/2006, Processo nº 08008.002843/2005-03, com a empresa Fortesul Serviços Construções e Saneamento Ltda., cujo objeto é a execução de serviços de suporte operacional, recepção e apoio administrativo;
- Contrato nº 002/2003, Processo nº 08005.000454/2002-12, para fornecimento de serviços de tecnologia da informação, cuja contratada é a empresa Politec Ltda;
- Contrato nº 003/2005, firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal.

A carência de servidores também prejudica o monitoramento dos convênios firmados pelo DEPEN. Assim, principalmente nas áreas de reintegração social e penas alternativas, adotaram-se os relatórios de cumprimento de objeto – parciais e final – elaborados pelos convenientes para aprovação de prestações de contas.

Outro ponto negativo é a inadequação do espaço físico na unidade central em Brasília. Mesmo que recebêssemos todo o quantitativo de pessoal necessário, não teríamos onde aloca-

los, pois a área física do Departamento é totalmente insuficiente. Assim, diversos setores hoje não possuem uma estrutura adequada para a realização das atividades de seus servidores e falta espaço para a guarda e análise de processos.

Em atendimento ao antigo pleito do DEPEN, iniciou-se, em novembro de 2008, após autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a organização de concurso público, por meio do qual serão empossados 600 (seiscentos) agentes penitenciários federais, 44 (quarenta e quatro) especialistas em assistência penitenciária e 12 (doze) técnicos de apoio à assistência penitenciária, que serão lotados nos estabelecimentos penais federais.

Com relação às transferências voluntárias, um aspecto que afeta a execução é a imposição legal de comprovação de regularidade dos convenientes (Estados e Municípios), para efetivar o repasse de recursos. Assim, caso algum ente apresente algum registro impeditivo no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal – Cadin e no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, enquanto persistir o problema, existe uma vedação temporária à efetivação do repasse de recurso financeiro. Como grande parte do volume de recursos do Programa gerenciado pelo DEPEN é objeto de descentralização (convênios e contratos de repasse), a não adequação de alguns entes prejudica ou pelo menos torna o processo de repasse moroso, impedindo que este Departamento atinja os objetivos previstos para o exercício.

Outra dificuldade enfrentada diz respeito à formulação dos projetos encaminhados pelas Unidades Federativas que, na sua maioria, apresentam problemas tanto na elaboração dos Planos de Trabalho, quanto na apresentação dos documentos obrigatórios, ocasionando atrasos na conclusão das análises técnicas que, muitas vezes, são diligenciadas de volta ao Estados, para correção, e refeitas após novo encaminhamento.

A implementação do Sistema de Convênios – SICONV, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento - MPOG, Ministério da Fazenda – MF e Controladoria Geral da União – CGU, e que teve sua cobrança exigida a partir de setembro de 2008, foi um ponto de extrema dificuldade na execução orçamentária. Muitas Unidades Federativas ainda não estavam capacitadas a utilizar a ferramenta e a própria administração pública pouco conhecia do sistema. Com isso, diversos projetos tiveram que ser refeitos e/ou migrarem da metodologia convencional para a metodologia “on line”.

Como consequência, grande parte da execução do Fundo Penitenciário Nacional e do Programa ocorreu apenas no segundo semestre, concentrando-se especialmente nos meses de outubro a dezembro do exercício.

Tendo em vista esta dificuldade, o Departamento adotará para o ano de 2009 um prazo para apresentação de projetos o dia 05 de abril de 2009 e análise até o primeiro semestre, possibilitando uma execução mais uniforme.

Nessa linha, e buscando o aperfeiçoamento do repasse de recursos, o DEPEN desenvolveu, em 2008, o “Índice Penitenciário” que será implementado a partir do ano de 2009. Essa nova metodologia representa um avanço na distribuição de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. A distribuição, que outrora era feita levando-se em conta apenas a proporcionalidade da população carcerária de cada unidade federativa, considerarão outros indicadores, quais sejam:

- Critérios quantitativos: números absolutos ou relativos, coletados em bancos de dados do próprio governo federal;
- Critérios qualitativos: são critérios meritórios de gestão com qualidade e que recebem uma pontuação (nota) individualizada: 0 (zero), 1 (um) ou 2 (dois);

- Critérios de correção: usados para amortizar grandes discrepâncias geradas pelos indicadores quantitativos. São usados como critérios de correção o Produto Interno Bruto (PIB) de cada Unidade Federativa e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Juntos, esses critérios tornarão a divisão dos recursos mais justa e indutora de políticas públicas.

O Programa perdeu uma importante fonte de receita, as Custas Judiciais, devido à aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004. Em 2005, esta receita foi substituída por recursos ordinários do tesouro (fonte 100). Todavia, a partir de 2007, esta fonte não mais integrou os recursos para financiamento do Programa.

Outra dificuldade para o Programa 0661 é o lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 (um) ano e meio a 3 (três) anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora Caixa/Departamento possui um volume de restos a pagar muito alto.

Por fim, o novo Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional foi aprovado em 2008 pela Portaria/MJ nº 674, de 20 de março de 2008, revogando a Portaria/MJ nº 156, de 6 de fevereiro de 2006. Fortaleceu-se, desta maneira, a estrutura organizacional deste Departamento, bem como as atribuições de cada setor.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. PROGRAMA 0661 – APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL

Justificativa

Sob a inspiração das reformas penais da década de 80, a Lei de Execução Penal demarcou razoáveis condições de possibilidade para a gestão coerente e democrática dos conflitos sociais, tendo por base uma noção de solidariedade que se reflete no solene compromisso do Poder Público e da Comunidade com a reintegração harmônica do apenado(a), egresso(a) e internado(a) à vida em sociedade. Ao mesmo tempo, atribuiu ao Departamento Penitenciário Nacional o papel de "zelar por sua fiel aplicação", bem como de "assistir as unidades da Federação na implementação dos princípios e regras [nela] estabelecidos".

O crescimento vertiginoso da população prisional e do déficit de vagas, em confronto com o histórico de esforços do Poder Público para a geração de novas delas, é um dado revelador de que esse não pode ser o único componente fundamental das políticas penitenciárias, senão apenas mais um, dentro de um mosaico bem mais amplo e diferenciado. Pesquisas recentes estimam, por exemplo, que elevada parcela da população prisional é composta por presos reincidentes, o que aponta, dentre outras coisas, para o papel deficitário que vem sendo desempenhado nos sistemas penitenciários locais. Daí a importância do Programa, que pretende somar esforços aos entes federados no sentido de implementar boas políticas de reintegração social e apoio ao egresso, bem como uma boa política de qualificação dos recursos humanos atuantes no sistema. Portanto, o programa consolida as estratégias políticas e gerenciais a serem adotadas pelo órgão para a concretização de tais objetivos.

Estratégia de Implementação

Explicitação de uma política central e participativa que possibilite o alinhamento de todas as unidades da federação à proposta de modernização do modelo de sistema penitenciário esperado.

Vinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, ao alinhamento à política central de reconstrução e a um plano diretor onde cada estado se comprometa em metas de curto, médio ou longo prazo, necessária à efetivação do novo modelo.

Desvinculação dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional, nos limites de suas receitas próprias, das limitações orçamentárias e financeiras ao orçamento anual.

Criação e manutenção, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional e recursos do Fundo Penitenciário Nacional, do sistema nacional de informações penitenciárias, através da sistematização dos dados de informações, em nível operacional (administração dos estabelecimentos penais), contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada, em nível de estabelecimento penal, de forma a suprir com informações gerenciais (operacionais, táticas e estratégicas) todos os processos de tomada de decisões.

Integração do sistema de informações penitenciárias aos demais sistemas de informações do complexo da segurança pública, aos sistemas do complexo do juízo criminal e da execução penal e aos meios de divulgação no interesse da sociedade civil.

Implementação das ações do Programa sob eficiente orientação e monitoramento, aplicando, no que couber, a execução direta, e, nas demais, a execução descentralizada, através das secretarias de estado das unidades da federação, que detenham a administração do sistema penitenciário, na condição partícipe ou interveniente, quando o projeto tiver foco nesse sistema, e, quando não, através de órgãos e instituições públicas ou civis, de reconhecida capacidade e que atue de forma permanente no objeto do projeto, garantindo a continuidade da ação.

Tabela 04: Dados gerais do Programa.

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes.
Objetivos Específicos	➤ Reduzir o déficit de vagas no sistema penitenciário nacional através do apoio à construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais estaduais; ➤ Prestar a assistência devida ao apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional nos termos da Lei de Execução Penal; ➤ Garantir a implementação e manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais; ➤ Capacitar e formar o servidor penitenciário, afim de que suas atividades sejam exercidas em conformidade com a Lei de Execução Penal; ➤ Desenvolver e implementar sistema de registro e gestão penitenciária, possibilitando o controle da execução penal, e o registro das características gerais do sistema penitenciário nacional; ➤ Apoiar a criação de instituições voltadas para a qualificação do servidor penitenciário; ➤ Apoiar a implantação e o reaparelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais; ➤ Apoiar o aparelhamento e reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais estaduais e federais; ➤ Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Gerente do programa	Airton Aloisio Michels
Gerente executivo	Luis Henrique Garcia Esteves
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ.	Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	➤ Percentual de Mulheres em Presídios Femininos; ➤ Percentual de Presos que Trabalham; ➤ Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário.
Público-alvo (beneficiários)	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área.

2.3.1.1. Principais Ações do Programa

As 4(quatro) ações pertencentes ao Programa 0661, a seguir apresentadas, foram executadas, no exercício de 2008, em parte, com recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro). A totalidade das ações contidas no referido Programa foram apresentadas no Relatório de Gestão do Fundo Penitenciário, disponibilizando assim informações gerais sobre a execução através de recursos de todas as fontes.

2.3.1.1.1. Ação 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

Tabela 05 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Prestar a assistência devida ao cidadão apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nos termos da Lei de execução Penal.
Descrição	Articulação para a extensão de políticas públicas de governo no sistema penitenciário e apoio às instituições públicas ou privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo assistir a população penitenciária e egressos nos limites da lei.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Carlos José Pinheiro Teixeira
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino – CGRSE
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme incisos IV a VII, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i> <i>IV - na formação educacional e cultural do preso e do internado, mediante cursos curriculares de 1º e 2º graus, ou profissionalizantes de nível médio ou superior;</i> <i>V - na elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos;</i> <i>VI - na execução de programas voltados à assistência jurídica aos presos e internados carentes;</i> <i>VII - na execução de programas destinados a dar assistência às vítimas de crime e aos dependentes do preso ou do internado.</i>

Esta ação apóia e financia projetos diretamente relacionados à gradual reintegração social das pessoas privadas de liberdade, seguindo as seguintes linhas principais: atenção à saúde; assistência jurídica educação nas prisões; profissionalização e trabalho e articulação com conselhos da comunidade.

O público alvo desta ação são presos(as), internados(as) e egressos(as), os quais são beneficiados mediante os projetos que são apoiados pelo DEPEN. Denominam-se presos(as)

àquelas pessoas privadas de liberdade em função da prática de crime, sejam presos provisórios e/ou condenados. São considerados internados(as) as pessoas submetidas à medida de segurança para tratamento especializado em função do diagnóstico de transtorno mental e recolhidas em estabelecimentos penais do tipo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Ressalta-se que os internos submetidos a medidas de segurança não são apenados, sua internação se dá em função da necessária submissão a tratamento especializado. De acordo com a Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de 01 ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.

Parte dos recursos desta ação são utilizados por meio de transferência voluntária, com vistas a atender os pleitos solicitados pelos Estados, em apoio às ações de reintegração social. Assim, a fim de estabelecer critérios para a apresentação dos Projetos de forma a delimitar o campo de atuação de cada área e demonstrar as suas prioridades, foi publicada a Portaria nº. 136 de 28 de setembro de 2007, retificada pela Portaria nº. 141 de 03 de outubro de 2007.

No ano de 2008 foram executados R\$ 11.156.115,41 (onze milhões, cento e cinquenta e seis mil, cento e quinze reais e quarenta e um centavos), na ação 2314, destes R\$ 2.002.723,97 (dois milhões, dois mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos), foram provenientes da fonte 100.

Tabela 06 – Despesas por natureza (Incluindo crédito extraordinário), considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	894.785,87	894.785,87	251.100,00
443042	AUXILIOS	1.107.938,10	1.107.938,10	0,00
TOTAL		2.002.723,97	2.002.723,97	251.100,00

Tabela 07 – Despesas por modalidade de aplicação (Incluindo crédito extraordinário), considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	2.002.723,97	2.002.723,97	251.100,00
TOTAL	2.002.723,97	2.002.723,97	251.100,00



Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferência a Municípios)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	283.127,25	283.127,25	1.620,00
AMAZONAS	1.620,00	1.620,00	1.620,00
PARÁ	205.062,66	205.062,66	0,00
RONDÔNIA	262.262,55	262.262,55	3.240,00
TOCANTINS	1.620,00	1.620,00	1.620,00
REGIÃO NORTE	753.692,46	753.692,46	8.100,00
BAHIA	12.960,00	12.960,00	12.960,00
CEARÁ	4.860,00	4.860,00	4.860,00
PARÁIBA	647.597,32	647.597,32	6.480,00

PERNAMBUCO	189.359,38	189.359,38	0,00
REGIÃO NORDESTE	854.776,70	854.776,70	24.300,00
PARANÁ - REGIÃO SUL	3.240,00	3.240,00	3.240,00
ESPÍRITO SANTO	4.860,00	4.860,00	4.860,00
MINAS GERAIS	42.930,00	42.930,00	42.930,00
RIO DE JANEIRO	50.220,00	50.220,00	50.220,00
SÃO PAULO	108.540,00	108.540,00	108.540,00
REGIÃO SUDESTE	206.500,00	206.500,00	206.500,00
MATO GROSSO	8.910,00	8.910,00	8.910,00
MATO GROSSO DO SUL	175.554,81	175.554,81	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	184.464,81	184.464,81	8.910,00
TOTAL	2.002.723,97	2.002.723,97	251.100,00

Tabela 08 – Despesas por natureza (Incluindo crédito extraordinário), considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	8.442.090,72	8.442.090,72	2.758.851,25
333092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	239.760,00	239.760,00	239.760,00
334041	CONTRIBUICOES	128.790,00	128.790,00	128.790,00
334092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.340,00	11.340,00	11.340,00
335041	CONTRIBUICOES	190.021,00	190.021,00	120.000,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	11.383,73	11.383,73	11.383,73
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	85.000,00	85.000,00	69.017,07
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.568,22	8.568,22	8.568,22
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	585.792,00	585.792,00	375.233,39
443042	AUXILIOS	1.453.369,74	1.453.369,74	108.487,50
TOTAL		11.156.115,41	11.156.115,41	3.831.431,16

Tabela 09 – Despesas por modalidade de aplicação (Incluindo crédito extraordinário), considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	10.135.220,46	10.135.220,46	3.107.098,75
40 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	140.130,00	140.130,00	140.130,00
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS (SFL)	190.021,00	190.021,00	120.000,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	690.743,95	690.743,95	464.202,41
TOTAL	11.156.115,41	11.156.115,41	3.831.431,16

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF + Transferência a Municípios)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	307.594,02	307.594,02	8.100,00

AMAPÁ	48.886,80	48.886,80	0,00
AMAZONAS	115.129,00	115.129,00	11.340,00
PARÁ	673.426,68	673.426,68	0,00
RONDÔNIA	397.532,55	397.532,55	138.510,00
TOCANTINS	181.391,50	181.391,50	151.704,00
REGIÃO NORTE	1.723.960,55	1.723.960,55	309.654,00
ALAGOAS	177.769,51	177.769,51	0,00
BAHIA	213.278,25	213.278,25	209.640,00
CEARÁ	641.521,80	641.521,80	48.600,00
PARÁIBA	684.857,32	684.857,32	43.740,00
PERNAMBUCO	675.077,98	675.077,98	81.000,00
PIAUÍ	242.039,00	242.039,00	0,00
SERGIPE	201.209,12	201.209,12	0,00
REGIÃO NORDESTE	2.835.752,98	2.835.752,98	382.980,00
PARANÁ	25.920,00	25.920,00	25.920,00
RIO GRANDE DO SUL	16.200,00	16.200,00	16.200,00
REGIÃO SUL	42.120,00	42.120,00	42.120,00
ESPÍRITO SANTO	272.016,12	272.016,12	48.600,00
MINAS GERAIS	498.300,00	498.300,00	348.300,00
RIO DE JANEIRO	598.984,60	598.984,60	502.200,00
SÃO PAULO	3.678.408,20	3.678.408,20	1.292.644,00
REGIÃO SUDESTE	5.047.708,92	5.047.708,92	2.191.744,00
GOIÁS	133.620,75	133.620,75	133.620,75
DISTRITO FEDERAL	82.620,00	82.620,00	82.620,00
MATO GROSSO	228.342,45	228.342,45	98.820,00
MATO GROSSO DO SUL	181.224,81	181.224,81	5.670,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	625.808,01	625.808,01	320.730,75
TOTAL	10.275.350,46	10.275.350,46	3.247.228,75

Houve uma superação da meta física da ação, que ocorreu principalmente devido à política de descentralização de recursos do DEPEN para o Ministério da Saúde, visando o atendimento ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário Nacional. Deste modo, ocorreu um significativo aumento no número de estabelecimentos penais que passaram a ser atendidos pelas equipes de saúde. Ao final de 2007 o número de equipes era de 156, com a possibilidade de atender 78.000 (setenta e oito mil) presos e presas. O número de equipes atualmente é de 193 (cento e noventa e três) e atende a 116.553 (cento e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e três) pessoas presas, em 116 (cento e dezesseis) estabelecimentos penais, em 17 (dezessete) unidades da federação.

A metodologia de aferição dos indicadores de execução foi alterada em relação ao que registramos no ano passado. Naquela ocasião definimos como meta inicial 39.500 (trinta e nove mil e quinhentas) pessoas presas a serem beneficiadas e a execução chegou a 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas presas. Esta execução inseriu equivocadamente uma

superposição de ações de saúde, haja vista que, em diversas situações recursos diferentes atingiam os mesmos beneficiários.

Apesar de todos os projetos realizados, a efetividade da ação ficou prejudicada pela carência de pessoal técnico qualificado.

Tabela 10 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 18.100.00,00	R\$ 11.156.115,41	61,64%
Física*	265.940	102.790	38,65%

* Pessoa beneficiada.

Tabela 11 – Metas e resultados da ação no exercício (Crédito Extraordinário)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 79.565,00	1,33%
Física*	72.000	0	0%

* Pessoa beneficiada.

Ressalta-se que 92,78% da execução física apresentada no exercício corresponde ao atendimento na área de saúde para pessoas presas.

Os Ministérios da Justiça e da Saúde pretendem aperfeiçoar o cumprimento da execução destes recursos destinados às equipes de saúde. Sabemos atualmente quantas são as equipes, onde elas estão e a população a ser atendida, mas não temos informações a respeito da quantidade de atendimentos efetivados, o que depende da implantação de um sistema de controle do Ministério da Saúde que ainda não foi disponibilizados aos estabelecimentos penais.

O DEPEN em conjunto com o Ministério da Saúde iniciará no mês de março de 2009, ações conjuntas de monitoramento nos estabelecimentos penais para apurar a situação individualizada de cada estabelecimento onde existem equipes de saúde.

Ainda no refinamento de indicadores de eficiência deste Departamento no que diz respeito à área de reintegração social, a intenção é produzir um custo *per capita*/preso a partir do levantamento dos convênios firmados nos anos anteriores. Este levantamento vai permitir que a Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino saiba o custo *per capita* de cada assistência. Somente com o conhecimento desta informação será possível projetar a meta a ser alcançada de acordo com a previsão orçamentária. A meta que utilizamos para este relatório foi definida a partir das informações dos resultados atingidos no ano anterior. O que admitimos não ser a forma mais adequada de defini-la.

A carência de servidores também prejudica o monitoramento dos convênios firmados pelo DEPEN. Assim, adotaram-se os relatórios de cumprimento de objeto – parciais e final – elaborados pelos convenientes para aprovação de prestações de contas.

Outro ponto negativo é a inadequação do espaço físico da unidade central em Brasília. Mesmo que recebêssemos todo o quantitativo de pessoal necessário, não teríamos onde alocá-los, pois a área física do Departamento é insuficiente. Assim, diversos setores hoje trabalham com falta de espaço para a guarda e análise de processos. Isso compromete a concentração e o próprio clima organizacional do Departamento.

Outro aspecto que afeta diretamente a efetividade das transferências voluntárias é a imposição legal de comprovação de regularidade dos Convenientes (Estados e Municípios), para efetivar o repasse de recursos. Assim, caso algum ente apresente algum registro impeditivo no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, enquanto persistir o problema, existe uma vedação temporária à efetivação do repasse de recurso financeiro.

Como grande parte do volume de recursos do Programa é objeto de descentralização (convênios e contratos de repasse), a não adequação de alguns entes prejudica ou pelo menos torna o processo de repasse moroso.

Em relação à reintegração social do preso, internado e egresso foram fortalecidas Parcerias Interministeriais que contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal e melhor implementação das políticas de Reintegração Social, vejamos:

➤ **Ministério da Saúde:**

Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777/2003 - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Até o final de 2008, foram qualificadas 193 equipes de saúde atendendo a 116.553 (cento e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e três) pecientes, em 166 estabelecimentos prisionais, distribuídas em 17 Unidades da Federação.

Numa perspectiva articulada intersetorialmente os Ministérios da Saúde e da Justiça definiram neste Plano uma série de competências e responsabilidades para cada órgão. Ao Ministério da Justiça, representado pelo Departamento Penitenciário Nacional, compete o repasse mensal de 30% do valor do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, destinado às equipes de saúde já implantadas, e aportar recursos para adequação do espaço físico e para a compra de equipamentos destinados às unidades de saúde do sistema penitenciário.

Cada equipe é constituída por um médico, um enfermeiro, um odontólogo, um assistente social, um psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário. Ainda foram atendidas 07 unidades da federação para aquisição dos equipamentos de saúde, previstos.

➤ **Ministério da Educação:**

Fortalecimento do Projeto “Educando para Liberdade” com o objetivo de fortalecer e qualificar a oferta de Educação nas prisões.

O Sistema de Informação do Departamento Penitenciário Nacional (InfoPen) passou a oferecer uma informação importante a respeito da situação da oferta de educação. Pela primeira vez os dados consolidados informam quantos presos estão estudando por nível de ensino. Estes dados nos permitem saber o percentual de atendimento, tendo em vista que também é informado o perfil por nível de escolaridade.

Paralelo ao esforço do InfoPen de produzir estes dados, o Departamento Penitenciário Nacional em articulação com o Ministério da Educação, por intermédio do Instituto de Pesquisa e Estudo Anísio Teixeira (INEP), incluiu a informação sobre a oferta de educação no sistema penitenciário no Censo Escolar realizado anualmente.

É através do Censo Escolar que é gerado a informação para o cálculo *per capita* dos recursos que serão transferidos no ano seguinte. Entendemos que a inclusão da informação da oferta de educação nos estabelecimentos penais é uma estratégia indispensável para a institucionalização desta oferta.

Sendo assim, o cruzamento das informações destes dois bancos de dados nos permite refinar o conhecimento da oferta e, por conseguinte, planejar com mais consistência a ampliação da meta de beneficiários nas ações de elevação de escolaridade para 2009.

➤ **Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República:**

Implantação do Programa de Inclusão de Juventude (PROJOVEM/URBANO) nos estabelecimentos penitenciários nos Estados do Acre, Pará e Rio de Janeiro.

Em 2008 o Departamento Penitenciário Nacional fortaleceu as ações de educação através da parceria com a Secretaria Nacional de Juventude com inclusão da população penitenciária como beneficiária do Programa de Inclusão de Jovens, o Projovem. Após um processo intenso de estudo, foi possível adaptar o Projovem Urbano para sua implantação no sistema penitenciário. Sendo assim, através de Decreto da Presidência da República, as Unidades da Federação puderam formalizar convênios com o Ministério da Justiça para a implantação do Programa.

Por se tratar de um programa que apresenta um grau de complexidade elevado, o DEPEN fez a opção de começar a implantação em apenas 03 (três) Estados e estabelecer uma meta razoavelmente baixa para que em seguida sejamos capazes de ampliar a implantação para todas as Unidades da Federação.

A meta inicial é atender a 560 (quinhentos e sessenta) internos do sistema fechado, alfabetizados e com ensino fundamental incompleto, com idade entre 18 e 29 anos. Os Estados inicialmente contemplados serão: Acre, Pará e Rio de Janeiro.

O ProJovem é uma iniciativa que se junta aos esforços desenvolvidos no âmbito do Projeto Educando para a Liberdade, em parceria com o Ministério da Educação.

➤ **Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República:**

Desenvolvimento de política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Torna-se imperativo ressaltar que, considerando os termos do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Justiça (Secretaria de Reforma do Judiciário/SRJ e Departamento Penitenciário Nacional) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/SPM da Presidência da República, fez-se necessário a solicitação de recursos da SRJ e da SPM para financiamento de parte dos projetos aprovados, voltados ao Mutirão de Assistência Jurídica para Mulheres em Situação de Prisão em 05 unidades da Federação. Por meio do Funpen foram repassados R\$ 735.697,52 (setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 12: Valores Funpen para o projeto.

Unidade Federativa	Valor Funpen (R\$)	Valor Funpen (R\$)	
		Custeio	Capital
Acre	132.084,21	118.386,21	13.698,00
Mato Grosso do Sul	175.554,81	101.098,45	74.456,36
Pernambuco	189.359,38	90.387,00	98.972,38
Sergipe	103.195,12	87.840,00	15.355,12
Tocantins	135.504,00	111.550,00	23.954,00
TOTAL	735.697,52	509.261,66	226.435,86

Informa-se que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres procedeu com um repasse de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referente a capital e R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) referente a custeio, mediante o Ofício nº 1.112/2008 – SPM/PR de 07 de julho de 2008.

No que tange aos repasses da Secretaria de Reforma do Judiciário, foi realizada transferência de recursos no valor de R\$ 167.848,76 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), sendo o valor total destinado às despesas com custeio.

Destaca-se que competiu ainda ao DEPEN o financiamento de R\$ 167.848,76 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e seis centavos), sendo R\$ 76.435,86 (setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) destinados às despesas com capital e R\$ 91.412,90 (noventa e um mil, quatrocentos e doze reais e noventa centavos) destinados às despesas com custeio.

2.3.1.1.2 Ação 2730 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas

Tabela 13 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Descrição	Financiamento da implementação de serviços de acompanhamento e monitoramento da execução de penas e medidas alternativas, inclusive com a aquisição de bens e serviços.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Márcia de Alencar Araújo Matos
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Penas e Medidas Alternativas
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados: V - na elaboração e execução de projetos destinados à reinserção social de presos, internados e egressos.</i>

A ação 2730 visa o financiamento da implementação de serviços de acompanhamento da execução das penas e medidas alternativas nas unidades da federação, inclusive com a aquisição de bens e serviços. A ação contribui para a diminuição do fluxo de entrada nos estabelecimentos penais (redução do *déficit* de vagas) e evita a convivência de réus primários ou presos provisórios com condenados reincidentes.

A evolução das Penas e Medidas Alternativas demonstra que nos últimos 2 anos, o número de penas ou medidas aplicadas tornou-se superior ao número de pessoas presas no Brasil.

A metodologia empregada na execução dos convênios promove a divisão de responsabilidades e de custos da implantação das Centrais com as unidades da federação. Em alguns casos, os custos foram significativamente reduzidos devido à existência de uma estrutura operacional/física preexistente.

No ano de 2008, os serviços apoiados contribuíram para a implantação de 19 Varas Especializadas, 249 Centrais de Apoio, Núcleos de Monitoramento e Serviços de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Brasil e beneficiou 588.830 cumpridores de Penas e Medidas Alternativas.

*Tabela 14 - Aplicação das Penas e Medidas Alternativas
(Período: janeiro a dezembro de 2008)*

Unidade Federativa	Penas Aplicadas	Medidas Aplicadas	Total
ACRE	714	1.437	2.151
ALAGOAS	537	1.734	2.271
AMAPÁ	525	0	525
AMAZONAS	1.674	3.835	5.509
BAHIA	5.322	10.345	15.667
CEARÁ	241	3.926	4.167
DISTRITO FEDERAL	11.328	3.026	14.354
ESPÍRITO SANTO	4.290	7.247	11.537
GOIÁS	1.420	2.894	4.314
MARANHÃO	722	1.213	1.935
MINAS GERAIS	6.062	56.650	62.712
MATO GROSSO DO SUL	6.807	3.555	10.362
MATO GROSSO	1.153	2.783	3.936
PARÁ	1.820	2.823	4.643
PARAÍBA	894	926	1.820
PERNAMBUCO	5.294	13.522	18.816
PIAUÍ	525	894	1.419
PARANÁ	6.935	7.990	14.925
RIO DE JANEIRO	12.005	128.406	140.411
RIO GRANDE DO NORTE	975	1.671	2.646
RONDÔNIA	1.530	4.826	6.356
RORAIMA	218	671	889
RIO GRANDE DO SUL	10.202	33.151	43.353
SANTA CATARINA	2.589	9.930	12.519
SERGIPE	3.326	4.894	8.220
SÃO PAULO	12.424	146.242	158.666
TOCANTINS	1.487	3.220	4.707
TOTAL	101.019	457.811	558.830

Fonte: Corregedorias dos Tribunais de Justiça do AC, ES, MG, MS, RN, RR, RS e SC; Serviços Públicos de Acompanhamento, Fiscalização ou Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas das demais unidades da federação. Dados a serem validados pela Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas – CONAPA, em março de 2009.

Foram encontradas várias dificuldades pela Coordenação-Geral, responsável por esta ação, em relação ao andamento dos trabalhos no ano de 2008, como:

- A pequena estrutura de cargos e funcionários disponível e o elevado crescimento na quantidade de processos a serem analisados;
- A inadimplência das Unidades Federativas, que prejudicou o andamento da celebração dos convênios;
- Deficiência técnica quanto à elaboração dos convênios por algumas Unidades Federativas, prejudicando assim o andamento da celebração dos convênios;
- A supressão do crédito extraordinário, disponível no primeiro semestre de 2008;

- A nova supressão do crédito extraordinário em dezembro de 2008, que inviabilizou a execução de três convênios;
- A estrutura física inadequada no setor.

Com a finalidade de que se suprimir as dificuldades ora citadas, é necessária o redimensionamento do setor, compreendendo a reestruturação humana e física, além da adequação à estrutura organizacional do DEPEN.

Tabela 15 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	425.981,90	425.981,90	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	54.514,00	54.514,00	0,00
TOTAL		480.495,90	480.495,90	0,00

Tabela 16 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	425.981,90	425.981,90	0,00
90 - APLICACOES DIRETAS	54.514,00	54.514,00	0,00
TOTAL	6.116.991,13	6.116.991,13	0,00

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
RONDÔNIA - REGIÃO NORTE	135.981,90	135.981,90	0,00
BAHIA - REGIÃO NORDESTE	290.000,00	290.000,00	0,00
TOTAL	425.981,90	425.981,90	0,00

Tabela 17 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	4.395.186,84	4.395.186,84	115.000,00
335041	CONTRIBUICOES	117.675,85	117.675,85	
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	31.147,70	31.147,70	31.147,70
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	284.512,00	284.512,00	206.253,51
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	86.780,17	86.780,17	86.780,17
443042	AUXILIOS	1.201.688,57	1.201.688,57	167.714,00
TOTAL		6.116.991,13	6.116.991,13	606.895,38

Tabela 18 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	5.596.875,41	5.596.875,41	282.714,00
50 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÕES PRIVADAS (SFL)	117.675,85	117.675,85	0,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	402.439,87	402.439,87	324.181,38
TOTAL	6.116.991,13	6.116.991,13	606.895,38

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	286.672,80	286.672,80	0,00
PARÁ	157.002,59	157.002,59	0,00
TOCANTINS	35.040,00	35.040,00	0,00
RONDÔNIA	164.034,90	164.034,90	0,00
REGIÃO NORTE	642.750,29	642.750,29	0,00
BAHIA	629.000,00	629.000,00	0,00
MARANHÃO	80.288,44	80.288,44	0,00
PIAUÍ	628.588,24	628.588,24	0,00
PERNAMBUCO	860.495,06	860.495,06	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	204.113,00	204.113,00	0,00
REGIÃO NORDESTE	2.402.484,74	2.402.484,74	0,00
SANTA CATARINA	352.979,84	352.979,84	0,00
REGIÃO SUL	352.979,84	352.979,84	0,00
ESPÍRITO SANTO	577.176,80	577.176,80	0,00
MINAS GERAIS	30.000,00	30.000,00	0,00
SÃO PAULO	1.063.780,00	1.063.780,00	282.714,00
REGIÃO SUDESTE	1.670.956,80	1.670.956,80	282.714,00
GOIÁS	509.771,74	509.771,74	0,00
MATO GROSSO DO SUL	17.932,00	17.932,00	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	527.703,74	527.703,74	0,00
TOTAL	5.596.875,41	5.596.875,41	282.714,00

Tabela 19 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 12.880.000,00	R\$ 6.116.991,13	47,49%
Física*	54	54	100%

* Produto: serviço apoiado

Tabela 20 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar 01 – Acre)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 200.000,00	0,00	0%
Física*	2	0	0%

* Produto: serviço apoiado

Tabela 21 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar 02 – Acre)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0%
Física*	1	0	0%

* Produto: serviço apoiado

Ação 0B01 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas (Crédito Extraordinário)

Tabela 22 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUICOES	412.603,61	412.603,61	235.040,00
443042	AUXILIOS	23.993,16	23.993,16	23.993,16
TOTAL		436.596,77	436.596,77	235.040,00

Tabela 23 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

MODALIDADE DE APLICAÇÃO	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	436.596,77	436.596,77	235.040,00
TOTAL GERAL	436.596,77	436.596,77	235.040,00

UNIDADES FEDERATIVAS BENEFICIADAS (TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
AMAZONAS	200.000,00	200.000,00	200.000,00
TOCANTINS	35.040,00	35.040,00	35.040,00
RONDÔNIA	50.792,00	50.792,00	-
REGIÃO NORTE	285.832,00	285.832,00	235.040,00
PIAUÍ	46.057,12	46.057,12	-
SERGIPE	55.506,05	55.506,05	-
REGIÃO NORDESTE	101.563,17	101.563,17	-
MATO GROSSO DO SUL – REGIÃO CENTRO-OESTE	49.201,60	49.201,60	-
TOTAL	436.596,77	436.596,77	235.040,00

Tabela 24 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 6.000.000,00	R\$ 436.597,00	7,28%
Física*	22	2	9,09%

* Produto: serviço apoiado

2.3.1.1.3. Ação 8914 – Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais

Tabela 25 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, bem como absorver os custos decorrentes da contratação de instituição financeira para gerenciamento das obras, nos termos do art. 113 da Lei nº 11.439/07, e da elaboração de projetos executivos.
Descrição	Apoio à criação de vagas nos sistemas penitenciários estaduais e executados por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Ana Carla Leite Scussel
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i> <i>I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

As obras financiadas pelo FUNPEN têm a finalidade precípua de gerar vagas para atender às demandas das Unidades Federativas, mas, colaboram também, na criação de novos postos de trabalho na construção civil, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Por meio do Contrato nº 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, foram firmados 29 (vinte e nove) contratos de repasse com os Estados, tendo em vista a atuação desta instituição como mandatária do DEPEN, ficando a seu encargo a formalização, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas que envolvem a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Os projetos aprovados pelo DEPEN, enviados para formalização da Caixa, devem estar em consonância com os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Os custos das obras são verificados pela Caixa no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido por aquela instituição. No caso de

materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os preços de mercado da construção civil como parâmetro.

Tabela 26 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	100.817.683,00	100.817.683,00	0,00
TOTAL		100.817.683,00	100.817.683,00	0,00

Tabela 27 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Modalidade De Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	100.817.683,00	100.817.683,00	0,00
TOTAL	100.817.683,00	100.817.683,00	0,00



Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	8.129.419,34	8.129.419,34	0,00
AMAPÁ	1.019.278,26	1.019.278,26	0,00
AMAZONAS	262.411,33	262.411,33	0,00
PARÁ	2.635.387,76	2.635.387,76	0,00
RONDÔNIA	15.248.513,46	15.248.513,46	0,00
REGIÃO NORTE	27.295.010,15	27.295.010,15	0,00
ALAGOAS	693.000,00	693.000,00	0,00
PARAÍBA	1.888.670,73	1.888.670,73	0,00
PERNAMBUCO	9.862.516,04	9.862.516,04	0,00
PIAUÍ	3.868.287,19	3.868.287,19	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	5.051.363,14	5.051.363,14	0,00
SERGIPE	5.983.481,97	5.983.481,97	0,00
REGIÃO NORDESTE	27.347.319,07	27.347.319,07	0,00
ESPÍRITO SANTO	4.423.762,54	4.423.762,54	0,00
REGIÃO SUDESTE	4.423.762,54	4.423.762,54	0,00
GOIÁS	19.350.000,00	19.350.000,00	0,00
MATO GROSSO DO SUL	7.693.000,00	7.693.000,00	0,00
TOCANTINS	14.708.591,24	14.708.591,24	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	41.751.591,24	41.751.591,24	0,00
TOTAL	100.817.683,00	100.817.683,00	0,00

Tabela 28 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.000.000,00	1.000.000,00	70.005,91
443042	AUXILIOS	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00
TOTAL		150.397.347,32	150.397.347,32	70.005,91

Tabela 29 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Modalidade De Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	1.000.000,00	1.000.000,00	70.005,91
TOTAL	150.397.347,32	150.397.347,32	70.005,91

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	11.910.476,34	11.910.476,34	0,00
AMAPÁ	3.036.284,26	3.036.284,26	0,00
AMAZONAS	17.576.237,46	17.576.237,46	0,00
PARÁ	5.270.775,52	5.270.775,52	0,00
RONDÔNIA	15.248.513,46	15.248.513,46	0,00
REGIÃO NORTE	53.042.287,04	53.042.287,04	0,00
ALAGOAS	693.000,00	693.000,00	0,00
BAHIA	5.107.931,50	5.107.931,50	0,00
PARAÍBA	1.888.670,73	1.888.670,73	0,00
PERNAMBUCO	9.862.516,04	9.862.516,04	0,00
PIAUÍ	3.868.287,19	3.868.287,19	0,00
RIO GRANDE DO NORTE	5.051.363,14	5.051.363,14	0,00
SERGIPE	5.983.481,97	5.983.481,97	0,00
REGIÃO NORDESTE	32.455.250,57	32.455.250,57	0,00
ESPÍRITO SANTO	4.423.762,54	4.423.762,54	0,00
RIO DE JANEIRO	10.025.197,97	10.025.197,97	0,00
SÃO PAULO	2.199.257,96	2.199.257,96	0,00
REGIÃO SUDESTE	16.648.218,47	16.648.218,47	0,00
GOIÁS	19.350.000,00	19.350.000,00	0,00
MATO GROSSO DO SUL	7.693.000,00	7.693.000,00	0,00
MATO GROSSO	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00
TOCANTINS	14.708.591,24	14.708.591,24	0,00
REGIÃO CENTRO-OESTE	47.251.591,24	47.251.591,24	0,00
TOTAL	149.397.347,32	149.397.347,32	0,00

A ação financiou, em 2008, por meio de contratos de repasse firmados pela CAIXA, 6.138 (seis mil, cento e trinta e oito) novas vagas no Sistema Penitenciário Nacional. As vagas financiadas por esta ação encontram-se na tabela abaixo. Ressalte-se que estas vagas serão disponibilizadas em exercícios subsequentes.

Tabela 30: Número de vagas financiadas pelo FUNPEN.

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor FUNPEN
AC	0264781-10	Construção, Reforma e Ampliação da Penitenciária Manoel Néri da Silva	248	3.781.057,00
AC	0278188-20	Construção, Reforma e Ampliação de Senador Guimard	224	8.129.419,34
AL	0278189-34	Construção do Módulo de Saúde em Arapiraca	0	693.000,00
AM	0282632-82	Construção da Cadeia Pública de Maués	125	8.788.118,73
AM	0283036-89	Construção da Cadeia Pública de Tefé	125	8.788.118,73
AP	0264782-24	Construção de 03 Pavilhões de Segurança Máxima no IAPEN	129	1.435.872,13
AP	0264783-38	Implantação do Sistema Hidrossanitário	0	581.133,87
AP	0278190-63	Ampliação da Penitenciária de Regime Semi Aberto	248	1.019.278,26
BA	0246027-27	Construção da Cadeia Pública de Salvador (restante lançado na ação 11TW (RAP 2007) Nacional)	-	5.107.931,50
ES	0282237-96	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	421	4.423.762,54
GO	0280034-04	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima no Complexo de Aparecida de Goiânia	328	4.500.000,00
GO	0279128-13	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	421	14.850.000,00
MS	0278191-77	Construção do Módulo de Saúde	0	693.000,00
MS	0281748-51	Construção da Penitenciária Feminina	200	7.000.000,00
MT	0269363-69	Construção da Cadeia Pública Peixoto Azevedo	256	5.500.000,00
PA	0268831-09	Cadeia Pública Feminina em Santarém	86	2.635.387,76
PA	0278467-08	Construção da Penitenciária Feminina de Marabá	86	2.635.387,76
PB	0280033-91	Ampliação da Penitenciária Modelo de João Pessoa PB I	8	1.888.670,73
PE	0281071-80	Intervenção Aníbal Bruno	1513	9.862.516,04
PI	0281749-65	Construção da Casa de Detenção Provisória em São Raimundo Nonato (Cadeia Pública)	164	3.868.287,19
RJ	0264784-42	Construção do Centro de Observação Criminológica	240	8.837.744,26
RJ	0264785-58	Reforma do Antigo Presídio Carlos Tinoco da Fonseca	118	1.187.453,71
RN	0281073-07	Construção da Cadeia Pública de Macau	90	2.551.363,14
RN	0278468-12	Construção da Cadeia Pública de Ceará Mirim	90	2.500.000,00
RO	0279129-27	Construção da Penitenciária em Porto Velho	470	15.248.513,46
SE	0278192-81	Construção da Penitenciária de Tobias Barreto	120	3.141.731,10
SE	0281072-94	Construção da Cadeia Pública em Estância	196	2.841.750,87
SP	0238887-48	Construção da Penitenciária Feminina de Tremembé (restante lançado na ação 11TW (RAP 2007) Nacional)	-	2.199.257,96
TO	0278193-95	Construção da Cadeia Pública em Araguaína	232	14.708.591,24
TOTAL			6.138	149.397.347,32

Os convênios de construção são plurianuais, demandando um prazo que varia de 12 a 24 meses, contados a partir do início da execução da obra, vencidas por tanto, as etapas de definição do terreno, licença ambiental e licitação. Por esta razão o quantitativo de vagas é computado no exercício da celebração, embora o projeto ainda não esteja concluído e as vagas não tenham sido efetivamente geradas.

No exercício de 2008 foram lavrados Termos de Aceitação Definitiva, como frutos de financiamento de instrumentos assinados em outros exercícios, foram recebidas 624 (seiscentos e vinte e quatro) vagas.

Tabela 31: Termos de Aceitação Definitiva assinados em 2008.

UF	Convênio	Objeto	Vagas
PE	066/2002	Construção da Penitenciária Feminina de Paratibe.	192
RS	085/2003	Construção da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul.	432
TOTAL			624

Tendo em vista graves problemas de engenharia, inclusive recalque diferencial, foram lavrados 03 Termos de Não Aceitação, referentes a convênios do Estado de São Paulo, o que provocou a não aceitação de 1.752 (um mil setecentos e cinquenta e duas) vagas.

Tabela 32: Termos de Não Aceitação em 2008.

UF	Convênio	Objeto	Vagas
SP	177/2001	Construção da Penitenciária Compacta de Marabá Paulista	768
SP	179/2001	Construção do Centro de Detenção Provisória Horizontal de São Bernardo do Campo	768
SP	028/2003	Construção da Ala de Progressão Penitenciária de Bauru – Unidade I e II	216
TOTAL			1.752

Esta ação financiou, ainda, alguns projetos executivos do Departamento, que serão utilizados como padrão e colocados à disposição das Unidades Federativas, para atender recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 496/2004:

- Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Médio e Grande Porte refere-se a quatro padrões com capacidades de 232, 421, 610 e 799 vagas. Os projetos executivos foram finalizados e entregues e atualmente estão sendo disponibilizados aos Estados conforme solicitação.
- Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Pequeno Porte trata-se de dois padrões com capacidades de 65 e 125 vagas. Os projetos executivos foram finalizados e entregues e atualmente estão sendo disponibilizados aos Estados conforme solicitação.
- Penitenciária de Segurança Máxima Feminina, o anteprojeto sofreu algumas alterações e encontra-se em fase de confecção do edital da licitação para contratação de empresa para o desenvolvimento do projeto executivo, com prazo de execução de 90 (noventa) dias. O projeto também atenderá ao programa Pronasci, na ação de construção de Penitenciárias Femininas. O projeto, quando concluído, será colocado à disposição das Unidades Federativas.
- Módulo de Saúde: projeto executivo concluído e já disponibilizado aos Estados.
- Módulo de Educação, o estudo preliminar está concluído, encontra-se em fase de finalização de projeto básico para contratação de execução do projeto executivo. A finalidade será a sua construção em estabelecimentos penais já em operação, que não possuam área de ensino ou a mesma é precária. O projeto também atenderá ao programa Pronasci, na ação de Modernização do Sistema Penitenciário. O projeto será colocado à disposição das Unidades Federativas.

As principais dificuldades da ação são a demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse e a morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras, por parte das Unidades da Federação.

Tabela 33 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 161.600.000,00	R\$ 150.397.346,00	93,07%
Física*	7.952	6.138	77,19%

* Produto: vaga contratada

Ação 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais (Crédito Extraordinário)

Tabela 34 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	712.146,99	712.146,99	712.146,99
443042	AUXILIOS	465.986,92	465.986,92	465.986,92
TOTAL		1.178.133,91	1.178.133,91	1.178.133,91

As despesas dos exercícios anteriores referem-se ao pagamento de prestação de serviços à Caixa Econômica Federal, mandatária da União nos contratos de repasse, conforme Contrato 003/2004.

Tabela 35 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSFERÊNCIA AOS ESTADOS E AO DF	465.986,92	465.986,92	465.986,92
90 e 91 - APLICACOES DIRETAS	712.146,99	712.146,99	712.146,99
TOTAL	1.178.133,91	1.178.133,91	1.178.133,91

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
Rondônia – REGIÃO NORTE	465.986,92	465.986,92	465.986,92
TOTAL	465.986,92	465.986,92	465.986,92

Tabela 36 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 145.718.000,00	R\$ 1.178.134,00	0,81%
Física*	4.855	0	0%

* Produto: vaga contratada

A ação 11TW financiou em 2008 por meio do contrato com a CAIXA o seguinte empreendimento:

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor FUNPEN
RO	0251440-12	Construção de Solários e Passarela na Casa de Detenção	-	465.986,92
TOTAL			-	465.986,92

Ainda procurando obter melhor controle, acompanhamento e fiscalização aos recursos do FUNPEN, também está sob responsabilidade da Caixa alguns Convênios celebrados em 2004 e Contratos de Repasse assinados com as Unidades Federativas em 2005, 2006 e 2007.

Tabela 37 - Convênios Repassados à Caixa - 2004

UF	Convênio	Objeto	Vagas	Valor
CE	010/2004	Construção da Penitenciária Padrão no município de Pacatuba	500	10.302.180,06
ES	018/2004	Construção da Penitenciária de São Mateus	400	8.429.872,42
MA	011/2004	Construção do Presídio Regional de Pinheiro	168	4.184.201,06
PB	013/2004	Construção da Penitenciária Regional Padrão de Cajazeiras - CANCELADO	-	-
PR	031/2004	Construção da Penitenciária de Foz do Iguaçu	432	10.103.030,20
SC	030/2004	Construção da Penitenciária de Criciúma	352	10.061.342,16
SE	023/2004	Conclusão da Penitenciária da Grande Aracaju	320	5.445.396,13
SP	026/2004	Reforma da Penitenciária "Orlando Brando Filho" de Iaras	0	4.607.935,00

Tabela 38 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2005

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0185807-47	Reforma na Unidade de Recuperação Social Dr. Francisco de Oliveira Conde	-	500.000,00
AP	0176519-60	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá	-	500.000,00
BA	0176498-12	Construção da Penitenciária de Eunápolis	456	8.303.494,65
DF	0184634-24	Construção do Bloco de Administração da Penitenciária do Distrito Federal	-	1.577.926,04
GO	0176319-40	Construção do Presídio Regional em Senador Canedo – CANCELADO	-	-
PR	0175766-47	Conclusão da Construção da Penitenciária de Regime Semi-Aberto de Maringá	300	2.353.981,68
RJ	0184636-43	Construção do Centro de Observação no Presídio da POLINTER – CANCELADO	-	-
RJ	0184635-39	Construção da Casa de Custódia Federal de Magé	336	10.153.627,89
RS	0175980-40	Construção da Penitenciária Regional de Santa Maria	336	6.918.400,00
SP	0184633-10	Construção da Penitenciária Compacta Dupla de Presidente Alves	1536	22.200.000,00

Tabela 39 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2006

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0209264-03	Construção da Unidade de Recuperação Social de Senador Guimard	324	4.511.073,58
AM	0209262-86	Construção da Penitenciária de Itacoatiara	120	5.294.933,29
BA	0206242-79	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista	466	13.137.173,09
CE	0211729-56	Construção da Cadeia Pública de Crateús	144	3.316.478,47
DF	0207140-62	Construção do Bloco de Recepção e Revista da Penitenciária II -	-	1.314.489,91
DF	0209265-18	Obras Diversas – 2006	-	681.534,51
MG	0213278-47	Construção da Cadeia Pública de Ribeirão das Neves	526	12.244.032,95
MS	0204700-70	Recuperação do Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande	-	2.117.267,10
MS	0204699-49	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande	112	2.696.565,75
MS	0193726-21	Recuperação do Presídio Harry Amorim Costa – Dourados	-	2.354.989,50
MS	0206241-65	Construção de Cadeia Linear Lateral no Presídio Harry Amorim Costa – Dourados	180	3.062.860,72
MT	0207802-79	Construção do Centro de Detenção Provisória de Juína	150	4.495.729,43
MT	0207803-83	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes Lacerda	150	4.495.729,43
MT	0208576-56	Construção do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra	150	4.495.729,43
PA	0207485-36	Construção do Centro de Recuperação Regional de Breves	128	2.922.212,25
PA	0207804-97	Construção do Centro de Recuperação Regional de São Félix do Xingu	136	2.922.212,25
PI	0209267-36	Construção da Cadeia Pública de Altos	112	2.977.174,58
PR	0207805-01	Construção da Penitenciária de Cruzeiro do Oeste	720	10.480.000,00
RN	0209260-68	Construção da Cadeia Pública de Nova Cruz	168	4.076.635,64
RO	0211730-84	Construção da Penitenciária de Ariquemes	360	4.979.263,10
RO	0213279-52	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho	95	3.378.158,86
RR	0213280-80	Construção do Presídio Provisório Masculino de Rorainópolis	160	5.181.256,41
RS	0207487-55	Construção do Albergue P78 em Porto Alegre	78	413.256,08
RS	0207488-69	Construção do Albergue P78 em Caxias do Sul	78	415.412,11
RS	0207490-00	Construção do Albergue P78 em Charqueadas	78	398.353,88
RS	0207489-73	Construção do Albergue P78 em Venâncio Aires	78	403.469,01
RS	0207491-14	Construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo	-	8.457.907,37
RS	0207808-33	Reforma e Ampliação da Ala Oeste de Alojamentos do Instituto Penal de Viamão	78	127.142,24
RS	0207807-29	Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso	78	125.449,82
RS	0207806-15	Reforma do Alojamento "F" da Casa do Albergado Padre Pio Buck	78	101.910,98
SC	0209264-03	Construção da Penitenciária de Itajaí	360	13.241.071,11
SP	0205937-59	Construção do Centro de Detenção Provisória de Franca	768	17.032.987,72
SP	0205939-77	Construção do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul	768	17.032.987,72
SP	0213703-91	Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes	-	7.800.000,00

Tabela 40 - Contratos de Repasse assinados pela Caixa com os Estados - 2007

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas	Valor
AC	0236766-40	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Moraes - Sena Madureira	56	2.180.116,85
AL	0243809-92	Construção do Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia - Maceió	-	143.911,51
AM	0232556-15	Construção da Cadeia Pública de Manaus	540	15.562.237,90
AP	0236767-55	Construção de Penitenciária de Segurança Máxima no Estado	196	4.050.000,00
BA	0232555-01	Construção da Penitenciária de Barreiras	466	16.134.461,24
BA	0246027-07	Construção da Cadeia Pública de Salvador	428	17.091.514,16
BA	0231962-14	Reforma da Penitenciária Feminina de Salvador	-	640.887,22
CE	0229469-91	Reforma do Hospital Penitenciário Professor Otávio Lobo, em Itaitinga	-	180.000,00
CE	0238686-16	Construção da Cadeia Pública de Tianguá	150	2.359.901,00
CE	0238687-20	Construção da Cadeia Pública de Aracati	150	2.497.112,24
GO	0232550-51	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia	96	1.313.795,20
GO	0232553-83	Ampliação da Cadeia Pública do Novo Gama	24	405.974,98
GO	0232552-79	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto	48	238.408,77
GO	0232551-65	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso	24	544.222,40
MA	0236768-69	Construção de Penitenciária em Imperatriz	210	6.508.800,21
MA	0243528-96	Construção do Presídio Feminino em Pedrinhas - São Luís	210	9.446.418,34
MA	0240506-73	Ampliação do Presídio de São Luís	208	5.641.002,81
MT	0243529-09	Ampliação da Unidade de Saúde II – Penitenciária Pascoal Ramos	-	382.104,00
PA	0234648-51	Construção de Berçário na Casa de Reeducação Feminina de Ananindeua	-	624.403,45
RJ	0238689-48	Reforma Geral do Instituto Penal Cândido Mendes	-	511.692,54
RN	0238685-02	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves	12	315.947,86
RS	0234649-65	Construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves	360	8.856.602,32
RS	0236769-73	Construção da Penitenciária Estadual de Guaíba	708	12.635.551,26
SE	0229396-37	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de Nossa Senhora da Glória	24	1.180.611,00
SE	0243530-37	Adequação do Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno em Penitenciária Feminina - Nossa Senhora do Socorro	119	1.569.043,26
SE	0229399-41	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho	154	916.129,15
SP	0238887-48	Construção de Penitenciária Feminina em Tremembé	598	23.199.257,96

2.3.1.1.4. Ação 8916 – Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais

Tabela 41 – Dados gerais da ação	
Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar o aparelhamento ou reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais, inclusive os estabelecimentos federais.
Descrição	Apoio, por meio de convênios ou outros instrumentos legais, à aquisição de veículos especiais, máquinas, equipamentos e instalações destinados, exclusivamente, aos serviços essenciais dos estabelecimentos penais; bem como aquisição direta para aparelhar e reaparelhar os estabelecimentos penais federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação – CGPAI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conforme inciso I, do Art. 2º do Decreto nº 1.093, de 03 de março de 1994 que Regulamenta a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Funpen. <i>Art. 2º Os recursos do Funpen serão aplicados:</i> <i>I - na construção, reforma, ampliação e reequipamento de instalações e serviços de penitenciárias e outros estabelecimentos prisionais.</i>

Com a expedição do Decreto 5834/2006, publicado no DOU de 07.07.2006, o qual reformulou a estrutura do Departamento Penitenciário Nacional, a Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisa e Análise da Informação passou a contar com quatro Coordenações com atuação nas seguintes áreas:

- **Coordenação de Tecnologia da Informação:** voltada para o desencadeamento de ações estratégicas e de administração do Sistema InfoPen nos módulos Estatística, Gestão e Inteligência, atualmente apontado como um dos maiores projetos em nível de complexidade na área de Tecnologia de Informação do Ministério da Justiça.
- **Coordenação de Estatística e Análise de Informação:** idealizada para promover a consolidação e depuração das informações coletadas pelo sistema INFOPEN, com o intuito de desenvolver pesquisas sobre o Sistema Penitenciário e subsidiar informações para a celebração de convênios e contratos na área de atuação do DEPEN.
- **Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos:** Concebida para elaborar pareceres, notas técnicas e informações sobre temas relacionados

com questões normativas do Sistema Penitenciário, atuando ainda na construção de peças jurídicas e demais informações de processos judiciais perante os órgãos competentes. Outras atribuições: promover o estudo de casos omissos na legislação pertinentes a sua área de atuação e acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse do Departamento Penitenciário Nacional.

- **Coordenação de Engenharia e Arquitetura:** Já existente no DEPEN/MJ a referida Coordenação passou a integrar a estrutura organizacional da Coordenação Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação, com atuação expressiva na implementação de políticas penitenciárias no tocante à reforma e construção de estabelecimentos penitenciários no âmbito dos estados e da União. No entanto, no decorrer do ano de 2007, a Coordenação de Engenharia e Arquitetura passou a despachar seus expedientes e se reportar diretamente à Diretoria de Políticas Penitenciárias, tendo em vista a especialidade e o volume de suas ações.

Em 2008, a ação 8916: Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais, empenhou um total de R\$ 23.697.292,00 (vinte e três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, duzentos e noventa e dois reais) realizando um percentual de 42,14% de execução.

Tabela 42 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	307.755,28	307.755,28	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.883.600,00	2.883.600,00	0,00
TOTAL		3.191.355,28	3.191.355,28	0,00

Tabela 43 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	307.755,28	307.755,28	0,00
90 - APLICACOES DIRETAS	2.883.600,00	2.883.600,00	0,00
TOTAL	3.191.355,28	3.191.355,28	0,00

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
RONDÔNIA - REGIÃO NORTE	307.755,28	307.755,28	0,00

Tabela 44 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17.576.523,11	17.576.523,11	60.889,50
TOTAL		23.697.291,85	23.697.291,85	1.304.927,47

Tabela 95 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes de todas as fontes.

Modalidade de Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97
90 - APLICACOES DIRETAS	17.576.523,11	17.576.523,11	60.889,50
TOTAL	23.697.291,85	23.697.291,85	1.304.927,47

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
ACRE	965.250,72	965.250,72	280.000,00
BAHIA	188.529,21	188.529,21	0,00
PARÁ	194.146,18	194.146,18	0,00
RONDÔNIA	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00
TOCANTINS	254.019,60	254.019,60	0,00
REGIÃO NORTE	3.401.945,71	3.401.945,71	280.000,00
CEARÁ	170.952,35	170.952,35	0,00
SERGIPE	190.161,96	190.161,96	0,00
REGIÃO NORDESTE	361.114,31	361.114,31	0,00
RIO DE JANEIRO - REGIÃO SUDESTE	820.370,75	820.370,75	0,00
DISTRITO FEDERAL - REGIÃO CENTRO-OESTE	1.537.337,97	1.537.337,97	964.037,97
TOTAL	6.120.768,74	6.120.768,74	1.244.037,97

Entre os inúmeros objetos de convênios celebrados em 2008, podemos citar: aquisição de veículos especializados para transporte de presos (veículos do tipo cela e ambulâncias); veículos administrativos; equipamentos de segurança eletrônica (Raio-X, detector de Metal dos tipos pórtrico e manual); equipamentos de informática; equipamentos hospitalares, etc.

Tabela 45 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 56.240.000,00	R\$ 23.697.292,00	42,14%
Física*	300	61	20,33%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

Tabela 46 – Metas e resultados da ação no exercício (Emenda Parlamentar – ES)

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 15.698.381	0,00	0%
Física	01	0	0%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

Acompanhamento de Convênios e Análise de Projetos:

Em que pese as atribuições inerentes ao InfoPen a análise de pleitos FUNPEN e os respectivos acompanhamentos dos convênios de Aparelhamento e Reaparelhamento atualmente demandam a maior parte dos trabalhos realizados. Foram analisados e estão sendo acompanhados 44 (quarenta e quatro) convênios entre os anos de 2006 e 2008 supervisionados os quais demandam constantes reformulações nos planos de trabalhos originais (aditivos de prazos e utilização de saldo de recursos) tarefa esta desempenhada apenas por esse signatário e mais dois funcionários.

No tocante as viagens de monitoramento, tendo em vista a natureza das aquisições, optou-se pela estratégia de proceder às inspeções quando da conclusão das compras dos equipamentos salvo os convênios com objeto complexo ou em situações em que a vistoria a posteriori se tornaria inviável ou de difícil implementação, citando como exemplo a distribuição de itens em diversos municípios do Estado e o conseqüente deslocamento dos técnicos do DEPEN. Nesse caso, é preferível do ponto de vista racional proceder ao monitoramento em um ponto concentrado do Estado antes da distribuição dos bens.

Considerando a quantidade de convênios em curso e ainda o fato de que muitos estão em fase de conclusão, estima-se um acréscimo da quantidade de monitoramentos em relação ao ano de 2008, sendo que essas ações representam à única despesa da Coordenação de Estatística e Análise da Informação.

Coordenação de Estatística e Análise da Informação

A Coordenação de Estatística e Análise da Informação possui como objetivo central a produção de informação qualitativa a partir dos dados estatísticos produzidos pelo Sistema Integrado de Informação Penitenciária – InfoPen.

Desde a criação do sistema InfoPen-Estatística, em setembro de 2005, constatou-se de imediato uma melhora significativa no manuseio e disponibilidade dos dados dos sistemas penitenciários estaduais e, por conseguinte, a visualização de um panorama consolidado sobre o cenário penitenciário nacional.

Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos

A Coordenação de Elaboração e Consolidação de Atos Normativos tem como escopo principal subsidiar a CGPAI por meio de estudos pertinentes à aplicação da Lei de Execução Penal e da legislação penal, bem como emitir pareceres, notas técnicas e informações relacionadas com questões normativas do sistema penitenciário.

Nesse passo, em face das diversas proposições legislativas, das consultas de outros órgãos da administração e das demandas judiciais nas quais o DEPEN figura no pólo passivo, foram elaborados pareceres e informações a fim de firmar o posicionamento deste Departamento em relação a assuntos afetos ao tema penitenciário.

Esta Coordenação possui como meta para o ano de 2009 a elaboração de estudos e pesquisas sobre a legislação pertinente à execução penal, visando o aprimoramento das normas já existentes, bem como o surgimento de outras que passem a disciplinar os casos até então omissos.

Ação 1701 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais (Crédito Extraordinário)

Tabela 47 – Despesas por natureza, considerando os recursos provenientes **de todas as fontes**.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	354.203,32	354.203,32	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	259.447,80	259.447,80	250.581,60
TOTAL		613.651,12	613.651,12	250.581,60

Tabela 48 – Despesas por modalidade de aplicação, considerando os recursos provenientes **de todas as fontes**.

Modalidade De Aplicação	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
30 - TRANSF. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	354.203,32	354.203,32	0,00
90 - APLICACOES DIRETAS	259.447,80	259.447,80	250.581,60
TOTAL	613.651,12	613.651,12	250.581,60

Unidades Federativas Beneficiadas (Transferência aos Estados e ao DF)	Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
MINAS GERAIS - REGIÃO SUDESTE	150.000,00	150.000,00	0,00
MATO GROSSO DO SUL - REGIÃO CENTRO-OESTE	204.203,32	204.203,32	0,00
TOTAL	354.203,32	354.203,32	0,00

Tabela 49 - Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão
Financeira	R\$ 53.000.0000,00	R\$ 613.651,00	1,16%
Física*	156	16	10,26%

* Produto: unidade aparelhada/reaparelhada

2.3.1.2. Recursos de outros programas de governo executados pelo DEPEN

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, lançado pelo Governo Federal em 2007, com o foco no enfrentamento e prevenção à violência, no exercício de 2008, repassou recursos ao Departamento Penitenciário Nacional para execução de ações do Pronasci, relacionadas ao tema penitenciário.

A execução dos recursos ocorreu por meio das unidades gestoras 200321(CEF/DEPEN) e 200324(DIRPP/DEPEN), totalizando R\$ 155.380.143,57.

Tabela 50 - Recursos Pronasci executados pelo DEPEN em 2008.

DEPEN - PRONASCI				
CONTRATOS DE REPASSES – UG 200321 – CEF/DEPEN				
AÇÃO PRONASCI		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
8856	Modernização de Estabelecimentos Penais	1.379.000,00	1.379.000,00	0,00
8860	Apoio a Construção de Estabelecimentos Penais Especiais	133.200.000,00	133.200.000,00	0,00
TOTAL		134.579.000,00	134.579.000,00	0,00
CONVÊNIOS – UG 200324 – DIRPP/DEPEN				
AÇÃO PRONASCI		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
8853	Apoio a Implementação de Políticas Sociais	6.509.196,00	6.509.196,00	6.509.196,00
8856	Modernização de Estabelecimentos Penais	13.777.300,00	13.777.300,00	0,00
8858	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Públicas	514.647,57	514.647,57	0,00
TOTAL		20.801.143,57	20.801.143,57	6.509.196,00
TOTAL GERAL PRONASCI		155.380.143,57	155.380.143,57	6.509.196,00

2.3.1.2.1. Programa 1453 - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania



O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, prevê dentre as suas 94 (noventa e quatro) ações, a geração de cerca de 40.000 (quarenta mil) novas vagas no sistema penitenciário brasileiro com a construção de estabelecimentos prisionais com capacidade para 421 (quatrocentos e vinte e uma) vagas, destinados a jovens na faixa etária entre 18 e 24; e ainda, penitenciárias femininas. Somente no ano de 2008 foram descentralizados recursos para iniciar a construção desses estabelecimentos prisionais especiais em 11 (onze) Estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Serão 4.631 (quatro mil seiscentos e trinta e uma) novas vagas, além de pouco mais de 8.000 (oito mil) que foram contratadas com recursos do FUNPEN.

2.3.1.2.1.1. Ação 8853 – Apoio à implementação de políticas sociais

Despesas executadas visando atender projeto de Cooperação Técnica Internacional entre a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e Cultura - OEI e o Ministério da Justiça (PRONASCI).

Com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta de educação e de produzir um conhecimento refinado sobre a situação da educação no sistema penitenciário foi formalizado entre o Ministério da Justiça e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) um projeto de cooperação internacional para:

- Realização de um diagnóstico sobre o perfil dos presos, dos professores e dos agentes; as condições de oferta: Infra-estrutura e equipamentos disponíveis, a organização da gestão escolar e as expectativas dos presos e familiares a respeito da educação em suas vidas;
- Desenvolvimento de metodologias; e
- Formação de professores.

A Instituição responsável pelo planejamento do diagnóstico foi contratada no final do ano passado e o diagnóstico deve ficar pronto ainda em 2009. Além de permitir aperfeiçoar as ações do “Educando Para a Liberdade” este diagnóstico define um novo paradigma para a gestão dos estabelecimentos penais e porque não dizer da execução penal.

Tabela 51 – Despesas por natureza executadas pelo DEPEN

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
338041	AUXÍLIOS	6.329.196,00	6.329.196,00	6.329.196,00
448042	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	180.000,00	180.000,00	180.000,00
TOTAL		6.509.196,00	6.509.196,00	6.509.196,00

2.3.1.2.1.2. Ação 8856 – Modernização de Estabelecimentos Penais

A Ação 8856 do PRONASCI, aquisição de equipamentos de segurança eletrônica tipo pórticos detectores de metal, esteiras de raio X e magnetômetros manuais para 17 (dezessete) estados signatários do PRONASCI, no valor de R\$ 13.777.300,00 (treze milhões, setecentos e setenta e sete mil e trezentos reais), licitada no mês de dezembro, sob a responsabilidade da CGPAI/DIRPP, elevou a execução orçamentária da Ação Modernização de Estabelecimentos Penais do PRONASCI para 75,46% , segundo dados do SIGPLAN.

Tabela 52 - Módulos de Saúde para estabelecimentos penais.

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Valor
RS	0264810-64	Construção do Módulo de Saúde	686.000,00
PA	0264809-35	Construção do Módulo de Saúde em Marituba	693.000,00
TOTAL			1.379.000,00

Tabela 53 - Despesas por natureza executadas pelo DEPEN.

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	15.156.300,00	15.156.300,00	0,00
TOTAL		15.156.300,00	15.156.300,00	0,00

2.3.1.2.1.3. Ação 8858 – Valorização de profissionais e operadores de segurança pública

O DEPEN executou em 2008, com recursos do PRONASCI, através da Unidade Gestora 200324 (Diretoria de Políticas Penitenciárias – DIRPP/DEPEN), o valor de R\$ 514.647,57 (quinhentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), para a realização de projetos de valorização de profissionais do sistema penitenciário, são eles:

Tabela 54 - Projetos de valorização de profissionais do sistema penitenciário.

UF	Nº Processo	Objeto	Valor
AC	08001004086200815	Capacitação de agentes penitenciários para gerenciamento de crises.	316.978,14
AC	08001004083200873	Capacitação de agentes penitenciários na utilização de armamento não letal.	101.203,83
PA	08001004830200873	Curso de formação continuada de agentes penitenciários do Pará, da Superintendência do Sistema Penitenciário.	96.465,60
TOTAL			514.647,57

Tabela 55 – Despesas por natureza executadas pelo DEPEN

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
333041	CONTRIBUIÇÕES	514.647,57	514.647,57	0,00
TOTAL		514.647,57	514.647,57	0,00

2.3.1.2.1.4. Ação 8860 – Apoio à Construção de Estabelecimentos Penais Especiais

O DEPEN executou em 2008, com recursos do PRONASCI, através da Unidade Gestora 200321 (CEF/DEPEN), o valor de R\$ 133.200.000,00 (cento e trinta e três milhões e duzentos mil reais).

Tabela 56 – Despesas por natureza executadas pelo DEPEN

Natureza da Despesa		Empenho Emitido	Empenho Liquidado	Valores Pagos
443042	AUXÍLIOS	133.200.000,00	133.200.000,00	0,00
TOTAL		133.200.000,00	133.200.000,00	0,00

Tendo em vista os índices de criminalidade serem grandes entre os jovens de 18 a 24 anos, o Ministério da Justiça lançou como meta do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) a geração de vagas com a Construção de Penitenciárias para Jovens Adultos Masculina.

O jovem adulto em questão necessita de um estabelecimento penal onde seja instituídos processo educativo e laborativo, como instrumento de ressocialização com política penitenciária voltada à inclusão social, evitando que sejam os mesmos contaminados pela realidade carcerária atual. Passando, portanto por um processo de modificação contribuindo para a formação de um senso crítico, melhorando o seu comportamento na vida carcerária.

A partir dessas informações a Coordenação de Engenharia e Arquitetura do Departamento Penitenciário Nacional desenvolveu um projeto arquitetônico com 421 (quatrocentos e vinte e uma) vagas que pudesse garantir a oportunidade de transformação não só na vida desses jovens, como também no conjunto da sociedade.

O projeto do estabelecimento penal em destaque possui aproximadamente 13.000.000,00 m² (treze milhões de metros quadrados), distribuídos da seguinte forma:

- Bloco de Administração;
- Bloco de Alojamento de Agentes e da Guarda;
- Bloco de Saúde, tendo Consultórios para psicólogo, assistente social, médico, dentista, enfermagem e 04 celas de observação com solário;
- Bloco de Inclusão, onde o apenado é cadastrado, contendo guarda de pertences e barbearia;
- Bloco de Vivência Individual, contendo celas individuais para cumprimento de pena, triagem, isolamento; possuindo salas de atividades múltiplas, pátio de sol e celas para encontros íntimos.
- Bloco de Visitas independente contendo celas de visitas íntimas e pátio de sol, onde as visitas não terão acesso à área de carceragem;
- Bloco de Serviços, contendo Lavanderia e Cozinha;
- 2 (dois) Blocos de Vivência Coletiva, contendo parlatórios, celas coletivas para 06 (seis) apenados com bancada de estudos e banheiro, cela para PNE (Portador de Necessidades Especiais), pátio de sol, pátio coberto, 6 (seis) Salas de Atividades, que poderão ser utilizadas como salas de aula, atividades múltiplas, cultos e aulas de informática;
- Bloco de Apoio às Visitas, contendo bancos e sanitário para atendimento aos familiares enquanto da espera para ingressar no estabelecimento penal;
- Bloco de Recepção e Revista: onde as visitas farão o registro, a identificação e a revista.

A ação financiou, em 2008, por meio de contratos de repasse firmados pela CAIXA, 3.789 (três mil, setecentos e oitenta e nove) novas vagas no Sistema Penitenciário Nacional.

Tabela 57 - Vagas financiadas por esta ação

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Valor
AL	0264730-90	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
BA	0264731-03	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
MG	0276701-04	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.700.000,00
MT	0275108-94	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
PA	0264732-17	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
PI	0275109-07	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
RJ	0264733-21	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.700.000,00
RO	0276702-18	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.850.000,00
RS	0264734-35	Construção da Penitenciária Jovens Adultos	14.700.000,00
TOTAL			133.200.000,00

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Departamento Penitenciário Nacional não possui indicadores para aferir o desempenho sistemático dos procedimentos administrativos implementados, mas tão somente para avaliar o desempenho operacional do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal.

Não obstante, esse Departamento iniciou o desenvolvimento de seu Planejamento Estratégico, o qual contemplará metas específicas para a avaliação da gestão, bem como indicadores de desempenho das atividades realizadas.

2.4.1. INDICADORES DE DESEMPENHO

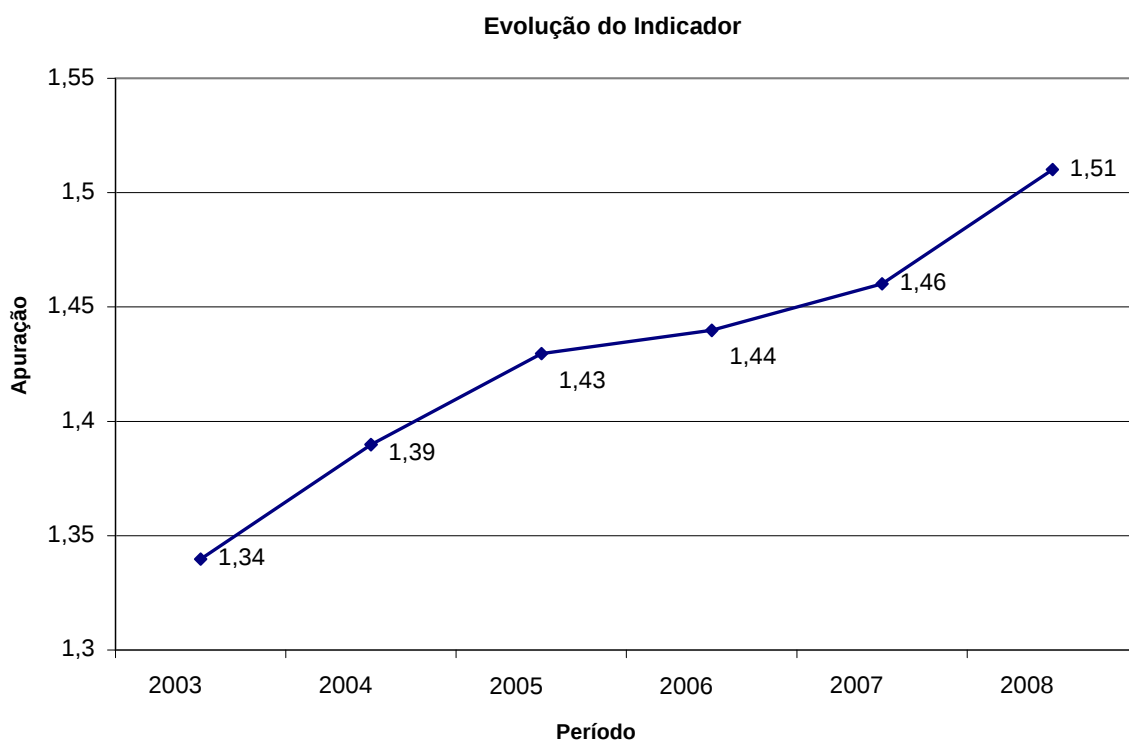
2.4.1.1. Razão entre a População do Sistema e a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário

- Visa aferir a variação quantitativa da população prisional do País e velocidade dessa variação.
- Avalia a efetividade do Programa.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre a população prisional e a lotação padrão do sistema.
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Ao final de 2008, o resultado da apuração foi de 1,51.
- O indicador possui comportamento crescente ao longo dos anos, revelando que o número de vagas geradas (financiadas) pelo Programa não acompanha o avanço da população prisional.
- Como mencionado anteriormente, este indicador decorre de uma relação entre duas variáveis - lotação padrão e população prisional. A primeira delas (denominador da relação) possui comportamento estável, previsível e diretamente proporcional ao volume de recursos investidos na construção e ampliação de estabelecimentos penais. A segunda possui comportamento instável, que depende muito mais da eficiência de políticas públicas (diretas ou indiretas) do que exclusivamente do volume de investimentos. Até aspectos legais e normativos influenciam essa variável. Progressões de regime, assistência jurídica, aplicação de penas substitutivas às restritivas de liberdade, profissionalização do preso, elevação de escolaridade, bom atendimento à saúde, etc, são aspectos que contribuem para frear o vertiginoso crescimento populacional nas prisões brasileiras, seja de forma direta, seja combatendo o índice de reincidência criminal.
- O Programa em 2007 teve avanços significativos como crescimento e fortalecimento de parcerias entre DEPEN/MJ e outros órgãos dos Governos Federal e Estaduais; o fortalecimento da aplicação das penas e medidas alternativas; o maior envolvimento dos diversos órgãos de execução penal. Assim, a simples comparação entre os valores do indicador de 2003 a 2008 não possui a

capacidade de medir ou traduzir os avanços do Programa, notadamente no último ano.

- Evidentemente, não fosse a implementação do Programa, o cenário do sistema penitenciário nacional teria extrapolado os contornos do tolerável.

Gráfico 4: Evolução do indicador desde 2003.

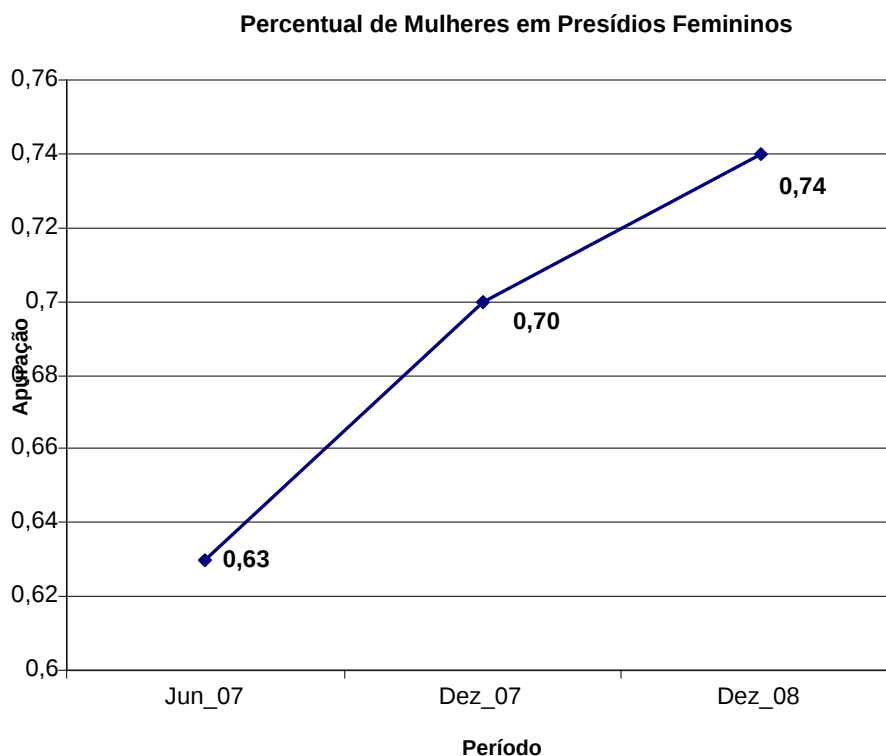


Fonte: InfoPen

2.4.1.2. Percentual de Mulheres em Presídios Femininos

- Visa aferir distorções relacionadas a mistura de gêneros no mesmo estabelecimento penal.
- Avalia a efetividade do Programa.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o total de mulheres em presídio feminino e o total de mulheres encarceradas (incluindo estabelecimentos mistos).
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Sua apuração foi de 0,63 em junho/2007, de 0,70 em dezembro de 2007, e de 0,74 em dezembro de 2008, o que demonstra redução das distorções (o número ideal é 1,00).
- Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.
- O Acordo de Cooperação firmado em 2006 entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República vem se mostrando como uma alternativa viável e efetiva para o enfrentamento das questões de gênero no âmbito do sistema penitenciário.

Gráfico 5: Evolução do indicador desde junho de 2007.

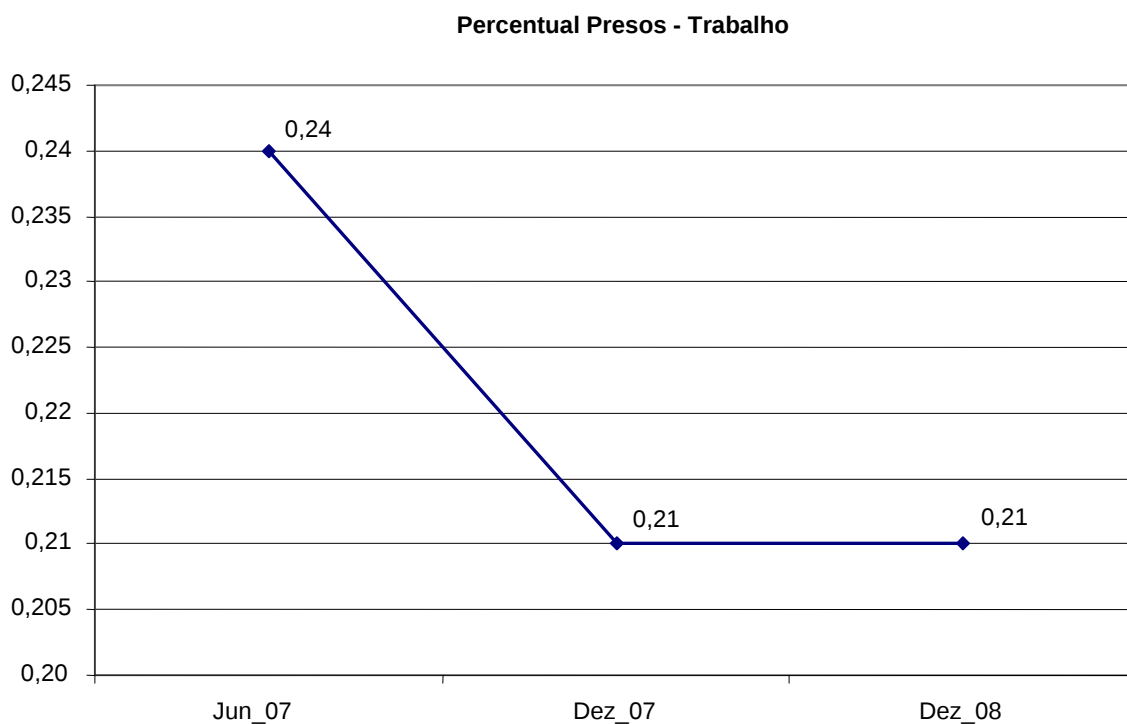


Fonte: InfoPen

2.4.1.3. Percentual de Presos que Trabalham

- Visa aferir a **efetividade** das políticas de profissionalização implementadas no âmbito do sistema penitenciário.
- A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o número de presos que trabalham e o número total de presos.
- A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN.
- Sua apuração foi de 0,24 em junho de 2007 e de 0,21 em dezembro de 2007, sinalizando que as políticas de profissionalização devem ser intensificadas (o número ideal é 1,00).
- Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.
- O gráfico, seguinte, apresenta o resultado encontrado ao final de 2008.

Figura 6: Evolução do indicador desde junho de 2007.



Fonte: InfoPen

2.4.1.4. Outros indicadores – Acórdão nº 1.742/2006 TCU – Plenário

O Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário – trata de monitoramento decorrente da Decisão nº 1.715/2002 – Plenário – que **versa** sobre o tema “Profissionalização do Preso”. Assim determina o item 9.2.1 do referido Acórdão:

“9.2. determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

9.2.1. passe a informar, no Relatório de Gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;”

As unidades federativas, em 2008, passaram a informar os dados solicitados ao InfoPen, razão pela qual não há apurações em períodos anteriores.

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, seguem os dados pertinentes.

Percentual de Educandos no Ensino Fundamental

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 17.738 (dezessete mil setecentos e trinta e oito) presos desempenhavam atividades educacionais voltadas para o ensino fundamental. Este quantitativo corresponde a 3,97% da população carcerária do Brasil.

Percentual de treinandos em qualificação profissional,

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 837 (oitocentos e trinta e sete) presos desempenhavam atividades educacionais, cursos técnicos, voltadas para a qualificação profissional. Este quantitativo corresponde a 0,19% da população carcerária do Brasil.

Número de apenados que trabalham em oficinas próprias

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 70.943 (setenta mil novecentos e quarenta e três) presos desempenhavam atividades de laborterapia no interior dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 15,88% da população carcerária do Brasil.

Número de apenados que trabalham em oficinas em parceria

Em dezembro de 2008, as unidades federativas informaram que 14.008 (quatorze mil e oito) presos desempenhavam atividades de laborterapia fora dos estabelecimentos penais. Este quantitativo corresponde a 3,14% da população carcerária do Brasil.

Tabela 58 - Perfil da população prisional brasileira em relação ao tratamento prisional (referência: dezembro de 2008)

Tratamento Prisional	Masculino	Feminino	Total
Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo	13,437	571	14,008
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	6,804	236	7,04
Item: Parceria com Órgãos do Estado	2,219	180	2,399
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	660	23	683
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	2,563	112	2,675
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	346	6	352
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	845	14	859
Quantidade de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Interno	64,881	6,062	70,943
Item: Apoio ao Estabelecimento Penal	28,168	2,533	30,701
Item: Parceria com a Iniciativa Privada	16,885	1,985	18,87
Item: Parceria com Órgãos do Estado	1,969	335	2,304
Item: Parceria com Paraestatais (Sistema S e ONG)	157	31	188
Item: Atividade Desenvolvida - Artesanato	12,421	1,015	13,436
Item: Atividade Desenvolvida - Rural	2,399	18	2,417
Item: Atividade Desenvolvida - Industrial	2,882	145	3,027
Quantidade de Presos em Atividade Educacional	31,267	3,248	34,515
Item: Alfabetização	9,217	800	10,017
Item: Ensino Fundamental	15,9	1,838	17,738
Item: Ensino Médio	5,237	555	5,792
Item: Ensino Superior	109	22	131
Item: Cursos Técnicos	804	33	837

Fonte: InfoPen Estatística

2.4.2. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

Todas as informações referentes aos gastos gerais da Unidade Jurisdicionada estão contidas no Relatório de Gestão do FUNPEN, pois os recursos utilizados para este fim são provenientes do Fundo Penitenciário Nacional.

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não houve ocorrências no período.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela 59 - Restos a pagar

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2004	672.441,43	0,00	0,00	672.441,43	0,00	0,00	0,00	0,00
2005	334.230,00	0,00	0,00	334.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	29.080,85	0,00	29.080,00	0,85	1.179.481,30	(511.581,17)	566.765,27	101.134,86
2007	365.604,40	0,00	178.050,88	187.553,52	159.838.195,80	(1.921.488,16)	63.522.346,99	94.394.360,65
Total	1.401.356,68	0,00	207.130,88	1.194.225,80	1.017.677,10	(2.433.069,33)	64.089.112,26	94.495.495,51

Com relação aos valores acima apresentados, apontamos que foram pagos de Restos a Pagar Não-Processados, inscritos no ano de 2007, o total de R\$ 16.834.182,17, provenientes da fonte 100 (Recursos do Tesouro).

Devido ao exíguo lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de **1 ano e meio a três anos** para conclusão. Assim, a Unidade Gestora CEF/DEPEN possui um volume de restos a pagar muito alto.

5. DEMONSTRATIVOS DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AC	convênio	577571	08016.002822/2006-61	006/2006	22/12/06	25/06/08	Fomento ao Núcleo de Execução de Penas Alternativas do Cruzeiro do Sul - AC	26/12/06	34.310,00	9.263,70	3.431,00	Poder Judiciário do Estado	04.034.872/2221-21	Realizado. Em fase de prestação de contas.
AC	convênio	603308	08010.010148/2007-90	139/2007	31/12/07	30/10/08	Projeto Político Pedagógico p/Formação de Gestores do Sistema Penitenciário do Estado - AC	7/1/2008	379.256,88	341.331,19	37.925,69	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Em prestação de Contas
AC	contrato de repasse	609213	08016.005306/2007-70	0236766-40	17/12/07	30/01/09	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Moraes - Sena Madureira - AC	30/4/2009	2.422.352,06	2.180.116,85	242.235,21	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Obra iniciada, com 5,73% de execução física.
AC	convênio	628676	08016.000747/2008-66	030/2008	02/12/08	29/05/09	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	17/12/2008	311.111,00	280.000,00	31.111,00	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Em andamento.
AC	convênio	631641	08016.000230/2008-77	045/2008	09/01/09	30/03/09	Político Pedagógico para a Formação de Agentes Penitenciários	21/1/2009	222.223,00	200.000,70	22.222,30	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Em início de execução.
AL	convênio	577413	08016.003576/2006-65	063/2006	22/12/06	22/12/08	Projeto Nascer da Terra - AL	26/12/06	245.306,40	110.056,70	25.193,00	Superintendência de Administração Penitenciária	12.200.192/0001-69	Em prestação de contas. Objeto não foi realizado.
AL	convênio	603400	08016.004378/2007-08	022/2007	31/12/07	08/03/09	Assistência Jurídica ao Preso - AL	7/1/2008	152.900,00	61.360,00	30.180,00	Defensoria Pública Geral do Estado	04649138000177	Em início de execução. Ainda encontra-se em processo licitatório e seleção de pessoal para iniciar os atendimentos.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AL	convênio	601567	08016.006827/2007-44	130/2007	28/12/07	28/12/09	Ouvidoria para o Sistema Penitenciário Alagoano - AL	31/12/2007	31.933,00	28.739,70	3.193,30	Secretaria de Estado da Defesa Social	12.200.192/0001-69	Em execução. Área técnica aguardo retorno dos autos face à pedido de prorrogação.
AM	contrato de repasse	613552	08016.003171/2007-16	0232556-15	28/12/07	28/06/09	Construção de uma Unidade Prisional no Município de Manaus - AM	9/1/2008	20.453.573,00	15.562.237,90	4.891.335,10	Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.401/0001-38	Em fase de licitação
AM	convênio	622635	08016.001188/2008-10	002/2008	16/04/08	16/09/08	Realização do IV CONEPA	17/4/2008	250.041,73	200.000,00	50.041,73	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/0001-90	Realizado. Em fase de prestação de contas.
AP	convênio	577395	08016.003717/2006-40	018/2006	22/12/06	13/08/09	Implantação da Central de Penas Alternativas do Estado do Amapá - AP	26/12/06	275.882,86	74.488,37	27.588,28	Tribunal de Justiça do Estado	38.870.576/0001-21	Em andamento. Monitoramento realizado. Aguardando solicitação de prorrogação.
AP	convênio	605390	08016.005618/2007-83	027/2007	31/12/07	30/04/09	Assistência Legal - Núcleo de Assistência Jurídica do IAPEN - AP	7/1/2008	150.854,68	86.882,41	15.085,47	Tribunal de Justiça do Estado	34870576000121	Recebeu apenas a 1ª parcela mas já adquiriu os materiais necessários. Aguardando a 2ª parcela para iniciar os atendimentos.
AP	convênio	599212	08016.005641/2007-78	058/2007	18/12/07	18/06/09	Implantação do Centro de Excelência em Serviços Penais - AP	24/12/2007	123.678,43	111.016,43	12.662,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Boa parte dos materiais necessários já foram adquiridos, mas ainda estão dependendo de uma adequação do espaço físico para a devida instalação. O acervo ainda não foi licitado.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AP	contrato de repasse	602721	08016.005583/2006-00	0234544-09	13/12/07	30/06/10	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá - IAPEN - AP	18/12/2007	2.813.999,32	2.523.999,32	290.000,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
AP	contrato de repasse	602722	08016.005778/2007-22	0236767-55	13/12/07	30/06/10	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima do Estado - AP	18/12/2007	4.506.770,11	4.050.000,00	456.770,11	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Em fase de licitação
BA	convênio	594477	08016.002818/2007-84	024/2007	04/10/07	11/08/09	Atendimento Jurídico para o Sistema Penitenciário da Bahia - BA	17/10/2007	171.618,15	76.800,00	18.018,15	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Encontra-se em término de execução e o objeto se apresenta em vias de conclusão. Será monitorado antes do término para aferição do objeto.
CE	convênio	601566	08016.005619/2007-28	090/2007	28/12/07	28/03/10	Especialização em Gestão Penitenciária-CE	31/12/2007	176.960,00	158.960,00	18.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	Em execução, mas será rescindido por não se encontrar mais materialmente exequível.
CE	convênio	605305	08016.003887/2007-13	134/2007	31/12/07	30/04/09	Operacionalização dos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará - CE	7/1/2008	160.000,00	144.000,00	16.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	O estado prorrogou o prazo e está em vias de licitação.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
CE	convênio	602986	08016.004428/2007-49	135/2007	31/12/07	30/04/09	Implantação de Unidade Móvel Odontológica no Sistema Penitenciário-CE	4/1/2008	255.800,00	230.220,00	25.580,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	O estado prorrogou o prazo e está em vias de licitação.
DF	convênio	603299	08016.008286/2007-99	117/2007	31/12/07	31/12/09	Aquisição de Portais Detectores de Metais e Aparelhos de Raios X - DF	7/1/2008	1.175.000,00	1.057.500,00	117.500,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	O estado ainda não comprou nada e pediu prorrogação até 31/12/2009.
DF	convênio	601855	08016.008279/2007-97	121/2007	31/12/07	31/08/09	Projeto Iniciação Profissional de Detentos a Distância - DF	3/1/2008	277.801,00	180.000,00	27.780,00	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	33.564.543/0001-90	Em andamento com 40% de execução.
DF	convênio	603307	08016.01059/2007/50	136/2007	31/12/07	31/07/09	Capacitação de Serviços Penais na Área de Intervenção Penitenciária - DF	7/1/2008	510.188,73	229.792,46	51.018,88	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Em início de execução. Processo licitatório em estado embrionário.
DF	convênio	603319	08016.010158/2007-13	137/2007	31/12/07	31/12/09	Projeto Político Pedagógico de Capacitação e Serviços Penais na Área de Segurança e Dispensa - DF	7/1/2008	863.120,00	388.404,00	86.312,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Em início de execução. Processo licitatório em estado embrionário.
DF	convênio	628669	08016.000769/2008-26	034/2008	04/07/08	04/07/09	Aquisição de Equipamentos de Segurança e Armamentos Letais e Não Letais	18/7/2008	1.071.153,30	964.037,97	107.115,33	Secretário de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal	394718/0001-00	O estado recebeu o pagamento em 31/10/2008 e prorrogou o prazo até 04/07/2009.
ES	convênio	602905	08016.004362/2007-97	017/2007	31/12/07	30/06/09	Em Defesa dos Direitos do Preso Sentenciado - ES	4/1/2008	359.628,00	143.851,20	71.925,60	Defensoria Pública Geral do Estado	00.671.513/0001-24	Em execução. Parte Dos beneficiados já foram atendidos, mas será prorrogado

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
ES	convênio	602117	08016.003996/2007-22	036/2007	19/12/07	19/06/09	Aparelhamento dos Ambulatórios das Unidades Prisionais - ES	3/1/2008	292.753,80	216.442,59	76.311,21	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Em execução. Execução com atraso razoável.
ES	convênio	603322	08016.003992/2007-44	042/2007	31/12/07	16/03/09	Costurando o Futuro - ES	7/1/2008	190.381,15	72.740,00	38.076,23	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Em execução. Parte dos materiais adquiridos e cursos já iniciaram.
ES	convênio	603317	08016.005174/2007-86	119/2007	31/12/07	31/10/09	Especialização em Sistema Prisional - ES	7/1/2008	132.992,00	35.215,20	27.346,40	Secretaria de Estado da Justiça	27.080.530/0001-43	Está em execução. As aulas já foram iniciadas.
GO	convênio	605382	08016.006800/2007-51	132/2007	31/12/08	22/07/09	Estruturação da e Implantação dos Núcleos de DH e Ouvidorias de Justiça - NUDOJS - GO	7/1/2008	38.793,77	34.913,77	3.880,00	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em execução. Sobre análise de solicitações e justificativas do Estado, na OSPEN.
GO	contrato de repasse	613548	08016.005399/2007-32	0232550-51	27/12/07	30/03/09	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia - GO	15/1/2008	1.459.772,45	1.313.795,20	145.977,25	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
GO	contrato de repasse	613550	08016.005553/2007-76	0232552-79	27/12/07	30/03/09	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto - GO	15/1/2008	473.545,50	238.408,77	235.136,73	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de licitação
GO	contrato de repasse	613551	08016.005555/2007-65	0232553-83	27/12/07	30/04/09	Ampliação da Cadeia Pública de Novo Gama	15/1/2008	451.083,31	405.974,98	45.108,33	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
GO	contrato de repasse	613549	08016.005550/2007-32	0232551-65	27/12/07	30/04/09	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso	15/1/2008	604.691,56	544.222,40	60.469,16	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de análise de documentação pela CEF.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
GO	convênio	632962	08016.000056/2008-62	042/2008	29/08/08	29/08/09	Tecendo a Liberdade para o Cooperativismo	15/9/2008	148.467,50	133.620,75	14.846,75	Secretaria de Segurança Pública	1409606/0001-48	Em início de execução - Licitação e seleção de pessoal.
GO	convênio	636804	08016.000056/2008-62	046/2008	28/11/08	28/12/09	Violência Não	17/12/2008	231.876,30	190.000,00	41.876,30	Secretaria de Segurança Pública	1409606/0001-48	Em início de execução.
MA	convênio	603298	08016.004361/2007-42	050/2007	31/12/07	23/03/09	Fortalecimento da Atuação da Defensoria Pública no Acom.da Pena Priv. De Liberdade- MA	7/1/2008	104.193,00	93.773,70	10.419,30	Defensoria Pública Geral	06.354.468/0001-60	EM início de execução. Ocorreram mudanças nas fontes dos recursos por parte do Estado que ensejou em aditivo, atrasando a execução. Os atendimento ainda não foram iniciados.
MA	contrato de repasse	596843	08016.005313/2007-71	0236768-69	27/11/07	30/11/09	Construção da Penitenciária Imperatriz - MA	27/11/2007	7.232.000,23	6.508.800,21	723.200,02	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
MA	contrato de repasse	613561	08016.005311/2007-82	0243528-96	28/12/07	30/12/09	Ampliação do Presídio de São Luís - MA	14/1/2008	6.267.780,91	5.641.002,81	626.778,10	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
MG	convênio	601558	08016.004056/2007-51	011/2007	19/12/07	19/12/09	Implantação de Medidas Alternativas para o Público Usuário de Entorpecentes - MG	28/12/2007	160.000,00	90.000,00	40.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Em andamento. Prorrogado para 19/12/2009.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MS	convênio	605282	08016.002403/2007-19	123/2007	31/12/07	30/06/09	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Prisional - MS	7/1/2008	145.248,23	65.024,23	15.200,00	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN	03983632000100	Em execução, as aulas já iniciaram.
MS	termo de parceria	635848	08016.002807/2008-85	002/2008	01/12/08	1/12/09	Assistência à Saúde dos Presos Custodiados na Penitenciária Federal em Campo Grande	3/12/2008	1.049.060,80	250.000,00	49.060,80	Instituto Brasileiro de Santa Catarina - IBRASC	06.253.542/0001-52	prestação de serviço iniciada.
MT	convênio	601153	08016.004363/2007-31	015/2007	23/11/07	22/01/09	Programa de Assistência aos Segregados nos Presídios (PAS) - MT	23/11/2007	119.146,81	73.960,81	12.186,00	Defensoria Pública no Estado	02528193000183	Em Execução. Os atendimentos já foram iniciados, mas ainda não está perto de concluir a meta.
MT	convênio	602981	08016.003941/2007-12	038/2007	19/12/07	25/03/09	Ampliação das Oficinas Produtivas na Penit. Ana Maria Couto 'May' - MT	4/1/2008	43.250,76	38.318,46	4.932,30	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Encontra-se em início de execução. Processo licitatório lento atrasou o início das aquisições.
MT	convênio	602879	08016.003938/2007-07	056/2007	19/12/07	30/06/09	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira Ferrugem" - MT	3/1/2008	115.827,59	27.385,01	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em execução.
MT	convênio	602880	08016.003944/2007-56	057/2007	19/12/07	30/06/09	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Major PM ZUZI Alves da Silva" - MT	3/1/2008	115.827,59	27.385,01	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em execução.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MT	convênio	602983	08016.003890/2007-29	088/2007	19/12/07	19/02/09	Solicita Doação de Cinco Viaturas - MT	4/1/2008	725.000,00	652.500,00	72.500,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602882	08016.003939/2007-43	091/2007	19/12/07	20/08/09	Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional na Comunidade de Origem - MT	3/1/2008	55.500,00	49.700,00	5.800,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em início de execução. Atraso no processo licitatório causou atrasos na execução.
MT	convênio	602883	08016.004261/2007-16	100/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portátil nas Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	3/1/2008	373.750,00	336.375,00	37.375,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602984	08016.004251/2007-81	104/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Lavanderias nas maiores Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	4/1/2008	92.188,00	82.969,20	9.218,80	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602884	08016.004267/2007-93	105/2007	19/12/07	19/07/09	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portal nas Unidades do Sistema Prisional do Estado	3/1/2008	731.000,00	657.900,00	73.100,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.
MT	convênio	602885	08016.004249/2007-10	106/2007	19/12/07	31/12/09	Aquisição de Veículos tipo Ambulância - MT	3/1/2008	310.800,00	279.720,00	31.080,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em andamento.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MT	contrato de repasse	613562	08016.005124/2007-07	0243529-09	31/12/07	08/06/09	Ampliação da Unidade de Saúde II - Medida de Segurança - Pascoal Ramos - MT	17/1/2008	424.560,00	382.104,00	42.456,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Em fase de licitação
PA	convênio	577468	08016.003733/2006-32	039/2006	22/12/06	25/06/08	Projeto Penas Alternativas Ano 2006 - PA	26/12/06	386.797,00	155.057,00	76.682,00	Tribunal de Justiça do Estado	04.567.897/0001-90	Realizado. Em fase de prestação de contas.
PA	convênio	600698	08016.004481/2007-40	107/2007	18/12/07	18/09/08	Apoio Tecnológico na Gestão das Informações Penitenciárias do Estado - PA	4/1/2008	100.297,00	90.267,30	10.029,70	Superintendente do Sistema Penal	05.054.861/0001-76	Em prestação de contas (monitoramento em fase de conclusão)
PA	convênio	602985	08016.004263/2007-13	125/2007	31/12/07	31/07/08	Projeto de Instalação de Gás Medicinal no Hospital Geral Penitenciário - PA	4/1/2008	94.717,92	85.246,13	9.471,79	Superintendente do Sistema Penal	05929042000125	Em prestação de contas (recurso não utilizado)
PB	convênio	605387	08016.004489/2007-14	010/2007	31/12/07	30/09/08	Interiorização do Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado - PB	7/1/2008	199.330,00	57.500,00	19.330,00	Defensoria Pública Geral do Estado	10733319000180	Arquivado
PE	convênio	605383	08016.004034/2007-91	004/2007	31/12/07	26/03/09	Programa de Apoio Técnico-Operacional no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - PE	7/1/2008	194.354,92	87.494,92	32.160,00	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução.
PE	convênio	605384	08016.004380/2007-79	032/2007	31/12/07	17/04/09	Educação Digital de Sentenciados na Condição de Pré-Egressos - PE	7/1/2008	41.979,43	37.781,49	4.197,94	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Embora esteja em execução será rescindido, haja vista que o Conveniente não estava realizando o objeto em consonância com o previsto no instrumento.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PE	convênio	605385	08016.005347/2007-66	047/2007	31/12/07	31/12/09	Implantação da Escola Penitenciária em Pernambuco - PE	7/1/2008	166.708,62	150.037,76	16.670,86	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em processo licitatório ainda. O espaço físico está sendo readequado para a instalação dos equipamentos.
PE	convênio	605380	08016.007266/2007-09	048/2007	31/12/07	31/12/09	Capacitação Profissional em Eletricidade e Mecânica de Automóveis - PE	7/1/2008	66.157,54	59.541,79	6.615,75	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	As ações não foram iniciadas. O Conveniente solicitou em fev/09 uma suplementação orçamentária para os convênios. A solicitação encontra-se em análise pela área técnica.
PE	convênio	603304	08016.005346/2007-11	051/2007	31/12/07	30/08/09	Capacitação em Gerenciamento de Crise em Ambiente Prisional - PE	7/1/2008	39.131,00	35.217,90	3.913,10	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605340	08016.004377/2007-55	055/2007	31/12/07	11/03/09	Capacitação Profissional em Corte e Costura - PE	7/1/2008	68.293,70	61.464,33	6.829,37	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	As ações não foram iniciadas. O Conveniente solicitou em fev/09 uma suplementação orçamentária para os convênios. A solicitação encontra-se em análise pela área técnica.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PE	convênio	603301	08016.005338/2007-75	063/2007	31/12/07	03/03/09	Capacitação em Legislação Penitenciária - PE	7/1/2008	27.802,00	25.021,80	2.780,20	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	603302	08016.005344/2007-22	062/2007	31/12/07	17/05/09	Capacitação em Identificação e Atendimento do Usuário de Substância Psicotrópica - PE	7/1/2008	16.746,40	15.071,76	1.674,64	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	603303	08016.005345/2007-77	061/2007	31/12/07	04/04/09	Capacitação em Metodologia Penitenciária - PE	7/1/2008	23.385,50	21.046,95	2.338,55	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605333	08016.005339/2007-10	060/2007	31/12/07	30/04/09	Capacitação em Ética - PE	7/1/2008	63.399,90	57.060,00	6.339,90	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em execução. Atividades ainda em estágio embrionário.
PE	convênio	605389	08016.003991/2007-08	093/2007	31/12/07	12/03/09	Projeto "Casa de Apoio a Egressos e Liberados" - PE	7/1/2008	471.918,60	20.000,00	47.200,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	10.571.982/0001-25	Em início de execução. Os equipamentos ainda estão sendo adquiridos.
PI	convênio	603024	08016.004050/2007-83	003/2007	28/12/07	22/06/09	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Piauí - PI	31/12/2007	207.904,84	94.037,92	20.790,84	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	07.217.342/0001-07	Em andamento. Prorrogado para 22/06/2009.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PI	convênio	605310	08016.003960/2007-49	092/2007	31/12/07	13/03/09	Profissionalização e Gestão Empresarial no Sistema Prisional do Piauí - PI	7/1/2008	260.329,80	116.157,80	26.033,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado	07.217.342/0001-07	Execução ainda no início. Atraso razoável.
PR	convênio	538439	08016.002444/2005-35	014/2005	27/12/05	24/02/08	Projeto Curso Grupo de Apoio as Ações Penitenciárias	28/12/2005	114.768,00	45.907,20	22.953,60	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	40-245.920/0001-94	Em prestação de contas.
PR	convênio	603300	08016.004956/2007-06	110/2007	31/12/07	30/04/09	Reaparelhamento da Escola Penitenciária - PR	7/1/2008	52.835,00	42.268,00	10.567,00	Secretario de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Em execução.
PR	convênio	605451	08016.004957/2007-42	111/2007	31/12/07	31/12/08	Curso de Gestão para Diretores das Unidades Penais do Estado - PR	16/1/2008	48.275,30	38.620,24	9.655,06	Secretario de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Em prestação de contas
PR	termo de parceria	635847	08016.002806/2008-31	001/2008	01/12/08	1/12/09	Assistência à Saúde dos Presos Custodiados na Penitenciária Federal em Catanduvas	3/12/2008	1.049.060,80	250.000,00	49.060,80	Instituto Brasileiro de Santa Catarina - IBRASC	06.253.542/0001-52	prestação de serviço iniciada.
RJ	convênio	605388	08016.004258/2007-01	079/2007	31/12/07	30/06/09	Renovação da Frota de Veículos - RJ	7/1/2008	1.236.000,00	988.800,00	247.200,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	em andamento
RJ	convênio	605240	08016.005768/2007-97	086/2007	31/12/07	28/02/09	Implantação do Curso de Especialização em Gestão Penitenciária - RJ	7/1/2008	127.746,90	51.098,76	25.549,38	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Em início de execução. As aulas ainda não iniciaram.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RJ	convênio	605241	08016.005773/2007-08	112/2007	31/12/07	31/03/09	Curso de Capacitação de Chefe de Segurança e Disciplina para Inspetores - RJ	7/1/2008	13.295,90	10.636,72	2.659,18	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Em início de execução
RJ	contrato de repasse	613553	08016.005591/2007-29	0238683-84	27/12/07	30/07/09	Reforma das Instalações Hidráulicas, Hidro Sanitárias e do Telhado da Penitenciária Alfredo Tranjan – RJ	9/1/2008	455.823,94	364.659,15	91.164,79	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de licitação
RJ	contrato de repasse	613554	08016.005596/2007-51	0238684-98	27/12/07	30/07/09	Reforma Geral do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto - RJ	9/1/2008	1.781.678,76	1.425.343,01	356.335,75	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
RJ	contrato de repasse	613557	08016.005610/2007-17	0238688-34	27/12/07	30/07/09	Construção de Residência para Idosos e Portadores de Necessidades Especiais e Reforma e Ampliação da Casa de Transição – RJ	9/1/2008	323.523,03	258.818,42	64.704,61	Governo do Estado	42498600000171	Em fase de análise de documentação pela Caixa Econômica Federal
RJ	convênio	628676	08016.000747/2008-66	030/2008	02/07/08	29/05/09	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	21/7/2008	311.111,00	280.000,00	31.111,00	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	09061977000193	em andamento
RN	convênio	602907	08016.010150/2007-49	140/2007	31/12/07	10/07/09	Capacitação do Servidor Penitenciário do Estado - RN	4/1/2008	126.801,30	112.961,30	13.840,00	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Em execução. As aulas já iniciaram.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RN	contrato de repasse	609214	08016.005078/2007-38	0238685-02	28/12/07	20/06/09	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves - RN	7/1/2008	351.053,18	315.947,86	35.105,32	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Em fase de licitação
RO	convênio	577535	08016.002876/2006-27	060/2006	22/12/06	31/12/08	Projeto Reconstruindo a Dignidade - RO	26/12/06	109.703,99	49.366,79	10.970,40	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/0001-71	Em prestação de Contas. Parte do objeto foi executado, mas ainda será devidamente mensurado na prestação de contas.
RO	convênio	603025	08016.004035/2007-35	021/2007	28/12/07	17/03/09	Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado de Rondônia - RO	31/12/2007	169.760,00	101.992,00	16.976,00	Defensoria Pública do Estado	01072076000195	Em andamento. Não haverá prorrogação. Vigência até 26/03/09
RO	convênio	603323	08016.005634/2007-76	120/2007	31/12/07	31/12/09	Curso de Capacitação Técnica de Armamento e Tiro para Agentes Penitenciários - RO	7/1/2008	657.808,20	394.684,92	65.780,82	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	Em execução. Estágio embrionário.
RO	convênio	605243	08016.005383/2007-20	126/2007	31/12/07	31/12/09	Aquisição e Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV em Penitenciária - RO	7/1/2008	1.359.526,00	1.223.573,40	135.952,60	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	em andamento
RO	contrato de repasse	629905	08016.000304078/2007-11	0251440-12	24/07/07	30/06/09	Construção Solários e Passarela na Casa de Detenção Dr. José Mario Alves da Silva	30/7/2008	512.585,61	465.986,92	46.598,69	Governo do Estado	00394585/0001-71	Em fase de licitação
RR	convênio	605268	08016.005330/2007-17	039/2007	31/12/07	17/04/08	Implantação e Aparelhamento da Escola Penitenciária - RR	7/1/2008	97.367,00	87.630,30	9.736,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Em execução. Solicitou prorrogação por não ter adquirido todos os itens ainda.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RR	convênio	605274	08016.004066/2007-96	040/2007	31/12/07	16/03/09	Mulheres Fashion (Salão de Beleza) - RR	7/1/2008	36.077,00	32.469,30	3.607,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Em início de execução.
RS	convênio	602118	08016.004353/2007-04	053/2007	19/12/07	30/06/09	Laboratório de Análise e Diagnóstico de Tuberculose e HIV - RS	03/01/08	47.971,60	38.377,28	9.594,32	Secretaria da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Em execução. Execução com atraso razoável. Objeto está sendo executado.
RS	convênio	602881	08016.005089/2007-18	074/2007	19/12/07	19/01/09	Cursos de Capacitação para a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado - RS	3/1/2008	61.873,00	49.498,40	12.374,60	Secretaria de Estado da Segurança	01.771.411/0001-43	Em prestação de contas. Objeto será aferido na prestação de contas.
SE	convênio	598510	08016.003913/2007-03	080/2007	18/12/07	30/05/09	Aquisição de Veículo tipo cela - SE	20/12/2007	434.000,00	390.600,00	43.400,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	em andamento
SE	contrato de repasse	595906	08016.005114/2007-63	0229398-37	20/11/07	20/12/09	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de Nossa Senhora da Glória - SE	20/11/2007	1.311.790,00	1.180.611,00	131.179,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Em fase de licitação
SE	contrato de repasse	595905	08016.005113/2007-19	0229399-41	20/11/07	06/12/09	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho - SE	22/11/2007	1.017.921,28	916.129,15	101.792,13	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Em fase de licitação
SP	convênio	602878	08016.003907/2007-48	052/2007	28/12/07	28/05/09	Capacitar para a Liberdade - SP	3/1/2008	1.034.780,00	50.000,00	103.478,00	Secretaria da Administração Penitenciária	96.291.141/0001-80	Convênio com execução no início.

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/ Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
SP	convênio	603306	08016.006799/2007-65	131/2007	31/12/07	30/11/08	Aparelhamento e Reparelhamento de Ouvidoria dos Sistemas Prisionais Estaduais - SP	7/1/2008	16.576,53	13.261,23	3.315,30	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Em prestação de contas. Cumprimento do objeto será verificado in loco.
SP	convênio	629189	08016.000228/2008-06	010/2008	03/07/08	03/07/09	Integr. e Inst.de Centrais Especializadas no Atendimento aos Casos de Uso e Abuso de Entorpecentes	25/7/2008	324.840,00	155.700,00	64.968,00	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Em execução até 04/07/2009.
SP	convênio	628721	08016.000246/2008-80	005/2008	04/07/08	04/07/08	Aprimoramento de Acervo Literário das CPMA's.	23/7/2008	270.614,00	127.014,00	54.122,80	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	96291141/0001-80	Em execução até 04/07/2009.
SP	convênio	629153	08016.000247/2008-24	025/2008	04/07/08	04/01/10	Mulher Presa: Perfil e Necessidades, uma Construção Diretrizes	25/7/2008	394.180,00	215.344,00	78.836,00	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	96291141/0001-80	Em início de execução.
TO	convênio	594527	08016.004498/2007-05	002/2007	20/09/07	20/05/09	Projeto de Estruturação da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA em Palmas	24/10/2007	170.151,60	35.040,00	21.420,00	Tribunal de Justiça do Estado	25.053.190/0001-36	Em andamento. Prorrogado para maio de 2009.
TO	convênio	602906	08016.004357/2007-84	030/2007	31/12/07	30/06/09	Cadeias da Liberdade - TO	4/1/2008	142.506,50	98.568,35	14.250,65	Defensoria Pública	07.248.660/0001-35	Em início de execução. Os atendimentos estão sendo realizados.
TO	convênio	629075	08016.002477/2008-28	020/2008	04/07/08	04/07/09	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Tocantins	24/7/2008	150.604,00	135.504,00	15.100,00	Defensoria Pública Geral do Estado	7248660/0001-35	Em início de execução. Selecionando pessoal e adquirindo materiais previstos.
TO	convênio	622635	08016.001188/2008-10	002/2008	16/04/08	16/09/08	Realização do IV CONEPA	17/4/2008	250.041,73	200.000,00	50.041,73	Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado	04.3124010001-38	Realizado. Em fase de prestação de contas.
TOTAL									76.476.858,23	59.149.727,55	13.043.903,56			

5.1 CONTRATOS DE REPASSES CELEBRADOS EM 2008 - RECURSOS DESCENTRALIZADOS À CEF EM 2008

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AC	contrato de repasse	-	08016.000755/2008-11	0264781-10	01/12/08	30/06/10	Construção Reforma e Ampliação da Penitenciária Manoel Neri da Silva	5/12/2008	4.201.174,44	4.201.174,44	420.117,44	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AC	contrato de repasse	-	08016.007019/2008-85	0278188-20	31/12/08	30/12/10	Construção e Implantação da Segunda Etapa da Penitenciária de Senador Guiomar	20/1/2009	9.032.688,16	8.129.419,34	903.268,82	Instituto de Administração Penitenciária	9061977/0001-93	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AL	contrato de repasse	-	08016.008760/2007-82	0264730-90	31/12/08	31/12/10	Construção da Penitenciária para Jovens Adultos - Masculina (PRONASCI)	-	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Intendência Geral do Sistema Penitenciário do Estado	12.200.176/0001-76	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AL	contrato de repasse	-	08016.006925/2008-62	0278189-34	31/12/08	31/12/09	Construção de um Módulo de Saúde no Presídio de Segurança Média "Desembargador Luís de Oliveira Sousa" em Arapiraca	29/1/2009	700.000,00	693.000,00	7.000,00	Intendência Geral do Sistema Penitenciário do Estado	12.200.176/0001-76	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AM	contrato de repasse	-	08016.001870/2008-02	0282632-82	31/12/08	23/01/09	Construção da Cadeia Pública no Município de Maués	23/01/09	9.764.576,37	8.788.118,73	976.457,64	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369.0001-90	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AM	contrato de repasse	-	08016.001871/2008-49	0283036-89	31/12/08	23/01/09	Construção de um mini presídio no Município de Tefé	23/01/09	9.764.576,37	8.788.118,73	976.457,64	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369.0001-90	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AP	contrato de repasse	-	08016.008261/2007-95	0264783-38	24/11/08	24/04/10	Implantação do Sistema Hidrosanitário IAPEN	9/12/2008	587.003,91	581.133,87	5.870,04	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
AP	contrato de repasse	-	08016.001202/2008-77	0278190-63	31/12/08	31/01/11	Ampliação da Penitenciária de Regime Semi-Aberto	21/1/2009	1.132.531,40	1.019.278,26	113.253,14	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066/189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
AP	contrato de repasse	-	08016.001201/2008-22	0264782-24	24/11/08	24/12/10	Construção de Três Pavilhões de Segurança Máxima no IAPEN	9/12/2008	1.595.413,47	1.435.872,13	159.541,34	Secretaria de Estado da Justiça e da Segurança Pública	14.421.066/189140-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
BA	contrato de repasse	-	08016.008756/2007-14	0264731-03	05/12/08	12/12/11	Construção da Penitenciária para Jovens Adultos Masculina no Estado da Bahia (PRONASCI)	23/12/2008	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
ES	contrato de repasse	-	08016.008758/2007-11	0282237-96	31/12/08	30/11/10	Construção de Penitenciária Masculina Jovem/Adulto Linhares	19/1/2009	15.000.000,00	4.423.762,54	300.000,00	Secretaria de Estado da Justiça	14.421.066/1891400-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.000180/2008-28	0268695-51	31/12/08	30/04/10	Reforma da Penitenciária Odenir Guimarães no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia	13/1/2009	2.517.998,53	2.266.198,68	251.799,85	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.006625/2007-01	0279128-13	31/12/08	30/06/11	Construção de uma Penitenciária Jovem Adulto Águas Lindas de Goiás	13/1/2009	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
GO	contrato de repasse	-	08016.006488/2008-87	0280034-04	31/12/08	30/07/10	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima em Aparecida de Goiânia	13/1/2009	6.780.388,08	4.500.000,00	2.280.388,08	Secretaria de Estado da Justiça	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
MG	contrato de repasse	-	08016.007732/2007-48	0276701-04	31/12/08	30/12/12	Construção de uma Penitenciária Jovem Adulto masculina - PRONASCI	9/1/2009	15.000.000,00	14.700.000,00	300.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	05.487.631/0001-09	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MS	contrato de repasse	-	08016.006491/2008-09	0278191-77	30/12/08	30/05/10	Construção de um Módulo de Saúde no Complexo Penitenciário de Campo Grande	14/1/2009	700.000,00	693.000,00	7.000,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-28	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MS	contrato de repasse	-	08016.005092/2007-31	0281748-51	30/12/08	30/05/10	Construção da Penitenciária Feminina em Campo Grande	14/1/2009	11.890.970,00	7.000.000,00	4.890.970,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-28	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MT	contrato de repasse	-	08016.000720/2008-73	0269363-69	30/10/08	08/04/10	Construção da Cadeia Pública de Peixoto de Azevedo	12/11/2008	6.112.615,56	5.500.000,00	612.615,56	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
MT	contrato de repasse	-	08016.006245/2008-49	0275108-94	30/12/08	08/06/10	Construção da Penitenciária Jovem Adulto em Várzea Grande (PRONASCI)	8/6/2010	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PA	contrato de repasse	-	08016.009228/2007-82	0264732-17	29/12/08	18/10/10	Construção de Penitenciária Jovens Adultos Masculina em Santa Izabel (PRONASCI)	29/12/2008	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PA	contrato de repasse	-	08016.004268/2008-19	0264809-35	22/12/08	18/02/10	Construção de Módulos de Saúde no Estado do Pará (PRONASCI)	29/12/2008	700.000,00	693.000,00	7.000,00	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PA	contrato de repasse	-	08016000771/2008-03	0268831-09	30/12/08	18/10/10	Construção da Cadeia Pública Feminina de Santarém	2/1/2009	2.928.208,63	2.635.387,76	292.820,87	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PA	contrato de repasse	-	08016.000743/2008-88	0278467-08	30/12/08	18/10/10	Construção da Penitenciária Marabá	9/1/2009	2.928.208,63	2.635.387,76	292.820,87	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social	01.409.580/0001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PB	contrato de repasse	-	08016.000828/2008-66	0280033-91	30/12/08	30/09/11	Ampliação da Penitenciária Modelo de João Pessoa PB I	23/1/2009	2.098.523,03	1.888.670,73	209.852,30	Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária	08.761.124/0001-00	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PE	contrato de repasse	-	08001.004009/2008-57	0281071-80	31/12/08	31/12/10	Intervenção Aníbal Bruno	23/1/2009	19.725.032,08	9.862.516,04	9.862.516,04	Governo do Estado	10.571.982/0001-25	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
PI	contrato de repasse	-	08001.005752/2008-24	0275109-07	31/12/08	08/12/10	Construção do Presídio Jovem Adulto em Altos (PRONASCI)	14/1/2009	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	06.553.481/0001-49	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
PI	contrato de repasse	-	08016.000280/2008-54	0281749-65	31/12/08	08/12/10	Construção da Penitenciária de São Raimundo Nonato	12/1/2009	4.298.096,88	3.868.287,19	429.809,69	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	06.553.481/0001-49	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.005597/2007-04	0264784-42	11/12/08	30/10/09	Construção do Centro de Observação Criminológico do Complexo de Gericinó	30/12/2008	11.047.180,32	8.837.744,26	2.209.436,06	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001177/2008-21	0264785-58	11/12/08	30/06/09	Reforma Geral do Antigo Presídio Carlos Tinoco da Fonseca "que será transformado em Cadeia Pública Feminina"	30/12/2008	1.484.317,14	1.187.453,71	296.863,43	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.002083/2008-70	0264733-21	11/12/08	28/02/10	Construção de uma Penitenciária Jovem Adulto masculina (PRONASCI)	30/12/2008	15.000.000,00	14.700.000,00	300.000,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001227/2008-71	0264787-76	11/12/08	28/02/10	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves - Bangu III (A)	30/12/2008	2.235.240,19	1.776.573,16	458.667,03	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RJ	contrato de repasse	-	08016.001226/2008-26	0264786-62	11/12/08	28/02/10	Reforma Geral da Penitenciária Dr. Serrano Neves - Bangu III (B)	30/12/2008	1.831.280,00	1.433.935,92	397.344,08	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	42.498.600/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentralizado à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
RN	contrato de repasse	-	08016.003890/2008-18	0278468-12	29/12/08	20/01/11	Construção da Cadeia Pública na Comarca de Ceará Mirim	23/1/2009	2.920.532,09	2.500.000,00	420.532,09	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RN	contrato de repasse	-	08016.005000/2007-13	0281073-07	31/12/08	20/11/10	Construção da Cadeia Pública de Macau	23/1/2009	2.834.847,93	2.551.363,14	283.484,79	Secretaria da Justiça e da Cidadania	08.241.739/0001-05	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RO	contrato de repasse	-	08001.008859/2008-24	0276702-18	26/12/08	30/12/09	Construção de Penitenciária para Jovens Adultos Masculina no Estado de Rondônia (PRONASCI)	14/1/2009	15.000.000,00	14.850.000,00	150.000,00	Secretaria de Estado da Justiça	00.394.585/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RO	contrato de repasse	-	08016.000798/2008-98	0279129-27	31/12/08	30/12/09	Construção da Penitenciária em Porto Velho	9/1/2009	16.942.792,73	15.248.513,46	1.694.279,27	Secretaria de Estado da Justiça	00.394.585/0001-71	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RS	contrato de repasse	-	08016.008759/2007-58	0264810-64	31/12/08	30/12/09	Construção de Módulo de Saúde no Estado do Rio Grande do Sul (PRONASCI)	-	700.000,00	686.000,00	14.000,00	Secretaria de Estado da Segurança Pública	87.934.675/0001-96	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RS	contrato de repasse	-	08016.004284/2008-10	0264734-35	31/12/08	30/12/09	Construção de Penitenciária para Jovens Adultos Masculina no Estado do Rio Grande do Sul (PRONASCI)	-	15.000.000,00	14.700.000,00	300.000,00	Secretaria de Estado da Segurança Pública	87.934.675/0001-96	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
RS	contrato de repasse	-	08016.000728/2008-30	0269394-37	31/12/08	30/12/09	Reforma da Triagem Ambulatorial Transitória (Porto Alegre)	-	162.588,51	130.070,81	32.517,70	Secretaria de Estado da Segurança Pública	87.934.675/0001-96	Documentação de engenharia em análise na CAIXA

UF	Tipo	Código	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos				Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Descentraliza do à Caixa em 2008	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
		Siafi/Siasg	Nº do Processo	Nº do Termo	data assinatura	Vigência						Razão Social	CNPJ	
SE	contrato de repasse	-	08016.003793/2008-17	0278192-81	31/12/08	31/12/10	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Juiz Manoel Barbosa de Souza, em Tobias Barreto	13/1/2009	3.490.812,33	3.141.731,10	349.081,23	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.128.798/0001-01	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
SE	contrato de repasse	-	08016.003792/2008-72	0281072-94	31/12/08	31/12/10	Construção da Cadeia Pública em Estância	-	3.712.091,00	2.841.750,87	371.209,10	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.128.798/0001-01	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
TO	contrato de repasse	-	08016.005942/2008-82	0278193-95	31/12/08	31/12/10	Construção da cadeia Pública de Araguaína	12/1/2009	16.208.591,24	14.708.591,24	1.500.000,00	Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado	04.3124010001-38	Documentação de engenharia em análise na CAIXA
TOTAL									326.028.279,02	282.696.053,87	32.976.974,10			
RECURSOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI (PROGRAMA: 1453)														

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

Todas as informações referentes as despesas com cartão de crédito corporativo da Unidade Jurisdicionada estão contidas no Relatório de Gestão do FUNPEN, pois os recursos utilizados para este fim são provenientes do Fundo Penitenciário Nacional.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Abaixo relacionamos 31(trinta e uma) determinações e recomendações da CGU referentes ao exercício de 2007 e que foram respondidas em agosto de 2008, através do Plano de Providências, elaborado por esta Unidade Jurisdicionada.

12.1 – RECOMENDAÇÃO Nº 1

12.1.1 - Número de Relatório: 208696

12.1.2 - Descrição da Recomendação: Tendo em vista a constatação da inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório decorrente de descumprimento do disposto no item 5.1.4 do Edital, foi recomendado dar cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, observando as diretrizes estabelecidas no edital de convocação, projeto básico e demais documentos de definição do objeto a ser licitado, obedecendo à regra licitatória estabelecida no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

12.1.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.1.4 – Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 10/2006, originado do Processo nº 08016.001778/2006-72, firmado com a empresa Toalheiros MS Ltda. A licitação foi realizada pela Coordenação-Geral de Logística - CGL, setor responsável pela realização de licitações no âmbito deste Ministério. Todavia, desde março de 2008, tendo em vista mudanças administrativas na CGL, o DEPEN assumiu a execução dos procedimentos de licitação e está formando equipe de pregoeiros para, em estrito cumprimento aos princípios e normas que regem uma licitação, conduzir os procedimentos licitatórios.

12.2 – RECOMENDAÇÃO Nº 2

12.2.1 - Número de Relatório: 208696

12.2.2 – Descrição da Recomendação: Tendo sido constatada a ausência de mecanismo de controle na gestão do contrato de fornecimento de combustível para os veículos disponíveis na Penitenciária Federal de Catanduvas, foi recomendado que as próximas aquisições de combustíveis sejam efetuadas mediante a apresentação de Requisição de Fornecimento, com a devida identificação do condutor, placa do veículo, marca e modelo, quantidade de combustível, valor do litro de combustível na bomba, valor total e demais informações constantes do referido formulário, cabendo ao Fiscal do Contrato o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, registrando em relatório as deficiências porventura existentes no fornecimento do produto, notificando a contratada sobre as falhas ou defeitos e determinando prazo para a sua regularização. Observar, ainda, as instruções de controle disciplinadas na Instrução Normativa/SLTI nº 03, de 15.05.2008.

12.2.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.2.4 – Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 9/2006, originado do Processo nº 08016.006133/2006-26, firmado com a empresa Laurindo & Ribeiro Fábio Ltda. (Auto Posto Stop), cuja vigência expirou em 27/06/2007. As requisições foram ajustadas, atendendo ao recomendado.

12.3 - RECOMENDAÇÃO Nº 3

12.3.1- Número de Relatório: 208696

12.3.2 – Descrição da Recomendação: Tendo sido constatado a estimativa da frequência e das quantidades superdimensionadas em relação à demanda real dos serviços contratados, provocando o desequilíbrio econômico/financeiro do contrato, foi recomendado cumprir o que determina o Parágrafo 7º, inciso II da Lei nº 8666/93 quanto a necessidade de observar nas compras a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

12.3.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.3.4- Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 121/2006 do Processo nº 08016.001779/2006-17, cujo objeto é contratação dos serviços de lavanderia para a Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, firmado com a empresa Rodrigues & Teleken Ltda. Com a presente contratação foi possível estabelecer parâmetros quantitativos para as contratações deste tipo de serviço. As adequações das quantidade/valor contratual foram efetivadas mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato que suprimiu em 37,934% (trinta e sete vírgula novecentos e trinta e quatro por cento) ao valor global estimado inicialmente, publicado no D.O.U. nº 40, de 28/fevereiro/2008.

Cabe ressaltar que até a presente data nenhuma das unidades penais federais atingiu a capacidade máxima de ocupação.

12.4 – RECOMENDAÇÃO Nº 4

12.4.1- Número de Relatório: 208696

12.4.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de cláusula de reajustamento de preços e pagamento de faturas com atraso no Contrato, e diante das justificativas apresentadas pela Unidade, cabe recomendar o que segue:

a) Providenciar a elaboração da minuta de termo aditivo ao Contrato nº 07/2005, tendo por objeto a inclusão de cláusula prevendo o reajustamento dos preços contratados, submetendo, posteriormente, à apreciação da Consultoria Jurídica/MJ, a fim de cumprir o artigo 55 c/c com o art. 38, ambos da Lei nº 8.666/93, que tratam das cláusulas necessárias em todo contrato e da obrigatoriedade de análise do órgão de assistência jurídica.

b) Adotar as medidas necessárias com vistas agilizar o pagamento das faturas apresentadas pela empresa contratada, a fim de se evitar que a mesma venha a pleitear o

pagamento de atualização financeira dos débitos realizados com atraso, haja vista o que fora pactuado no Parágrafo Quarto da Cláusula Nona do referido Contrato.

c) Manter, junto ao processo financeiro, as informações necessárias a confirmação das quantidades de refeições servidas, inclusive aquelas acrescidas à quantidade definida em contrato, a fim de dar mais transparência ao processo administrativo.

12.4.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.4.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 7/2005, originado do Processo nº 08016.00309/2005-92, firmado com a empresa Maria Natália de Souza Alves, para o fornecimento de refeições para a Penitenciária Federal de Campo Grande/MS.

a) A Consultoria Jurídica do MJ, mediante a Informação COLIC/CGLEG/CJ nº 721/2007, cópia anexa, deu conhecimento ao DEPEN que, como o Edital referente ao processo nº 08016.000326/2005-92, de igual objeto e condições pactuadas nesse Contrato não previu a repactuação dos preços nas suas cláusula contratuais, há impossibilidade, assim, de inclusão ao Contrato original de cláusula que contemple repactuação. Contudo, aquela área jurídica registrou que a não alteração contratual não impede a execução do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente acordada, desde que atenda disposição do art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

Por analogia, em decorrência do exposto, foi encaminhado o Memo. nº 334/2008-DIREX/DEPEN à DISPF, em 19/03/08, cópia anexa, informando o fato e solicitando ações para realização de nova licitação. Encontra-se em tramitação o Processo nº 08016.002615/2008-79 que visa atender a nova contratação, tendo sido também ajustado às atuais necessidades.

b) Para aumento na agilidade dos pagamentos, foi instruído aos fiscais, por meio do Memorando Circular nº 05/2008-CREM/DIREX, que encaminhassem as Notas Fiscais/Faturas via Sedex. Como é sabido, as Penitenciárias Federais estão situadas em outras Unidades de Federação, e, dessa forma, demandam um pouco mais de tempo para a realização dos trâmites de conferência. Os prazos para pagamento estão sob observância e as ocorrências de atraso, caso existam, serão justificadas e anexadas ao processo financeiro.

c) Mensalmente é acostado ao processo financeiro, Relatório Detalhado de Acompanhamento do Contrato nº 007/2005, contendo o demonstrativo das quantidades de refeições servidas, com as justificativas relativas às variações.

12.5 – RECOMENDAÇÃO Nº 5

12.5.1 – Número de Relatório: 208696

12.5.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de numeração de talonários de abastecimento de combustíveis; ausência de comprovante de registro do contrato no SIASG; utilização de veículos sem placa; e ausência do nome completo e do cargo do fiscal do contrato nos talonários de abastecimento, e diante das justificativas apresentadas pela Unidade, cabe recomendar o que segue:

a) Abster-se, doravante, de anexar nos processos de pagamentos talonários de abastecimento que não estejam numerados, em observância ao que dispõe o item 4 da Cláusula Quarta - Das Obrigações da Contratada, dos Contratos em comento.

b) Adotar providências no sentido de observar, por ocasião da assinatura de documentos, as condições pactuadas no contrato e ainda ao disposto no art. 40 do Decreto nº 93.872/86.

c) Adotar providências no sentido de realizar a apuração do custo operacional dos veículos, em conformidade com o disposto no art. 24 da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 03, de 15.05.2008.

d) Adotar as providências necessárias no sentido de agilizar a contratação de empresa especializada com vistas a realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das viaturas do citado estabelecimento prisional, a fim de evitar que os consertos das mesmas sejam realizados mediante a utilização de suprimento de fundos, haja vista a falta de amparo legal.

e) Promover, se ainda não o fez, a renovação do licenciamento anual dos veículos automotores, conforme preceitua o art. 36 da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 03, de 15.05.2008.

f) Adotar providências necessárias no sentido de elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV, a fim de atender ao disposto no art. 27 da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 03/2008.

12.5.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.5.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 14/2007, firmado com a empresa Auto Posto Norte Sul Ltda. e o Contrato nº 15/2007, firmado com a empresa Comércio de Combustíveis Norbeoil Ltda., ambos originados do Processo nº 08016.005384/2007-74, para fornecimento de combustíveis para a Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, cabendo informar:

a) As requisições de combustíveis estão numeradas, atendendo ao item 4 da Cláusula Quarta dos citados contratos. Anexamos algumas requisições do processo n.º 08016.003860/2008-12.

b) As condições pactuadas estão sendo estritamente cumpridas.

c) A DISEG – Divisão de Serviços Gerais deste Ministério e as Unidades Penais Federais informaram que já foram adotadas providências para o cumprimento do art. 24 da IN nº 03 de 15/08/2008, ou seja, todas as Unidades do DEPEN utilizam o Anexo II da citada Portaria para controle dos veículos, mesmo com o exíguo corpo funcional existente no setor de transportes deste Departamento. Anexamos alguns formulários de controle gerados nas Unidades citadas.

d) Inicialmente, emitimos processo para contratação de serviço de manutenção corretiva e preventiva para os veículos pertencentes ao Departamento Penitenciário Nacional, sob o número 08016.008258/2007-71, 28/05/2007, após diversos trâmites o processo foi arquivado e dividido em 05 (cinco) processos, tendo em vista a dificuldade de contratação centralizada para o serviço em questão.

Posteriormente, emitimos os processos nº 08016.002053/2008- 63, em 20.03.2008 para a manutenção dos veículos da Penitenciária Federal em Campo Grande, nº 08016.002827/2008-56, em 24.04.2008, para a manutenção dos veículos do DEPEN/SEDE; nº 08016.002054/2008-16, em 20.03.2008, para a manutenção dos veículos da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR; nº 08016.002387/2008-37, em 02.04.2008, para a manutenção dos veículos da Penitenciária Federal em Mossoró/RN; nº 08016.002388/2008-81, em 02.04.2008, para a manutenção dos veículos da Penitenciária Federal em Porto velho/RO.

Todos os processos citados no parágrafo anterior se encontram em fase final de elaboração de Edital na Diretoria Executiva deste Departamento.

e) Foi providenciado, por meio de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade, Processo nº 08016.008979/2007-81, o pagamento do seguro obrigatório dos veículos da Penitenciária Federal de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, do exercício de 2007.

f) As Unidades Penais Federais já estão informando suas demandas para aglutinação das mesmas no DEPEN/SEDE para elaboração dos PAAV/2008.

12.6 – RECOMENDAÇÃO Nº 6

12.6.1 – Número de Relatório: 208696

12.6.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de repactuação do contrato e pagamento de Adicional de Periculosidade sem laudo pericial, recomenda-se:

a) Adotar as medidas necessárias no sentido de agilizar a concessão da repactuação do Contrato nº 09/2005, haja vista que a mesma foi contemplada na Cláusula Décima Sétima - Da Repactuação, do Contrato.

b) Adotar as medidas necessárias no sentido de se obter o laudo pericial relativo ao adicional de periculosidade que está sendo cobrado pela empresa contratada, a fim de dar guarida às incidências de inserção dos valores correspondentes na planilha de formação de preços do Item de remuneração, conforme disciplinado na Instrução Normativa/SLTI nº 02, de 30.04.2008.

12.6.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.6.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 09/2005, oriundo do Processo nº 08016.000826/2005, firmado com a empresa Fortesul Serviços, Construções e Saneamento Ltda., para prestação dos serviços de limpeza e conservação na Penitenciária Federal em Campo Grande.

a) Os cálculos relativos aos valores foram submetidos à Coordenação de Contabilidade deste Ministério (uma vez que a nota foi expedida por aquela área) em 16/07/08, para dirimir dúvidas relativas ao real valor a ser considerado. Àquela coordenação por meio da Nota/CCONT/CGOF/SPOA/SE/MJ nº 005/2008, de 31/07/08, cópia anexa, apresentou o montante de R\$ 10.571,04 (dez mil, quinhentos e setenta e um reais e quatro centavos) a ser ressarcido aos cofres da União, cujas ações relativas à cobrança estão sendo adotadas.

b) Em contato com o Ministério do Trabalho fomos informados que a empresa, responsável pelo vínculo trabalhista com os funcionários, deve requer análise das condições ambientais de trabalho dos seus funcionários, e a partir das avaliações realizadas é definida a caracterização das funções que são insalubres ou perigosas. Foi encaminhado Ofício nº 3234/2007-DIREX/DEPEN solicitando que a empresa providenciasse o documento e o apresentasse para fins de comprovação, fato que não ocorreu, conforme a anexa cópia da Carta Comercial, datada de 12/12/07. Logo, seguindo orientação da Consultoria Jurídica – CJ/MJ, os valores já pagos correspondentes ao citado adicional foram glosados dos cálculos relativos à repactuação.

12.7 – RECOMENDAÇÃO Nº 07

12.7.1 – Número de Relatório: 208696

12.7.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar que não foi observado às condições fixadas no Termo de Referência e no Contrato, quanto às quantidades e locais de entrega de capacetes balísticos, recomenda-se:

a) Observar as condições estabelecidas no Termo de Referência e nas Cláusulas Contratuais, a fim de se evitar o descumprimento do art. 66 da Lei nº 8.666/93.

b) Anexar ao processo os documentos comprobatórios que justifiquem a tomada de decisão por parte do gestor público, de forma a garantir aos atos administrativos legitimidade e transparência.

12.7.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.7.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 10/2007, Processo nº 08016.000518/2007-61, celebrado com a empresa Inbra-Textil Indústria e Comércio de Tecidos Técnicos Ltda.

a) As cláusulas pactuadas serão fielmente observadas pelas partes contratantes, conforme estabelecido em lei.

b) Os documentos que justificaram a alteração dos locais de entrega, foram acostados ao respectivo processo.

12.8 – RECOMENDAÇÃO Nº 8

12.8.1 – Número de Relatório: 208696

12.8.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar falhas verificadas na formalização e na execução do Contrato DEPEN nº 013/2006, referente ao fornecimento de energia elétrica para a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, recomenda-se:

a) Cumprir o disposto no Parágrafo Único do artigo 60 da Lei nº 8.666/93, onde menciona que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo os de pequenas compras e de pequeno pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a

5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a", combinado com o art. 62 da citada Lei que dispõe sobre o instrumento de contrato que é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de serviço.

b) Incluir nos contratos celebrados pelo DEPEN com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, nos termos do Artigo 55 parágrafo 2º, combinado com o artigo 60 da Lei nº 8.666/93.

c) Evitar o pagamento de Nota Fiscal posterior ao vencimento, tendo em vista que poderá implicar em cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal em atraso, o qual será cobrado pela concessionária, sem qualquer restrição ao direito de suspensão do fornecimento, além da eventual aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor - INPC, de forma pró-rata-die, conforme previsto nas Cláusulas Vinte Três e Vinte Quatro do Contrato nº 013/2006, e ainda incluir nos processos em que haja o pagamento de encargos financeiros por atraso, a documentação comprobatória que fundamente e justifique sua ocorrência, apurando as responsabilidades dos agentes que deram causa ao fato, quando for o caso.

12.8.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.8.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 13/2006, originado do Processo 08016.003285/2006-77, firmado com a empresa COPEL Distribuição S.A., para fornecimento de energia elétrica na Penitenciária Federal em Catanduvas.

a) O disposto no art. 60 da Lei nº 8.666/93 está sendo cumprido.

b) Os contratos administrativos firmados por este DEPEN, por representar a Administração, têm declarado como foro o da sede do DEPEN em Brasília/DF.

c) Os prazos para pagamento estão sendo observados e as ocorrências de atrasos, caso existam, são justificadas e anexadas ao processo financeiro.

12.9 – RECOMENDAÇÃO Nº 9

12.9.1 – Número de Relatório: 208696

12.9.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar falhas verificadas na formalização e na execução do Contrato DEPEN nº 016/2006, referente ao fornecimento de energia elétrica para a Penitenciária Federal de Campo Grande /MS, recomenda-se:

a) Cumprir o disposto no Parágrafo Único do art. 60 da Lei nº 8.666/93, onde menciona que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo os de

pequenas compras e de pequeno pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" da citada Lei, feitas em regime de aditamento e, ainda, cumprir o disposto no art. 62 da mesma Lei, onde dispõe que o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de serviço.

b) Evitar o pagamento de Nota Fiscal posterior ao vencimento, tendo em vista que poderá implicar em cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal em atraso, o qual será cobrado pela concessionária, sem qualquer restrição ao direito de suspensão do fornecimento, além da eventual aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor - INPC, conforme previsto na Cláusula Décima Quarta - Do Pagamento, Item 14.8 do Contrato nº 016/2007, e ainda, incluir nos processos em que haja o pagamento de encargos financeiros por atraso, a documentação comprobatória que fundamente e justifique sua ocorrência, apurando as responsabilidades dos agentes que deram causa ao fato, quando for o caso.

c) Adotar procedimentos visando reaver os valores pagos indevidamente, devendo ser encaminhado a esta CGU informações sobre as providências adotadas.

12.9.3 – Setor Responsável pela Implementação: DILC/CGAD/DIREX/DEPEN

12.9.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): O item refere-se ao Contrato nº 16/2007, oriundo do Processo nº 08016.007292/2006-48, para fornecimento de energia elétrica para a Penitenciária Federal em Campo Grande firmado com a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul – ENERSUL. O referido Contrato expirou sua vigência em 24/07/2008.

a) O disposto no art. 60 da Lei nº 8.666/93 está sendo cumprido.

b) Os prazos para pagamento estão sendo observados, as ocorrências de atrasos, caso existam serão devidamente justificadas e anexadas ao processo.

c) Os valores relativos a cobranças por encargos foram retirados e as faturas reapresentadas, conforme os anexos documentos, sendo pagas por meio das OB's nºs 07OB901430 e 07OB901431. O Ofício nº 2.988/2007 – DIREX/DEPEN, de 13/11/07, cópia anexa, foi expedido à Enersul solicitando restituição à empresa Palma Engenharia Ltda. Dos valores, por aquela construtora, pagos indevidamente, pois o DEPEN já havia efetuado a liquidação do débito.

12.10 – RECOMENDAÇÃO Nº 10

12.10.1 – Número de Relatório: 208696

12.10.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de elaboração de Mapa de Controle Anual de Veículos e de renovação de licenciamento anual de veículos à disposição da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, recomenda-se:

a) Providenciar a elaboração do Mapa Anual de Veículo Oficial conforme dispõe a Instrução Normativa/SLTI nº 3, de 15.05.2008.

b) Providenciar, anualmente, a renovação do licenciamento anual dos veículos e a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT, em cumprimento ao disposto no art. 36 da Instrução Normativa/SLTI nº 3, de 15.05.2008.

12.10.3 – Setor Responsável pela Implementação: DISPF/DEPEN

12.10.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

a) Inicialmente, o controle e elaboração do Mapa Anual de Veículo Oficial estavam sob a responsabilidade da DISPF – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, sendo transferido para a DISEG/DIREX – Divisão de Serviços Gerais da Diretoria-Executiva do DEPEN em 12.06.2008. Tais controles já foram implementados no DEPEN/SEDE e Unidades Penais Federais.

b) Em relação à renovação de licenciamento anual, as Unidades Penais Federais e DEPEN/SEDE, têm solicitado o pagamento de tais despesas, cumprindo assim ao disposto no Art. 36 da IN 03, de 15.05.2008, conforme demonstra memorandos e despachos anexos.

12.11 – RECOMENDAÇÃO Nº 11

12.11.1 – Número de Relatório: 208696

12.11.2 - Descrição da Recomendação: Constatando-se a falta de realização de procedimento licitatório, inobservância do Plano de Trabalho; falta de integralização da contrapartida; inobservância do Cronograma de Desembolso e pagamento de taxa de administração, situações verificadas na execução do Convênio nº 072/2006, recomenda-se.

a) Exigir em futuros convênios, que o conveniente realize o certame licitatório quando da contratação de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, a fim de cumprir o estabelecido no art. 2º da Lei nº 8.666/93.

"b" e "c") Recomendar, nos termos do art. 22 da IN/STN nº 01/97, que o convênio deva ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, de tal sorte que cumpra aos convenientes submeter previamente qualquer alteração ao concedente.

"d" e "e") Adotar as providências necessárias no sentido de que em futuros convênios, haja maior rigor na análise das propostas de contrapartida apresentadas pelos convenientes. Para o termo vigente, exigir do conveniente o esclarecimento necessário quanto ao reduzido número de exames realizados nos detentos da Penitenciária de Catanduvas-PR.

f) Exigir do conveniente a glosa das despesas administrativas (15%) incluídas nas planilhas de custos (fls. 200 e 201), haja vista a exigência contida na alínea "a" da Cláusula Décima Oitava - Da Glosa da Despesa, do Convênio em comento.

g) Exigir do conveniente a comprovação da legalidade da inclusão itens Indenização Fundiária; PPRA/PMCSO; e Auditoria Externa nas citadas planilhas de custo, e na sua ausência adotar as medidas necessárias no sentido de que sejam devolvidos os valores pagos indevidamente, corrigidos monetariamente.

h) Adotar as medidas necessárias no sentido agilizar o repasse do recurso financeiro referente à 3ª e 4ª parcelas, a fim de cumprir o disposto na alínea "b" da Cláusula Terceira - Das Obrigações do concedente, do convênio em comento.

Alíneas "i" e "j") Verificar junto ao conveniente se a ORDESC está concedendo aos profissionais contratados os benefícios do vale-transporte e do vale-alimentação, em conformidade a legislação que rege a matéria, haja vista que estes itens fazem parte dos custos trabalhistas consignados nas planilhas de custos elaboradas pela contratada.

k) Adotar as medidas necessárias no sentido de cumprir o disposto no art. 195 da Lei nº 6.514/77, onde consta que: "A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho."

l) Providenciar junto ao conveniente a obtenção de cópia dos exames patológicos realizados nos detentos internos da Penitenciária Federal de Catanduvas, no período de janeiro a abril de 2007, bem assim dos pedidos e resultados dos exames, a fim de que as informações apresentadas pela Secretaria de Saúde do Município de Catanduvas no documento de fls. 145 sejam comprovadas.

12.11.3 – Setor Responsável pela Implementação: CGFPN/DIRPP/DEPEN

12.11.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

Informamos que as providências recomendadas por essa Controladoria já são praticadas por este Departamento Penitenciário Nacional em seus Termos de Convênios, ou em fase de implementação por dependerem da apresentação da competente prestação de contas, conforme segue:

a) Quanto a este item informamos que já consta nos Termos de Convênios formalizados por este Departamento, como cláusula obrigacional do conveniente a realização de procedimento licitatório, observando a Lei nº 8.666/93. Quando o convênio prevê aquisição de bens utilizamos cláusula abaixo transcrita (1) e quando se refere a apenas a prestação de serviços aplicamos a outra cláusula (a):

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

II – O CONVENIENTE obriga-se a:

l) adotar, na contratação de serviços ou aquisição de bens vinculados à execução do objeto deste Convênio, os procedimentos licitatórios de que trata a Lei nº 8.666/1993, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação e as disposições relativas a contratos, bem como

empregar a modalidade pregão sempre que cabível, prevista na Lei n.º 10.520, de 17/7/2002 e no Decreto n.º 5.504 de 5/8/2005.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

II – O CONVENIENTE obriga-se a:

a) usar obrigatoriamente o pregão, preferencialmente na forma eletrônica e, quando não couber, presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF n.º 217, de 31 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 1.º de agosto de 2006, observando o prazo limite estabelecido no art. 2.º da citada portaria.

b e c) Referindo a esta recomendação informamos que também consta no Termo de Convênio a obrigação de cumprimento fiel de execução do convênio pelos partícipes. Segue abaixo o texto:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

PARÁGRAFO ÚNICO

*Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENIENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente de sua transcrição.*

Vale ressaltar que o Termo de Convênio dispõe de cláusula específica para alteração no convênio, sendo esta encaminhada previamente pelo conveniente e submetida à apreciação do concedente que promoverá a referida alteração mediante Termo Aditivo. Segue abaixo a cláusula – Da Alteração:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

*Este **CONVÊNIO** poderá ser alterado, se houver interesse dos partícipes, bem como seu prazo de vigência prorrogado por meio de Termo Aditivo e mediante proposta do **CONVENIENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término de sua vigência, desde que não haja mudança do objeto, na forma prevista pelo art. 37 da Portaria Interministerial MPOG/CGU/MF n.º 127/2008.*

d e e) O Convênio nº 072/2006 teve seu término em dezembro/2007, em futuros convênios será adotada providências para que haja maior rigor na análise das propostas de contrapartida apresentadas pelos convenientes.

Quanto ao reduzido número de exames realizados, se deve ao fato de não ter chegado novos detentos na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR no período em análise, todavia, a conveniente ressaltou que a execução do objeto do convênio se deu na sua totalidade, ou seja, foi considerado satisfatório o atendimento à saúde dos presos da Unidade Penal Federal, conforme Ofício nº 14/2008-GP, de 24.01.2008, expedido pelo conveniente.

f) acerca dessa exigência, no tocante à prestação de contas do convênio, informamos que esse item será observado e as determinações cumpridas quando da realização da competente análise.

g) Com relação à Indenização Fundiária s/ FGTS, a convenente esclarece que conforme a Lei Federal nº 8.036/90, o valor é previamente previsto na planilha de custo anexa ao Termo de Parceria, para que a multa sobre o FGTS seja paga quando da demissão de algum profissional, fato que não ocorreu no Termo de Parceria, e quando do término do Termo todos os profissionais terão direito a receber a referida indenização.

Já o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e ao Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO, a convenente informou que a planilha de custos contempla estes programas em atendimento às Instruções Normativas do Ministério do Trabalho: NR-5, NR-7 e NR-9, e aos Artigos 154º a 223º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

Com relação à contratação e pagamento de Serviços de Auditoria Externa, a convenente enfatizou que consta no Termo de Parceria firmado entre o Município de Catanduvas/PR e a ORDESC, e que em sua cláusula quinta – Da Prestação de Contas, item IV, consta o que segue: “Parecer e relatório de auditoria independente sobre a aplicação dos recursos objetos deste Termo de Parceria (apenas para os casos em que o valor global de recursos for igual ou superior a R\$ 600.000,00)”. Sendo assim, a convenente esclareceu que a exigência está contida no Art. 19, do Decreto nº 3.100, de 30 de julho de 1999, que regulamenta a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, onde dispõe sobre a qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, instituindo e disciplinando o Termo de Parceria, conforme se lê:

Art. 19. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com alínea “c”, inciso VII, do Art. 4º da Lei 9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Diante disso, a convenente salientou que este é o caso do presente Termo de Parceria, o qual possui valor global superior ao montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), e que por determinação legal, deve sofrer Auditoria Externa Independente.

h) O recurso financeiro relativo à 3ª e 4ª parcelas já foi liberado e os pagamentos realizados no dia 29 de novembro de 2007, conforme cópia anexa.

i e j) Conforme contido no ofício 14/2008 – GP, de 24.01.2008, da Prefeitura do Município de Catanduvas/PR, informa que os contratados ORDESC assinaram Declaração de Desistência de Recebimento do Vale Transporte, o que ocasionou a retirada do citado item de despesa na planilha de Custo do Termo de Parceria. Neste ofício, a Prefeitura de Catanduvas/PR comprometeu-se a devolver as 06 (seis) parcelas recebidas para o pagamento de vales-transportes.

A convenente informou que todos os profissionais envolvidos no Termo de Parceria de Catanduvas/PR (exceto os médicos), receberam desde o início o auxílio alimentação de R\$ 70,00 (setenta reais), depositados mensalmente em um cartão alimentação individual “ABRAPETITE”. Já os médicos receberam mensalmente R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) de

auxílio alimentação, conforme a Convenção Coletiva de Trabalho da SIMEPAR, também depositados mensalmente num cartão alimentação individual “ABRAPETITE”.

Para a concessão do auxílio transporte, a ORDESC baseia-se na Lei Federal nº 7.418/85 e no Decreto nº 9.524/87, que concede este benefício a todos os profissionais, independente de estarem enquadrados ou não em uma Convenção Coletiva de Trabalho. A conveniente ressaltou ainda que todos os profissionais envolvidos no Termo de Parceria firmado assinaram uma Declaração de Desistência de Recebimento do Vale Transporte, assim, foi retirado o valor referente ao auxílio transporte da Planilha de Custos do Termo de Parceria, sendo que o valor cobrado do Município de Catanduvas/PR será devolvido no término da parceria.

k) Com relação à caracterização e à classificação da insalubridade e da periculosidade, foi solicitado um laudo a Delegacia Regional do Trabalho em Curitiba/PR, conforme ofício anexo. Entretanto, por força do disposto na Lei nº 10.910/04, no Decreto nº 5.191, de 19.08.2004 e das Portarias Interministeriais nº 231/MP/MTE, de 30.08.2004, nº 19, de 28.01.2005 e nº 357, de 08.07.2005, que regulamentam as atividades da Auditoria Fiscal do Trabalho nas áreas trabalhistas e de segurança e saúde do trabalhador, as Delegacias Regionais do Trabalho, em âmbito Nacional, ficaram impossibilitadas de atender aos pedidos de perícias para caracterização de insalubridade e periculosidade.

Diante do exposto, a Coordenação de Recursos Humanos do DEPEN encaminhou solicitação em 07.01.2008 à Divisão de Recursos Materiais para contratação de médico ou engenheiro do trabalho para a elaboração do referido laudo. Contudo, cabe salientar que está sendo providenciado Termo de Referência para contratação de pessoa jurídica para elaboração de laudo técnico referente à insalubridade e periculosidades da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR.

l) Anexamos as requisições de exames dos presos e os seus respectivos resultados, visando comprovar as informações prestadas pela Prefeitura de Catanduvas/PR.

Quanto aos itens “d”, “e”, “g”, “h”, “k”, “i” e “j”, está sendo elaborado Termo de Referência para a contratação de pessoa jurídica para elaboração de laudo técnico referente à insalubridade e periculosidades da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR.

12.12 – RECOMENDAÇÃO Nº 12

12.12.1 – Número de Relatório: 208696

12.12.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar divergência entre a pesquisa de preços e o valor repassado pelo concedente, recomenda-se:

Incluir nos autos todas as informações necessárias e suficientes para caracterizar o objeto a ser executado, bem como as justificativas para o valor a ser repassado pelo concedente.

12.12.3 – Setor Responsável pela Implementação: CGRSE/DIRPP/DEPEN

12.12.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Face a tal constatação, encaminhamos diligência ao Estado solicitando readequação da cotação de

preço apresentada. Atualmente o processo encontra-se instruído corretamente, no que tange ao número de unidades de saúde dos estabelecimentos penais a serem contempladas com os equipamentos médico odontológicos, relacionados no Anexo B da Portaria Interministerial nº. 1.777 de 09/09/2003, conforme folhas 271 a 277 do referido processo. Ademais cumpre registrar, que inobstante tal providência toda a área técnica responsável pela análise dos Projetos foi orientada a observar se a cotação de preços apresentada está de acordo com o Projeto a ser aprovado e com o valor dos recursos solicitados.

12.13 - RECOMENDAÇÃO Nº 13

12.13.1 – Número de Relatório: 208696

12.13.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar o descumprimento ao prazo de apreciação e aprovação das prestações de contas de convênios registrados na conta “A Aprovar”, recomenda-se:

Cumprir os prazos estabelecidos no art. 31 da IN/STN nº 01/97, para apreciação e aprovação das prestações de contas apresentadas pelos convenientes e, ainda, cumprir o que determina o § 4º quanto à instauração de tomada de contas especial na hipótese de a prestação de contas não ser aprovada.

12.13.3 – Setor Responsável pela Implementação: COAPC/CGFPN/DIRPP

12.13.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial – COAPC vem adotando novos procedimentos para que os prazos previstos na Instrução Normativa sejam cumpridos. Para tanto, quando do recebimento das prestações de contas, os processos são imediatamente distribuídos para análise e, em havendo necessidade de diligenciar o conveniente a apresentar novos documentos, são expedidos ofícios concedendo prazo de 30 dias para regularização, sob pena de inadimplência, nos termos da Mensagem 2008/0362759 CONED.

Acerca da instauração da tomada de contas especial (TCE), vale destacar que atualmente existem 29 prestações de contas que não foram aprovadas, cujos processos se encontram nesta Coordenação para realização de todo procedimento de autuação e composição de processo de TCE, envio de notificações aos gestores responsáveis e quantificação do dano no Demonstrativo de Débito, antes do envio da TCE à Coordenação de Contabilidade deste Ministério.

12.14 – RECOMENDAÇÃO Nº 14

12.14.1 - Número de Relatório: 208696

12.14.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar inconsistências verificadas no detalhamento dos custos do Convênio nº 073/2006, recomenda-se:

Dispensar maior rigor na análise de Projetos Básicos e Planos de Trabalhos, a fim de evitar a aprovação desses sem a devida adequação dos componentes de custos.

12.14.3 – Setor Responsável pela Implementação: CGRSE/DIRPP/DEPEN

12.14.4 - Providências adotadas (ou justificativas par o caso de não cumprimento):

Análise da documentação referida foi efetuada mediante Nota Técnica nº 465/2007 DEPEN/DIRPP/CGRSE (fls.895/897).

12.15 – RECOMENDAÇÃO Nº 15

12.15.1– Número de Relatório: 208696

12.15.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a falta de detalhamento de parâmetros para aferição do cumprimento do objeto do convênio, recomenda-se:

Verificar se as propostas de celebração de convênios contêm metas detalhadas e objetivas, que permitam a aferição do cumprimento do objetivo dos referidos convênios, abstendo-se de aprovar os Planos de Trabalhos que não contenham tais informações.

12.15.3 – Setor Responsável pela Implementação: CGFPN/DIRPP/DEPEN

12.15.4 - Providências adotadas (ou justificativas par o caso de não cumprimento):

a) A área que analisa os Convênios de Reaparelhamento tem pouco tempo de existência nesta Coordenação-Geral e possui apenas dois funcionários. Recentemente foi criada a Coordenação-Geral responsável pela análise de Convênios de Reaparelhamento, contando com dois funcionários. Temos a sinalização por parte da DIREX/DEPEN que receberemos dentro de pouco tempo reforço de servidores (anistiados). No entanto, a pesar dessa carência, os convênios da natureza de aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penitenciários em 2007 e em 2008 já são cuidadosamente analisados no sentido de que se incluam claramente nos Planos de Trabalho as metas definidas.

b) Já foi demandada a Secretaria de Administração Penitenciária de SP que detalhe através de planilha os equipamentos adquiridos por meio do convênio 04/2006.

12.16 – RECOMENDAÇÃO Nº 16

12.16.1 – Número de Relatório: 208696

12.16.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar inconsistências na aprovação do projeto básico de convênio, recomenda-se:

Dispensar maior rigor na análise de Projetos Básicos e Planos de Trabalhos, a fim de evitar a aprovação desses sem a devida adequação dos componentes de custos.

12.16.3 - Setor Responsável pela Implementação: CGRSE/DIRPP/DEPEN

12.16.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Com o intuito de sanar esta pendência, foi elaborada a Nota Técnica nº 14/2008-DEPEN/DIRPP/CGRSE (fls.519/521) e enviado Ofício nº 67/2008, de 11 de janeiro de 2008

(fls. 523) ao Conveniente solicitando o encaminhamento das referidas Planilhas. Desde então esta Coordenação tem entrado em contato várias vezes com o Conveniente para obter tal documentação, o que ainda não foi respondido. Além disto, toda a área técnica desta Coordenação foi orientada no sentido de adotar mais rigor na análise de Projetos Básicos e Planos de Trabalhos.

12.17 – RECOMENDAÇÃO Nº 17

12.17.1 – Número de Relatório: 208696

12.17.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar pagamento de diárias posterior ao deslocamento do beneficiário, recomenda-se:

Efetuar o pagamento antecipado de diárias e passagens a servidor, em cumprimento ao disposto no art. 5º do Decreto nº 5.992/2006.

12.17.3 – Setor Responsável pela Implementação: DISPF/DEPEN

12.17.4 - Providências a serem Implementadas:

Esta Diretoria emitiu os memorandos nº 590 e nº 591, em 25/10/2007, dentro do prazo legal. Ressalto, que os respectivos memorandos apresentam na sua data o mês de Novembro, fruto de um mero erro de elaboração, não representando a correta data de sua emissão.

Os pagamentos de diárias dos servidores SUSANA PORTILHO TRONCOSA, PCD nº 2031/07-2161-2247-2481; JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, PCD nº 2034/07-2108-2246-2484-2609; ARI BRAVESCO, PCD nº 2034/07-2538-2599, fora do prazo não foram fruto de atraso na emissão das solicitações por parte desta Diretoria. Supomos que tais atrasos ocorreram devido aos trâmites administrativos, como conferência de PCD, entrada de dados no SIAFI e preenchimento de ordem de pagamento no referido sistema.

Diante do constatado pela auditoria, esta Diretoria emitirá, na medida do possível, solicitações de viagens com prazo superior ao mínimo exigido de 10 dias.

Esta Diretoria, por meio do seu Diretor, emitirá, novamente, determinações no sentido de que as solicitações de passagens aéreas e de diárias sejam feitas em absoluto respeito às normas e prazos regulamentares, bem como, sejam elaboradas de forma circunstanciada, com os motivos que justificam o afastamento.

Ressaltamos apenas as peculiaridades do Sistema Penitenciário Federal que, em alguns casos, a necessidade do deslocamento surge à noite ou em finais de semana, caso típico das inclusões e transportes de presos por ordem judicial em momentos de crises nos sistemas penitenciários estaduais.

12.18 – RECOMENDAÇÃO Nº 18

12.18.1 – Número de Relatório: 208696

12.18.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de programação da viagem com a antecedência de dez dias, recomenda-se:

Atentar para a programação de viagem com a antecedência mínima de 10 dias, em obediência ao disposto no inciso I do art. 2º da Portaria MPOG nº 98, de 16.07.2003, fazendo constar do ato de concessão de diárias e passagens, autorização da excepcionalidade por parte do Secretário-Executivo ou titular de cargo correlato, em conformidade com o inciso IX do art. 2º da citada Portaria, nas situações de deslocamento, com programação inferior ao prazo definido no inciso I.

12.18.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF/DEPEN

12.18.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Esta Diretoria emitiu o memorando nº 1642, em 10/11/2007, solicitando pagamento de diárias e passagens para os seguintes Agentes Penitenciários Federais lotados em Campo Grande/MS:

- CLÁUDIO CISNE CID
- LUIS RICARDO BRANDÃO
- LUIZ ANTONIO COELHO
- MARINO DOS SANTOS CRISTO
- HEMERSON LUIZ MOURA E SANTOS

Face à Ação Civil Pública, impetrada pela Defensoria Pública da União, visando interditar a Unidade Penal Federal em Catanduvas/PR, por inexistência de políticas de tratamento penitenciário, que não eram implementadas pela exigüidade de pessoal existente, esta Diretoria entendeu que a URGÊNCIA estava caracterizada, pois havia um risco real de interdição, o que ocasionaria despesas vultosas para a União, com remoção dos presos para a outra Penitenciária Federal em Campo Grande.

A ocorrência foge ao nosso controle.

12.19 – RECOMENDAÇÃO Nº 19

12.19.1 – Número de Relatório: 208696

12.19.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar documento motivador do deslocamento em data posterior à solicitação/autorização de diárias, recomenda-se:

Atentar para a formalização do processo de concessão de diárias e passagens com o documento motivador do deslocamento do beneficiário, o qual viabiliza a avaliação da autoridade proponente, da autoridade concedente, e do ordenador de despesas sobre a conveniência e finalidade do serviço a ser executado, a fim de autorizar o deslocamento.

12.19.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF/DEPEN

12.19.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Esta Diretoria emitiu os memorandos nº 590 e nº 591, em 25/10/2007, dentro do prazo legal.

Ressalto, que os respectivos memorandos apresentam na sua data o mês de Novembro, fruto de um mero erro de elaboração, não representando a correta data de sua emissão.

Os pagamentos de diárias dos servidores SUSANA PORTILHO TRONCOSA, PCD nº 2031/07-2161-2247-2481; JOSÉ ROBERTO DE SOUZA, PCD nº 2034/07-2108-2246-2484-2609; ARI BRAVERSCO, PCD nº 2034/07-2538-2599, fora do prazo não foram fruto de atraso na emissão das solicitações por parte desta Diretoria. Supomos que tais atrasos ocorreram devido aos trâmites administrativos, como conferência de PCD, entrada de dados no SIAFI e preenchimento de ordem de pagamento no referido sistema.

Diante do constatado pela auditoria, esta Diretoria emitirá, na medida do possível, solicitações de viagens com prazo superior ao mínimo exigido de 10 dias.

Esta Diretoria, por meio do seu Diretor, emitirá, novamente, determinações no sentido de que as solicitações de passagens aéreas e de diárias sejam feitas em absoluto respeito às normas e prazos regulamentares, bem como, sejam elaboradas de forma circunstanciada, com os motivos que justificam o afastamento.

Ressaltamos apenas as peculiaridades do Sistema Penitenciário Federal que, em alguns casos, a necessidade do deslocamento surge à noite ou em finais de semana, caso típico das inclusões e transportes de presos por ordem judicial em momentos de crises nos sistemas penitenciários estaduais.

12.20 – RECOMENDAÇÃO Nº 20

12.20.1 – Número de Relatório: 208696

12.20.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de justificativa expressa para afastamento iniciado em fim de semana, recomenda-se:

Incluir na Proposta de Concessão de Diárias justificativa expressa quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, conforme o disposto no § 2º, art. 5º do Decreto nº 5.992/2006.

12.20.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF/DEPEN

12.20.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Esta Diretoria emitiu o memorando nº 647, em 21/11/2007, dentro do prazo legal, para emissão de passagem no trecho Porto Alegre/Campo Grande/Porto Alegre – RS, para o Odontólogo ARI BAVERESCO, originando a PCD nº 2441-07-2538-2599. Pela natureza da solicitação e os termos utilizados no memorando de solicitação, estava evidente a justificativa, no entanto, por um lapso, não se consignou isto também na PCD.

Por se tratar de dentista e diante da urgente necessidade de servidores da área de saúde, para atendimento na área odontológica dos presos da Penitenciária Federal em Campo Grande foi solicitado que seu deslocamento se iniciasse o mais rápido possível, então a sua viagem teve início no sábado, mesmo porque, trata-se de servidor de outro órgão com prazo exíguo de cessão ao sistema, o que nos obrigou a aproveitar o máximo o período disponibilizado.

Solicitamos à área demandante, claras justificativas nas próximas demandas por emissão de passagens e diárias para servidores da área de saúde, visando não deixar dúvidas para as futuras auditorias, bem como que a área administrativa do DEPEN/MJ, ao constatar a inexistência da justificativa, que devolva a PCD a esta Diretoria para complementação.

Emissão de novas orientações às áreas demandantes para que evitem solicitar deslocamentos em finais de semana e que, quando isto for necessário que seja consignada na PCD a justificativa expressa.

12.21 – RECOMENDAÇÃO Nº 21

12.21.1 – Número de Relatório: 208696

12.21.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar execução de despesa por meio de Suprimento de Fundos sem realização de pesquisa de preços, recomenda-se:

Executar despesas por meio de suprimento de fundos mediante a realização de pesquisa de preços, de forma a garantir a aquisição mais vantajosa para a administração pública, em observância ao item 3.3.2 da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

12.21.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.21.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): As despesas executadas por meio de Suprimento de Fundos foram realizadas de acordo com o prescrito no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF que não menciona a necessidade de formalização de pesquisa prévia de preços, conforme texto abaixo:

5 - DA PROPOSTA DO SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.1 - A proposta de concessão de suprimento de fundos deverá conter:

5.1.1 - a finalidade;

5.1.2 - a justificativa da excepcionalidade da despesa por suprimento de fundos, indicando fundamento normativo;

5.1.3 - a especificação da ND - Natureza da Despesa e do PI - Plano Interno, quando for o caso; e

5.1.4 - indicação do valor total e por cada natureza de despesa.

Cumpramos ressaltar que, apesar de não formalizadas, as pesquisas ocorreram e as despesas foram realizadas no estabelecimento que oferecia melhores condições. No entanto, orientamos nossos supridores para formalizarem as pesquisas de preço antes das aquisições.

No que pese o manual do SIAFI não trazer a necessidade da pesquisa, já orientamos nossas áreas demandantes a fazerem a pesquisa, e se possível, anexarem ao processo o documento comprobatório.

Solicitaremos à área administrativa do DEPEN que promova novo curso de suprimentos de fundos com os Agentes Penitenciários Federais, os quais em seu curso de formação, e até mesmo pela natureza das suas funções, não tiveram treinamento na área de gestão.

12.22 – RECOMENDAÇÃO Nº 22

12.22.1 – Número de Relatório: 208696

12.22.2 - Descrição da Recomendação: Constatou-se na proposta de Concessão de Suprimento de Fundos que os valores de gastos para a modalidade de “saque” e de “fatura”, não foram estabelecidos, recomenda-se:

Cumprir o que estabelece o § 6º do art. 45 do Decreto nº 93.872/86, alterado pelo Decreto nº 6.370/2008:

"É vedada a utilização do CPGF na modalidade de saque, exceto no tocante às despesas:

I - de que trata o art. 47 do Decreto nº 93.872/2008; e

II - decorrentes de situações específicas do órgão ou entidade, nos termos do autorizado em portaria pelo Ministro de Estado competente e nunca superior a trinta por cento do total da despesa anual do órgão ou entidade efetuada com suprimento de fundos."

12.22.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.22.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Em razão das peculiaridades do trabalho desenvolvido nas Penitenciárias Federais, bem como pela localização geográfica da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, situada em uma cidade pequena com aproximadamente 3.000 habitantes na zona urbana, poucos estabelecimentos comerciais possuem sistema eletrônico de pagamento. Por este motivo, para ser possível a utilização dos recursos do suprimento de fundos no atendimento de demandas emergenciais é que não foram limitados os valores nas modalidades de saques e faturas.

Seguindo orientação da CGU foi recomendada que se faça a distinção dos valores de fatura e de saque no Formulário de Concessão de Suprimento de Fundos.

12.23 - RECOMENDAÇÃO Nº 23

12.23.1 – Número de Relatório: 208696

12.23.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar que não houve informação acerca do prazo de aplicação/comprovação no Formulário de proposta de Concessão de Suprimento de Fundos, recomenda-se:

Fazer constar no ato de concessão de suprimento de fundos, o prazo máximo para utilização dos recursos e o prazo para prestação de contas, em conformidade com o estabelecido nos itens 6.4.1 e 6.4.2 informações acerca do prazo de aplicação/comprovação da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

12.23.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.23.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

Como a legislação prescreve, o prazo de comprovação é de 30 dias e de 90 dias para a aplicação. Assim, não estávamos repetindo esta informação no formulário de PCSF.

A inclusão das informações contendo os prazos citados foi efetuada imediatamente após esta Diretoria tomar conhecimento do questionamento dessa Auditoria.

O núcleo informal administrativo, já que esta Diretoria não tem área administrativa em sua estrutura, já foi alertado para observar a inclusão os prazos no formulário de PCSF.

12.24 – RECOMENDAÇÃO Nº 24

12.24.1 – Número de Relatório: 208696

12.24.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência do “Demonstrativo Mensal do Cartão Corporativo”, bem como da Ordem Bancária relativa ao pagamento da fatura do referido cartão, recomenda-se:

Fazer constar, tempestivamente, dos processos de prestação de contas de suprimento de fundos por meio do cartão corporativo, os demonstrativos mensais e a(s) cópia(s) da(s) fatura(s), conforme determina o subitem 11.4.10.1 e 11.4.10.2 da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

12.24.3 - Setor Responsável pela Implementação: COFIN/CGAD/DIREX/DEPEN

12.24.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Foi regularizada a situação dos processos relativo ao exercício de 2007 e dando prosseguimento aos de 2008.

12.25 – RECOMENDAÇÃO Nº 25

12.25.1 – Número de Relatório: 208696

12.25.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar recibos de pessoas físicas sem discriminar o número de inscrição do INSS, utilizados como comprovante de gasto por meio de Suprimento de Fundos – Cartão de Pagamento do Governo Federal, recomenda-se:

Comprovar despesas com recursos de suprimento de fundos relativas a prestação de serviço realizado por pessoa física, por meio de recibo que constará obrigatoriamente, de forma clara, o nome, CPF e o número de inscrição do INSS do prestador de serviço, em

cumprimento com o disposto no item 11.5.3 da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

12.25.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.25.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Foi recomendada a inclusão do número de inscrição do INSS e/ou ISS do prestador de serviço nos Recibos de Pessoas Física e Jurídica.

Em maio deste ano recomendamos aos supridos a inclusão dos dados acima mencionados nos recibos de prestação de serviços.

12.26 – RECOMENDAÇÃO Nº 26

12.26.1 – Número de Relatório: 208696

12.26.2 - Descrição da Determinação ou da Recomendação: Ao constatar que, na Nota Fiscal não foi informada a discriminação do serviço prestado, recomenda-se:

Comprovar despesas com recursos de suprimento de fundos, por meio de documentos fiscais que contenham especificação/identificação clara do material adquirido e/ou do serviço executado.

12.26.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.26.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Foi recomendado aos supridos e também aos gestores e fiscais de contratos a criteriosa observação das notas fiscais de prestação de serviços, visando não deixar dúvidas quando a real especificação dos serviços executados, tanto por pessoa jurídica como pessoa física.

Esta recomendação foi enviada para todos os supridos em maio deste ano.

12.27 – RECOMENDAÇÃO Nº 27

12.27.1 – Número de Relatório: 208696

12.27.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar que foram utilizados recursos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, para o recolhimento de INSS e/ou ISS relativo a serviços prestados por “pessoa jurídica”, recomenda-se:

Efetuar as retenções e recolhimento de contribuições para INSS e do ISS conforme disposto no item 10 c/c o item 17.6 da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

12.27.3 - Setor Responsável pela Implementação: COFIN/CGAD/DIREX/DEPEN

12.27.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento):

INSS

Conforme o disposto nos artigos 140 e 143 da IN/MPS/SRP/Nº 3, de 14/07/2005:

art. 140 - serão realizadas as retenções de INSS quando se tratar de contratação de serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada...

art. 143 – Cessão de mão-de-obra é à colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos...

ISS

Quanto às retenções do ISS (Tributos Municipais) informamos que as mesmas serão realizadas nas próximas Concessões.

Macrofunção 02.11.21

Trata a Macrofunção em seu item 10 dos procedimentos a serem adotados para a realização das retenções e o item 17.6 das apropriações e recolhimentos.

12.28 - RECOMENDAÇÃO Nº 28

12.28.1 – Número de Relatório: 208696

12.28.2 - Descrição da Recomendação: Constatou-se que, não houve justificativa formal na utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal, referente a modalidade “saque”, bem como utilização de 87,26% do recurso do Suprimento de Fundos na modalidade “saque”, recomenda-se:

Cumprir o que estabelece o § 6º do art. 45 do Decreto nº 93.872/86, alterado pelo Decreto nº 6.370/2008:

"É vedada a utilização do CPGF na modalidade de saque, exceto no tocante às despesas:

I - de que trata o art. 47 do Decreto nº 93.872/2008; e,

II - decorrentes de situações específicas do órgão ou entidade, nos termos do autorizado em portaria pelo Ministro de Estado Competente e nunca superior a trinta por cento do total da despesa anual do órgão ou entidade efetuada com suprimento de fundos."

12.28.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.28.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Em razão das peculiaridades do trabalho desenvolvido nas Penitenciárias Federais, bem como

pela localização geográfica da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, situada em uma cidade pequena com, aproximadamente, 3.000 habitantes na zona urbana, poucos estabelecimentos comerciais possuem sistema eletrônico de pagamento. Por este motivo, para ser possível a utilização dos recursos do suprimento de fundos no atendimento de demandas emergenciais é que não foram efetuados os saques. Ressalte-se também que as novas regras trazidas Decreto dificultam ou até mesmo impedem a utilização de suprimento de fundos, como, por exemplo, no pagamentos a pessoa física.

Seguindo orientação da DIREX/DEPEN/MJ, foram impedidos os supridos desta Diretoria, até que norma seja editada pelo MJ, que se faça saque através dos cartões de pagamentos quando da utilização de Suprimento de Fundos.

12.29 – RECOMENDAÇÃO N° 29

12.29.1 – Número de Relatório: 208696

12.29.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência da Solicitação de Material ou Solicitação do Material sem conter todas as informações do material a ser adquirido ou do serviço a ser prestado, recomenda-se.

Fazer constar dos processos de concessão e prestação de contas de suprimento de fundos justificativa da necessidade da aquisição mediante documento de solicitação do material ou do serviço, a qual deve trazer todas as informações, inclusive quanto à quantidade, bem como informação relativa à verificação prévia da inexistência em estoque.

12.29.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.29.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Foi ratificada aos supridos da necessidade de inclusão da justificativa da compra e contratação de serviço, como também do documento comprovando a consulta aos estoques deste Ministério.

12.30 – RECOMENDAÇÃO N° 30

12.30.1 – Número de Relatório: 208696

12.30.2 – Descrição da Recomendação: Ao constatar que foi utilizado recursos com Suprimento de Fundos para aquisição de materiais, os quais devem ser adquiridos por processo normal de compra, e extrapolação do limite máximo de R\$ 800,00 para realização de cada item de despesa de pequeno vulto no somatório das notas fiscais apresentadas, recomenda-se:

a) Abster-se de conceder suprimento de fundos para a realização de despesas que não têm caráter de excepcionalidade e que podem subordinar-se a processo normal de compra, nos casos previstos nos incisos I, II e III do art. 45 do Decreto nº 93.872/86, alterado pelo Decreto nº 6.370, de 01.02.2008.

b) Abster-se de fracionar despesas, cumprindo o limite estabelecido para cada ato de concessão de suprimento por meio de CPGF, quando se tratar de despesa de pequeno vulto,

bem como cumprir o limite máximo estabelecido para a realização de cada item de despesa de pequeno vulto no somatório das notas fiscais/faturas/recibos/cupons em cada suprimento de fundos, em atendimento aos itens 3.1.1 e 3.1.2 da Macrofunção 02.11.22 - Suprimento de Fundos do Manual SIAFI.

c) Adquirir serviços ou bens que possam subordinar-se ao processo normal de aquisição, utilizando o competente processo de licitação, o qual se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e nos casos em que houver a impossibilidade da realização do procedimento licitatório, cumprir o que determinam os artigos 24 e 25 da mencionada Lei.

12.30.3 - Setor Responsável pela Implementação: DISPF

12.30.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): A Diretoria-Executiva deste Departamento, a quem compete prover as demandas da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, tem envidado todos os esforços no sentido de concluir os processos licitatórios, cerca de 89 (oitenta e nove), especialmente aqueles relacionados à aquisição de medicamentos. Esta demanda é a maior geradora de problemas nas Penitenciárias Federais, eis que não se pode deixar um preso sem a medicação prescrita pelo médico.

As aquisições anteriores foram realizadas por meio de adesões, pois este Departamento ainda não possui profissionais da área de saúde (farmacêuticos ou médicos), para apoiar nesta complexa atividade de especificação de medicamentos. A contratação dos servidores citados depende de criação de cargo e posterior autorização para realização de concurso público pelo MPOG, o que foi solicitado há dois anos. Lembro também, que a falta de farmacêutico impede a formação de estoque de medicamentos nas Penitenciárias Federais, principalmente de controlados (Tarja Preta).

Ressalto, que os presos recebidos no Sistema Penitenciário Federal vêm, na sua maioria, dos sistemas penitenciários estaduais, que permitem o acesso a cigarros e, em alguns casos que fogem ao controle, bebidas e substâncias entorpecentes, gerando dependência. Ao recebermos esses presos no Sistema Federal, onde a segurança é rígida o suficiente para impedir a entrada das substâncias citadas, inclusive cigarros, o qual tem seu consumo proibido, geram-se sérios problemas de adaptação desses presos à nova realidade.

Nesta etapa, a demanda por medicamentos que amenizam os efeitos colaterais da abstinência por cigarros, bebidas e outras substâncias entorpecentes é alta e de difícil previsão para as Penitenciárias Federais, pois esta realidade não é conhecida antes do recebimento do preso.

Recentemente, finalizamos os processos para contratação de estabelecimento farmacêutico para fornecimento parcelado de medicamentos para as Penitenciárias Federais. Essa forma de contratação foi a única solução encontrada, pois há impedimentos legais para formação de estoque, pela inexistência de farmacêutico no corpo funcional deste Departamento.

O processo nº 08016.003923/2008-11, que trata do fornecimento de medicamentos para a Penitenciária Federal em Catanduvas/PR, já foi licitado e encontra-se na fase homologação.

O processo nº 08016.3924/2008-66, que versa sobre a compra de medicamentos para a Penitenciária Federal em Campo Grande/MS, aguarda apenas a sua publicação.

12.31 – RECOMENDAÇÃO Nº 31

12.31.1 – Número de Relatório: 208696

12.31.2 - Descrição da Recomendação: Ao constatar a ausência de descrição completa no Plano de Trabalho do objeto a ser executado, recomenda-se.

Abster-se de aprovar Planos de Trabalhos que não contenham as informações detalhadas e suficientes para propiciar posterior aferição do cumprimento do objeto dos convênios celebrados.

12.31.3 - Setor Responsável pela Implementação: DIRPP

12.31.4 - Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Informamos que foram solicitadas por esta Coordenação, ao proponente, várias adequações no Plano de Trabalho dando atendimento às determinações da equipe de Auditoria/CGU, e o cumprimento das regras contidas na IN-STN- 01/97, conforme documentações anexas.

Vale salientar que a Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas ficará atenta, para que tal fato não venha se repetir, conforme recomendações constantes no relatório de Auditoria.

13. DETERMINAÇÕES E/OU RECOMENDAÇÕES DO TCU

Abaixo relacionamos 7(sete) determinações e recomendações do TCU efetuadas no exercício de 2008. Cada uma delas está detalhada conforme o Modelo de Relatório de Gestão constante no Anexo V da Portaria CGU 2238, de 19 de dezembro de 2008.

13.1 – Primeira determinação ou recomendação do TCU

13.1.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão n.º 96/2008 da 1ª Câmara, de 12/2/2008, encaminhado pelo Ofício n.º 73/2008-TCU/SECEX-6, de 18/2/2008.

13.1.2 – Descrição da determinação ou da recomendação: Apreciação do processo de Tomada de Contas da Secretaria Nacional de Justiça, no exercício de 2005, TC – 014173/2006-3, para conhecimento e adição das medidas previstas pelo Tribunal, quais sejam:

a) Reavalie a prestação de contas, no prazo de 90 dias, a contar da ciência desta deliberação, do convênio Siafi 413.532 (original 001/2001), solicitando ao conveniente a motivação, bem como os cálculos devidos, para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato 41/2001, caso não atendido ou não reste devidamente justificada a correta aplicação do total previsto com rendimentos no ajuste; adote as providências saneadoras, instaurando, se necessário, em 60(sessenta) dias, a competente tomada de contas especial;

b) Represente ao TCU, nos termos do art. 237, inciso III, do RI/TCU, sempre que verificada, nos convênios, grave infração à norma legal, por parte do conveniente, de que não resulte dano ou prejuízo ao erário;

c) Quando da análise da prestação de contas do convênio Siafi 487.106, glose as despesas que não tenham sido realizadas em benefício do objeto do convênio;

d) Reavalie, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, a prestação de contas do convênio Siafi 393.980 e, caso reste comprovada a ausência de demonstração de nexos entre os recursos transferidos e sua aplicação no objeto do ajuste, instaure tomada de contas especial;

e) Reavalie as prestações de contas dos convênios, celebrados com o Estado da Bahia, que encerraram a vigência a partir de 2002, cujos valores pactuados eram superiores a R\$ 1.000.000,00, a saber: 397.956, 414.218, 417.708, 466.265, 487.557, 487.643, verificando a existência de nexos entre os recursos repassados e sua aplicação nos objetos dos convênios, e instaure a competente TCE, nos termos do art. 38, inciso II, alínea “d”, IN/STN n.º 1/97 e art. 8.º da Lei n.º 8.443/1992, nos casos em que não seja demonstrado o referido nexo de causalidade dos recursos transferidos e sua aplicação no objeto do convênio;

f) Instaure, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, a tomada de contas especial, com fulcro no art. 8.º, § 1.º, da Lei n.º 8.443/1992, em relação ao Convênio Siafi 419.526 ante a ausência de demonstração de nexo entre os recursos transferidos e sua aplicação no objeto do convênio, além de indícios de pagamentos indevidos na consecução do objeto, encaminhando os processos à Secretaria Federal de Controle Interno e informando a este Tribunal sobre as providências adotadas;

g) Instaure, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ciência desta deliberação, a tomada de contas especial, com fulcro no art. 38, inciso II, alínea “d”, IN/STN n.º 1/97 e art.

8.º da Lei n.º 8.443/1992, em relação ao convênio Siafi 380.126 ante a ausência de demonstração de nexo entre os recursos transferidos e a aplicação no objeto do convênio e a realização de despesas, em afronta ao art. 8.º, inciso IV, da IN/STN n.º 1/97, no valor de 2% para o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROPENE), instituído pelo Decreto Estadual n.º 13.817, de 3/1/1991, destinado à Fundação de Ação Comunitária do Estado da Paraíba, encaminhando os processos à Secretaria Federal de Controle Interno e informando a este Tribunal sobre as providências adotadas;

h) Reavaliar, no prazo de 90 dias, a contar da ciência desta deliberação, as prestações de contas aprovadas dos convênios celebrados com o Estado da Paraíba que possuem valores pactuados acima de R\$ 500.000,00, a saber: 323.868, 367.937, 380.126, 394.667, 400.439, 401.723, verificando a existência de despesas relacionadas ao Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROPENE), instituído pelo Decreto Estadual n.º 13.817, de 3/1/1991, e caso detectadas, promova as medidas saneadoras, inclusive instaurando a competente TCE, se necessário, para reaver à conta do Funpen os valores irregulares apresentados;

i) Alertar o DEPEN que a aplicação de recursos em finalidade diversa da estabelecida em termo de convênio, a exemplo das despesas para o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio (PROPENE) do Governo do Estado da Paraíba, instituído pelo Decreto Estadual n.º 13.817, realizadas na execução do convênio Siafi 380.126, é vedada pelo art. 8.º, IV, da IN/STN n.º 1/97 preventivos – Item 6.2.11 (alterado neste parecer).

13.1.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.1.4 – Providências adotadas: Foi encaminhado o Ofício n.º 1433/2008-GAB/DEPEN, de 9/5/2008, informando que este Departamento adotou as providências necessárias para cumprir o disposto no Acórdão. Acrescentou-se ainda que, logo após a conclusão das diligências que se encontravam em andamento, seria encaminhada cópia àquele Tribunal.

Posteriormente foram enviados ao TCU o Ofício n.º 2404/2008-GAB/DEPEN, de 31/7/2008; o Ofício n.º 3607/2008 – GAB/DEPEN, de 7/10/2008; o Ofício n.º 3847/2008-GAB/DEPEN, de 11/11/2008; e o Ofício n.º 401/2009-GAB/DEPEN, de 9/2/2009, os quais complementavam as informações e indicavam a conclusão dos procedimentos adotados pelo DEPEN.

13.2 – Segunda determinação ou recomendação do TCU

13.2.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão n.º 17515/2007-TCU-1ª Câmara, de 19/6/2007. Ofício n.º 115/2008-TCU/SECEX-PI, de 19/3/2008.

13.2.2 – Descrição da determinação ou da recomendação: Solicita que seja encaminhada informação acerca do cumprimento ou não do Acórdão n.º 17515/2007-TCU-1ª Câmara, de 19/6/2007, que determinou ao DEPEN que, no prazo de 60 (sessenta) dias, instaurasse e encaminhasse à Controladoria-Geral da União, se ainda não o fez, Tomada de Contas Especial, visando à apuração dos fatos e o ressarcimento ao erário público dos valores indevidamente ou não aplicados no objeto do Convênio 091/2001-PI.

13.2.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.2.4 – Providências adotadas: Em 25/4/2008 foi encaminhado o Ofício n.º 1210/2008-GAB/DEPEN, de 25/4/2008, o qual informou que este Departamento está cumprindo o disposto no referido Acórdão. Na mesma oportunidade foi encaminhada a Informação n.º 24/2008-CGFPN/DIRPP/DEPEN, além de documentos que comprovavam o cumprimento do sobredito Acórdão.

13.3 – Terceira determinação ou recomendação do TCU

13.3.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão n.º 549/2007-TCU/1ª Câmara. Ofício n.º 166/2008-TCU/SECEX-PI, de 24/4/2008.

13.3.2 - Descrição da determinação ou da recomendação: Solicita informações acerca do andamento da Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio n.º 013/2001-PI.

13.3.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.3.4 - Providências adotadas: Respondido por meio do Ofício n.º 1612/2008-GAB/DEPEN, de 20/5/2008, o qual informou que este Departamento está cumprindo o disposto no Acórdão 549/2007-TCU/1.ª Câmara. Esclareceu-se ainda que foi providenciado o estorno da aprovação das contas do respectivo convênio no SIAFI e a inscrição na conta de inadimplência efetiva, além do envio de notificações aos gestores responsáveis pela execução do projeto com vistas ao ressarcimento do dano ao erário, já quantificados nos Relatórios elaborados pela Controladoria-Geral da União – CGU.

13.4 – Quarta determinação ou recomendação do TCU

13.4.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão n.º 467/2008-TCU – 2º Câmara, encaminhado pelo Ofício n.º 203/2008-TCU/SECEX-6, de 7/4/2008.

13.4.2 – Descrição da determinação ou da recomendação: Apreciação do processo de Tomada de Contas da Secretaria Nacional de Justiça, no exercício de 2004, para conhecimento e adoção das seguintes medidas previstas pelo Tribunal:

a) Exija no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência desta liberação, a prestação de contas dos convênios (Siafi n. 517.524, n. 538.439, n. 538.449) relacionados no Anexo 1 desta instrução, fixando o prazo de 30 (trinta) dias ao conveniente para apresentação das contas, em cumprimento ao disposto nos §§ 7º e 8º do art. 31 da IN/STN n.º 01/97; caso não atendido, instaure a imediata Tomada de Contas Especial (TCE), nos termos do § 5º do art. 28, c/c §§ 2-A e 4º do art. 31 da IN/STN n.º 01/97.

b) Promova no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, a análise das prestações de contas dos convênios (Siafi n. 336.113, n. 400.439, n. 413.535, n. 415.095, n. 419.021, n. 427.196, n. 430.541, n. 448.262, n. 457.971, n. 460.274, n. 465.937, n. 479.580, n. 481.802, n. 482.652, n. 484.030, n. 485.182, n. 487.100, n. 487.557, n. 487.625, n. 487.643, n. 487.968, n. 509.842, n. 511.750, n. 513.633, n. 514.578, n. 514.580, n. 515.513, n. 517.591, n. 517.595, n. 517.644, n. 517.647, n. 517.677, n. 517.716, n. 538.535, n. 539.224, n. 539.227, n. 539.241, n. 539.242, n. 568.253) listados nos presentes autos.

c) Instaure no prazo de 60 dias (sessenta) dias, se ainda não o fez, contados da ciência desta deliberação, as tomadas de contas especiais em relação aos convênios (Siafi n. 335.916, n. 335.926, n. 350.315, n. 375.317, n. 393.751, n. 403.743, n. 403.764, n. 403.765, n. 403.766,

n. 403.767, n. 403.768, n. 404.940, n. 414.217, n. 417.660, n. 418.346, n. 423.192, n. 426.208, n. 426.698, n. 426.704, n. 427.198, n. 427.201, n. 430.772, n. 465.297, n. 473.152, n. 479.551) relacionados na instrução em face da ausência da prestação de contas, informando a este Tribunal sobre as providências adotadas.

d) Abstenha-se de retirar o conveniente da situação de inadimplência no Siafi sem que esse tenha solucionado os motivos ensejadores de sua inscrição e cumpra fielmente os prazos estabelecidos no art. 5º, § 1º, inc. I c/c art. 28, § 5º art. 31, § 2º-A e art. 38, inciso I.

e) Cumpra o disposto no §1º, art. 116, da Lei 8.666/93 e observe a necessidade de constarem as devidas assinaturas para aprovação do Plano de Trabalho – item 9.2.1.1.

f) Abstenha-se de celebrar convênios com convenientes que não atendam aos requisitos de regularidade fiscal preceituados no art. 3º da IN/STN n.º 01/97 – item 9.2.1.1.

g) Cientifique tempestivamente às Assembléias Legislativas dos Estados a respeito da celebração de convênios com esse Departamento de forma a cumprir o disposto no art. 11 da IN/STN n.º 01/97 no § 2º, art. 116, da Lei 8.666/93 – item 9.2.1.2.

h) Registre os convênios no Siafi pelo valor total em conformidade com o art. 85 da Lei 4.320/64.

i) Proceda à cuidadosa análise, especialmente quanto aos itens apontados como irregulares pelo Controle Interno, das prestações de contas dos Convênios Siafi n.º 452.654 (n.º original 023/2003) e n.º 484.030 (n.º original 031/2003), observando que, na presença de evidências de irregularidades que resultem prejuízo ao erário, deverão ser instauradas as competentes tomadas de contas especiais e outras medidas de responsabilização.

13.4.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.4.4 – Providências adotadas: Respondido por meio do Ofício n.º 1831/2008-GAB/DEPEN, de 6/6/2008, o qual remeteu, naquela oportunidade, documentação que demonstrou as medidas adotadas conforme solicitação. Acrescente-se que em complementação ao citado expediente foi remetido o Ofício de n.º 529/2009-GAB/DEPEN, de 19/2/2009, o qual encaminhou cópia das Informações n.ºs 170 e 229/2008-DIPC/COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN e do Parecer n.º 13/2008-DIPC/COAPC/CGFPN/DEPEN, que demonstraram a aprovação das contas dos convênios n.ºs 052/2002 (SIAFI 465.937), 031/2003 (SIAFI 484.030) e 027/2005 (SIAFI 539.242).

13.5 – Quinta determinação e recomendação do TCU

13.5.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Trata-se do ofício n.º 1496/2008-TCU/SECEX-PI, de 10/7/2008.

13.5.2 - Descrição da determinação ou da recomendação: Solicita informações acerca dos procedimentos adotados para conclusão dos processos de Tomada de Contas Especial dos Convênios n.ºs 065/2000 e 091/2001, ambos celebrados com o Estado do Piauí.

13.5.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.5.4 - Providências adotadas: Respondido por meio do Ofício n.º 2534/2008-GAB/DEPEN, de 12/8/2008, o qual encaminhou cópia da Informação n.º 181/2001-

COAPC/CGFPN/DIRPP/DEPEN, que esclarecia os procedimentos adotados por este Departamento.

13.6 – Sexta determinação e recomendação do TCU

13.6.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão 1845/2006-TCU-Plenário. Ofício n.º 127/2008-TCU/SECEX-MS, de 6/8/2008.

13.6.2 - Descrição da determinação ou da recomendação: Solicita informações acerca das providências adotadas por esse Departamento, com vistas a atender ao disposto no item 9.2.2 do referido Acórdão, que versa sobre a prestação de contas do Convênio n.º 193/2001-MS.

13.6.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.6.4 - Providências adotadas: Respondido por meio do Ofício n.º 3037/2008-GAB/DEPEN, de 20/5/2008, o qual informou que a obra objeto do convênio foi recebida por este Departamento, bem como foi aprovada, em 15/3/2007, a prestação de contas final, com indicação de que os recursos tiveram boa e regular aplicação, conforme se comprovou com a documentação apensa encaminhada àquele Tribunal.

13.7 – Sétima determinação e recomendação do TCU

13.7.1 – Número da decisão ou do Acórdão: Acórdão 546/2008-TCU-Plenário. Ofício n.º 083/2008-TCU/SECOB, de 17/04/2008.

13.7.2 - Descrição da determinação ou da recomendação: Constan do Acórdão acima mencionado diversas determinações e recomendações envolvendo a construção de quatro penitenciárias sob a responsabilidade deste Departamento, quais sejam: Penitenciária Federal de Segurança Máxima de Campo Grande/MS, Penitenciária Sul de Criciúma/SC, Penitenciária de Santa Maria/RS e Penitenciária de Eunápolis/BA.

13.7.3 – Setor responsável pela implementação: Diretoria de Políticas Penitenciárias do DEPEN

13.7.4 - Providências adotadas: Encaminhado o Ofício N° 2375/2008 ao TCU, em 28/07/08, esclarecendo alguns dos questionamentos efetuados e informando que foram encaminhados ofícios aos respectivos Estados solicitando informações visando subsidiar os esclarecimentos pendentes. Também foi encaminhado ofício à Caixa Econômica Federal, que atuou como mandatária da União no acompanhamento das obras em pauta, solicitando esclarecimentos e providências corretivas, conforme determinado pelo TCU.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO*Tabela 60 - Recursos humanos – informações sobre atos.*

Atos	Quantidade	Registrados no SISAC (Quantidade)
ADMISSÃO*	1	9
DESLIGAMENTO*	21	17
APOSENTADORIA	0	0
PENSÃO	0	0

* Situações ocorridas no DEPEN. Não são atos de competência da CGRH.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE. E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Motivo da dispensa ou arquivamento	N.º do processo (adm. ou TCE)	Responsável		Cargo ou função do responsável	Valor do débito atualizado até 31/12	Data da ocorrência	Ocorrências (irregularidades detectadas)	Principais medidas administrativas adotadas
		CPF/CNPJ	Nome					
Outra situação em que o débito seja descaracterizado (IV, § 1.º, artigo 5.º IN/TCU 56/2007)	08016.003684/2007-19 (Siafi 396466)	098.987.193-20	Themístocles de Sampaio Pereira Filho	Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Piauí	OBS 1		Relatório de Auditoria CGU n.º 134803 identificou: 1) pagamentos antecipados e despesas sem a devida liquidação; 2) composição de comissão de licitação com pessoas estranhas ao quadro de pessoal e recondução por mais de um ano; 3) falta de análise nas minutas dos contratos pelo órgão de Assessoria Jurídica; 4) falta de preservação de modalidade de licitação; 5) contrato sem vinculação ao termo da dispensa; 6) inexistência de atesto da execução dos serviços; 7) total do contrato e aditivo superior ao limite da modalidade de licitação; e 8) contrapartida sem movimentação na conta específica.	1) estorno da aprovação da prestação de contas; 2) instrução do processo de TCE; 3) envio de notificação ao responsável para apresentação de justificativas; 4) verificação de ausência de prejuízo; 5) aprovação da prestação de contas; 6) remessa do processo ao Controle Interno do MJ (Coordenação de Contabilidade) para verificação da regularidade dos procedimentos adotados.
OBS 1: Em 2006 o DEPEN tomou conhecimento das irregularidades identificadas pela Controladoria-Geral da União no Convênio n.º 065/2000 - PI, iniciando assim os procedimentos para instauração da TCE. Foram solicitadas justificativas ao antigo gestor, bem como requerida manifestação da Secretaria de Estado de Justiça acerca das falhas apontadas. Contudo, apenas em 2008 este Departamento teve acesso ao Relatório n.º 134803 da CGU, que trazia como recomendação às constatações de irregularidade, apenas orientações sobre a correta forma de atuação daquele órgão estadual, evitando que falhas daquela natureza viessem a ser repetidas. A CGU não havia recomendado a instauração de TCE e também não havia identificado potencial prejuízo ao erário em face das pendências verificadas. Dessa forma, como se tratavam de irregularidades formais, a prestação de contas foi novamente aprovada e o Tribunal de Contas da União foi cientificado dessa providência por meio do Ofício n.º 2534/2008-GAB/DEPEN, de 12/8/2008, remetido ao Secretário de Controle Externo do Piauí. A Coordenação de Contabilidade recomendou ao DEPEN que essa informação fosse inserida no Relatório de Gestão do exercício de 2008.								
Outra situação em que o débito seja descaracterizado (IV, § 1.º, artigo 5.º IN/TCU 56/2007)	08016.001353/2004-00 (Siafi 512375)	126.931.705-91	Washington Luiz Damasceno Freitas	Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	OBS 2		Ausência de procedimento formal de inexigibilidade de licitação para contratação dos profissionais que trabalharam na consecução do objeto (desobediência aos artigos 25, II e 26 da Lei n.º 8.666/93)	1) solicitação de justificativa ao conveniente; 2) solicitação de informações complementares; 3) verificação de ausência de prejuízo; 4) remessa do processo ao Controle Interno do MJ (Coordenação de Contabilidade) para verificação da necessidade de representação ao Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso III, artigo 237 do Regimento Interno do TCU.
OBS 2: Quando do exame da prestação de contas final do Convênio n.º 008/2004 - AL, verificou-se a contratação de profissionais com recursos do convênio, conforme previsão no plano de trabalho. Identificou-se que os profissionais foram selecionados a critério do órgão conveniente e conforme expressamente manifestado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas se tratavam de pessoas qualificadas que já desenvolviam atividades pertinentes ao projeto. Foram celebrados os respectivos contratos e houve a publicação desses instrumentos no Diário Oficial do Estado. Contudo, não foi formalizado pelo conveniente procedimento formal de licitação ou inexigibilidade, em descumprimento à Lei de Licitações e Contratos. Após os esclarecimentos prestados pelo conveniente não foi possível apurar dano ao erário em virtude da irregularidade formal, uma vez que os contratados receberam exatamente o valor que estava previsto originalmente no plano de trabalho e que as atividades previstas foram executadas dentro das expectativas propostas. A Coordenação de Contabilidade recomendou ao DEPEN que essa informação fosse inserida no Relatório de Gestão do exercício de 2008, sem impedimento da aprovação da prestação de contas.								

16. INFORMACÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade.	480	14.433.164,22	481	30.223.820,45	463*	32.054.206,94
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total Pessoal Próprio	15	14.433.164,22	19	30.223.820,45	463	32.054.206,94

* Deste total, 459 são Agentes Penitenciários Federais.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo.	22	589.075,16	25	1.304.592,92	24	1.664.965,30

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal Terceirizado – Vigilância / Limpeza**	12	75.292,52	50	262.253,38	51	650.943,08
Pessoal Terceirizado – Apoio Administrativo**	0	0,00	0	0,00	86	1.021.329,72
Pessoal Terceirizado – Outras Atividades***	59	100.663,51	77	129.796,76	78	135.461,89
Estagiários	Computado na SNJ*		Computado na SNJ*		8	41.640,00
Total Pessoal: Terceirizados + Estagiários	71	175.956,03	127	392.050,14	223	1.849.374,69

* Nos exercícios de 2006 e 2007 os estagiários eram contratados pela Secretaria Nacional de Justiça.

** Atuando nas Unidades Descentralizadas (Penitenciárias Federais)

*** Atuando na Unidade Central - As despesas com mão-de-obra terceirizada, referentes à Vigilância, Limpeza e Conservação, exceto os prestados nas unidades descentralizadas, bem como Tecnologia da Informação, são absorvidas pela Coordenação-Geral de Logística e pela Coordenação de Tecnologia da Informação, respectivamente.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na unidade, com ônus.	0	0,00	0	0,00	3	*
Pessoal requisitado em exercício na unidade, sem ônus.	18	353.189,85	23	784.686,87	16	1.079.292,06
Pessoal requisitado, em exercício na Unidade.	18	353.189,85	23	784.686,87	19	1.079.292,06

* Órgão cedente não encaminhou fatura do exercício de 2008.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus.	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Total pessoal cedido pela Unidade	0	0,00	0	0,00	0	0,00

Descrição	2008	
	Qtd	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade.*	521	34.676.725,90
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade.	5	221.738,40
Total Geral	526	34.898.464,30

Obs: Qtd – posição em 31/12/2008; Despesa – total incorrido no exercício.

* Do pessoal envolvido em ações finalísticas, 88,10% são Agentes Penitenciários Federais lotados nas Penitenciárias Federais de Catanduvas/PR, Campo Grande/MS, Porto Velho/RO, Mossoró/RN, bem como na Unidade Central.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO

17.1. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS EM 2008

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
AC	030/2008	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	280.000,00	31.111,00	311.111,00	2/7/2008 a 2/12/2008
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária do Acre				
AC	036/2008	Aparelhamento das Unidades Prisionais com equipamentos para Gerenciamento de Crise	519.525,00	57.725,00	577.250,00	25/11/2008 a 25/08/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária do Acre				
AC	045/2008	Político Pedagógico para a Formação de Agentes Penitenciários	200.000,70	22.222,30	222.223,00	27/8/2008 a 27/1/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária do Acre				
AC	048/2008	Implantação de Saúde Básica no Sistema Penitenciário do Estado	165.725,72	356.160,00	521.885,72	18/12/2008 a 18/12/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	062/2008	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado	132.084,21	14.676,02	146.760,23	26/12/2008 a 26/6/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	066/2008	Capacitação de Agentes Penitenciários para Gerenciamento de Crises (PRONASCI)	316.978,14	3.201,80	320.179,94	26/12/2008 a 26/7/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	068/2008	Capacitação de Agentes Penitenciários na Utilização de Armamento Não-Letal (PRONASCI)	101.203,83	1.022,26	102.226,09	29/12/2008 a 29/9/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	074/2008	Interiorização e Fortalecimento das Penas e Medidas Alternativas	286.672,80	31.852,53	318.525,33	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	084/2008	Implantação e Estruturação de Conselhos da Comunidade no Estado	149.423,04	16.602,56	166.025,60	30/12/2008 a 30/12/2009
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				
AC	087/2008	Implantar o PROJOVEM nas Prisões (PRONASCI)	528.881,76	5.342,24	534.224,00	31/12/2008 a 31/10/2010
		Conveniente: Instituto de Administração Penitenciária				

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
AL	040/2008	Capacitação de Agentes Penitenciários	149.278,50	16.586,50	165.865,00	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Intendência de Administração Penitenciária				
AM	002/2008	Realização do IV CONEPA	200.000,00	50.041,73	250.041,73	16/4/2008 a 16/9/2008
		Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos				
BA	008/2008	Implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Jequié	135.000,00	15.000,00	150.000,00	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça Cidadania e Direitos Humanos				
BA	009/2008	Implantação da Central de Penas Alternativas do litoral sul (Ilhéus Itabuna e Ubaitaba)	170.000,00	30.000,00	200.000,00	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça Cidadania e Direitos Humanos				
BA	033/2008	Aparelhamento do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia	188.529,21	20.947,70	209.476,91	24/9/2008 a 24/5/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça Cidadania e Direitos Humanos				
BA	041/2008	Capacitação de Servidores do Sistema Penitenciário da Bahia	101.120,00	11.399,40	112.519,40	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Justiça Cidadania e Direitos Humanos				
BA	072/2008	Implantação dos Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	324.000,00	36.000,00	360.000,00	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública-Geral				
CE	027/2008	Maria Marias	592.921,80	65.880,20	658.802,00	27/6/2008 a 27/6/2010
		Conveniente: Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará				
CE	050/2008	Aquisição e Instalação de Equipamentos e Materiais nos Setores de Saúde das Unidades Prisionais	170.952,35	691.200,00	862.152,35	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria da Justiça e Cidadania				
DF	032/2008	Aquisição de Computadores Servidores de Rede e Banco de Dados	573.300,00	63.700,00	637.000,00	4/7/2008 a 4/7/2009
		Conveniente: Secretário de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal				
DF	034/2008	Aquisição de Equipamentos de Segurança e Armamentos Letais e Não Letais	964.037,97	107.115,33	1.071.153,30	4/7/2008 a 4/7/2009
		Conveniente: Secretário de Estado e Segurança Pública do Distrito Federal				
ES	061/2008	Implantação de Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do preso provisório no Estado	586.525,60	146.631,40	733.157,00	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo				

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
GO	042/2008	Tecendo a Liberdade para o Cooperativismo	133.620,75	14.846,75	148.467,50	29/8/2008 a 29/8/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça de Goiás				
GO	046/2008	Violência Não	190.000,00	41.876,30	231.876,30	28/11/2008 a 28/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Segurança Pública				
GO	049/2008	Curso de Formação de Agentes Prisionais	232.803,76	25.867,08	258.670,84	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Justiça de Goiás				
GO	076/2008	Realização do V CONEPA - Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas, no Município de Goiânia	300.000,00	37.045,40	337.045,40	31/12/2008 a 31/7/2009
		Conveniente: Tribunal de Justiça do Estado				
GO	078/2008	Justiça Terapêutica em resposta às Penas e Medidas Alternativas	152.171,74	16.907,98	169.079,72	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça				
MA	015/2008	Alternativas ao Cárcere: Uma pena a serviço da prevenção criminal	138.128,44	37.294,00	175.422,44	27/6/2008 a 27/6/2009
		Conveniente: Tribunal de Justiça do Maranhão				
MS	063/2008	Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão	175.554,81	19.506,09	195.060,90	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública				
MT	022/2008	Reintegração Social via ampliação de Campos de Trabalho	96.522,45	10.915,00	107.437,45	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
MT	043/2008	Pesquisa para levantamento situacional dos servidores do sistema prisional	107.243,96	12.100,00	119.343,96	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
PA	031/2008	Infra-estrutura de rede para acesso ao INFOPEN Gestão	189.000,16	21.000,02	210.000,18	27/6/2008 a 27/11/2008
		Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará				
PA	038/2008	Arca das Letras	130.627,52	14.514,16	145.141,68	20/08/2008 a 20/06/2009
		Conveniente: Superintendente do Sistema Penal do Estado				
PA	064/2008	Curso de Formação Continuada de Agentes Penitenciários do Estado do Pará (PRONASCI)	101.611,62	1.026,38	102.638,00	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social				

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
PA	069/2008	Implantação do Núcleo Avançado de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	157.002,59	20.009,15	177.011,74	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública Geral do Estado				
PA	085/2008	Projovem Urbanos nos Estabelecimentos Penais (PRONASCI)	1.533.351,60	15.448,40	1.548.800,00	31/12/2008 a 31/12/2010
		Conveniente: Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social				
PB	047/2008	Formação e Capacitação Continuada para Agentes Penitenciários	192.766,50	21.418,50	214.185,00	10/12/2008 a 10/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Cidadania e da Administração Penitenciária				
PB	056/2008	Saúde no Sistema Penitenciário	271.861,82	1.123.200,00	1.395.061,82	31/12/2008 a 31/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Cidadania e da Administração Penitenciária				
PB	067/2008	Interiorização do Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas no Estado da Paraíba	369.255,50	42.280,00	411.535,50	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública do Estado				
PE	011/2008	Programa de Interiorização de Apoio Técnico Operacional-Caruarú	126.379,24	28.000,00	154.379,24	26/12/2008 a 26/10/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos				
PE	012/2008	Programa de Interiorização de penas e medidas alternativas Petrolina	126.379,24	28.000,00	154.379,24	26/12/2008 a 26/10/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos				
PE	013/2008	Programa de Interiorização de Apoio Técnico Operacional-Garanhuns	126.379,24	28.000,00	154.379,24	26/12/2008 a 26/10/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos				
PE	016/2008	Programa de Apoio Técnico e Operacional nas Ações na Vara de Execução de Penas Alternativas	152.120,36	18.884,00	171.004,36	4/7/2008 a 4/7/2009
		Conveniente: Tribunal de Justiça de Pernambuco				
PE	065/2008	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado	189.359,38	21.040,00	210.399,38	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social				
PE	073/2008	Implantação dos Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	329.103,66	37.523,42	366.627,08	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública-Geral				
PI	014/2008	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Estado do Piauí	149.493,84	16.611,00	166.104,84	22/9/2008 a 22/9/2009.
		Conveniente: Secretaria da Justiça do Estado do Piauí				

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
PI	037/2008	Brinquedoteca	123.900,00	14.615,00	138.515,00	19/12/2008 a 19/12/2009
		Conveniente: Secretaria da Justiça do Estado do Piauí				
PI	071/2008	Implantação de Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	432.075,44	48.993,90	481.069,34	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública				
RJ	023/2008	Geração de Trabalho e Renda de Pacientes	85.125,60	21.281,40	106.407,00	27/06/2008 a 27/06/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
RJ	035/2008	Aquisição de 03 (três) Micro-Ônibus para transporte de presos do Sistema Penitenciário do Estado	511.200,00	127.800,00	639.000,00	25/11/2008 a 25/05/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
RJ	051/2008	Aquisição de Materiais e Equipamentos em Estabelecimentos Penais	309.170,75	1.710.878,40	2.020.049,15	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
RJ	088/2008	PROJOVEM Urbano nos Estabelecimentos Penais (PRONASCI)	704.381,72	14.444,00	718.825,72	31/12/2008 a 30/12/2010
		Conveniente: Secretário de Estado da Administração Penitenciária				
RN	017/2008	Acompanhamento e Fiscalização das Penas Medidas Alternativas do Estado do Rio Grande do Norte	204.113,00	83.581,60	287.694,60	7/7/2008 a 7/7/2009
		Conveniente: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte				
RO	077/2008	Interiorização das penas e medidas alternativas nos Municípios de Cacoal, Rolim de Moura e Guajará Mirim	164.034,90	18.226,10	182.261,00	29/12/2008 a 29/10/2009
		Conveniente: Defensoria Pública do Estado				
RO	086/2008	Reestruturação da Escola Penitenciária	258.482,55	28.780,28	287.262,83	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Justiça do Estado				
RO	089/2008	Reaparelhamento da Frota de Veículos da SEJ	1.800.000,00	276.610,00	2.076.610,00	30/12/2008 a 30/10/2009
		Conveniente: Secretaria de Justiça do Estado				
SC	018/2008	Implantação, sustentabilidade e aparelhamento dos núcleos de apoio a Penas e Medidas alternativas	176.489,92	44.900,00	221.389,92	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão				
SC	019/2008	Implantação sustentabilidade núcleos de penas alternativas em Florianópolis	176.489,92	44.900,00	221.389,92	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Segurança Pública				

UF	Convênio	Objeto	Valor FUNPEN	Valor Contrapartida	Valor Total	Vigência
SE	021/2008	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Sergipe	103.195,12	11.592,47	114.787,59	19/12/2008 a 19/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública do Estado de Sergipe				
SE	052/2008	Aquisição de Equipamentos de saúde para as unidades prisionais de Sergipe	190.161,96	282.151,68	472.313,64	29/12/2008 a 29/12/2009
		Conveniente: Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania				
SP	005/2008	Aprimoramento de Acervo Literário das Centrais de Penas Alternativas	216.491,20	54.122,80	270.614,00	4/7/2008 a 4/7/2009
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	010/2008	Integr. e Inst.de Centrais Especializadas no Atendimento aos Casos de Uso e Abuso de Entorpecentes	259.872,00	64.968,00	324.840,00	3/7/2008 a 3/7/2009
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	024/2008	Medição de conflitos e diálogo cooperativo	80.000,00	20.000,00	100.000,00	27/6/2008 a 27/5/2009
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	025/2008	Mulher Presa: Perfil e Necessidades, uma Construção de Diretrizes	315.344,00	78.836,00	394.180,00	4/7/2008 a 4/1/2010
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	026/2008	Guia do Egresso - Edição Revista e Ampliada	204.527,20	51.131,80	255.659,00	27/6/2008 a 27/4/2009
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	058/2008	Formação de Mediadores e Terapeutas Comunitário para Atuação em Centrais de Penas e Medidas Alternativas	252.800,00	63.200,00	316.000,00	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo				
SP	070/2008	Implantação dos Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	463.376,00	115.844,00	579.220,00	26/12/2008 a 26/12/2009
		Conveniente: Defensoria Pública-Geral				
TO	020/2008	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Tocantins	135.504,00	15.100,00	150.604,00	4/7/2008 a 4/7/2009
		Conveniente: Defensoria Publica Geral do Estado de Tocantins				
TO	028/2008	Implantação da Escola Penitenciária no Estado de Tocantins	145.840,49	16.204,50	162.044,99	29/8/2008 a 29/8/2009
		Conveniente: Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins				
TO	029/2008	Estruturação do Sistema de Informações INFOPEN	254.019,60	28.224,40	282.244,00	23/10/2008 a 23/10/2009
		Conveniente: Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado de Tocantins				
TOTAL GERAL			20.073.494,18	6.684.117,93	26.757.612,11	

17.2. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS VIGENTES

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
AC	2006/013	581536	Construção da Unidade de Recuperação Social	4.511.073,58	11/12/2006	30/6/2008
AC	2007/338	609213	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Moraes - Sena Madureira	2.180.116,85	17/12/2007	30/1/2009
AC	2008/556	27818	Construção e Implantação da Segunda Etapa da Penitenciária de Senador Guimard	8.129.419,34	31/12/2008	30/12/2010
AC	2007/503	598508	Implantação da Escola Penitenciária no Instituto de Administração Penitenciária do Estado	137.364,84	18/12/2007	18/12/2008
AC	2007/498	599830	Implantação e Aparelhamento de Ouvidoria no Instituto de Adm. Penit. do Acre - IAPEN	33.878,63	21/12/2007	21/4/2008
AC	2008/183	628676	Implantação e Aparelhamento de Rádio Comunicação	280.000,00	2/7/2008	2/12/2008
AC	2008/247	635618	Projeto Aparelhamento das Unidades Prisionais com equipamentos para Gerenciamento de Crise	519.525,00	25/11/2008	25/8/2009
AC	2008/231	631641	Político Pedagógico para a Formação de Agentes Penitenciários	200.000,70	27/8/2008	27/1/2009
AC	2008/192	637133	Projeto Implantação de Saúde Básica no Sistema Penitenciário do Estado do Acre	165.725,72	18/12/2008	18/12/2009
AC	2008/445	640113	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado do Acre	132.084,21	26/12/2008	26/6/2009
AC	2008/514	640147	Capacitar 880 Agentes Penitenciários para Gerenciamento de Crises	316.978,14	26/12/2008	26/7/2009
AC	2008/515	640129	Capacitação de Agentes Penitenciários na Utilização de Armamento Não-Letal	101.203,83	29/12/2008	29/9/2009
AC	2009/016	640197	Interiorização e Fortalecimento das Penas Alternativas no Estado do Acre	286.672,80	26/12/2008	26/12/2009
AC	2008/499	640116	Projeto Criação e Aparelhamento de Conselhos da Comunidade no Estado do Acre	149.423,04	30/12/2008	30/12/2009
AL	2007/525	621329	Construção do Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia	143.911,51	31/12/2007	30/11/2008
AL	2006/141	577550	Projeto Político Pedagógico para a Escola Penitenciária - AL	133.912,99	22/12/2006	22/11/2007
AL	2007/196	603400	Assistência Jurídica ao Preso	122.720,00	31/12/2007	21/12/2008
AL	2007/096	598532	Projeto "Fazendo a Arte"	125.532,81	18/12/2007	18/12/2008
AL	2007/129	598530	Aquisição de Ambulâncias para o Sistema Penitenciário do Estado de Alagoas	472.500,00	18/12/2007	18/5/2008
AL	2007/493	601567	Ouvidoria para o Sistema Penitenciário Alagoano	28.739,70	28/12/2007	28/12/2008
AL	2008/476	640110	Capacitação de Agentes Penitenciários	149.278,50	29/12/2008	29/12/2009
AM	2005/070	576186	Construção da Unidade Penal de Itacoatiara	5.294.933,29	4/12/2006	4/12/2007
AM	2007/032	613552	Construção de Uma Unidade Prisional no município de Manaus	15.562.237,90	28/12/2007	28/6/2009
AM	2006/203	577539	Projeto Brinquedoteca - Brincar também é Ressocializar - AM	31.558,77	22/12/2006	22/12/2007

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
AM	2006/142	577383	Implantação da Escola Penitenciária no Estado do Amazonas	148.806,58	22/12/2006	22/8/2007
AM	2007/154	597846	Aquisição de Veículos para Transporte de Presos do Sistema Penitenciário do Estado	521.730,00	6/12/2007	6/5/2008
AM	2007/184	598523	Produção de Hortaliças em Casas de Vegetação no Comp. Penal Anísio Jobim	207.578,09	18/12/2007	18/6/2009
AP	2006/183	602721	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá - IAPEN	2.523.999,32	13/12/2007	13/12/2008
AP	2007/404	602722	Construção de uma Penitenciária de Segurança Máxima no Estado	4.050.000,00	13/12/2007	13/12/2008
AP	2007/008	577395	Implantação e Implementação da Central de Penas Alternativas	248.294,58	22/12/2006	22/10/2007
AP	2007/010	577412	Projeto Brinquedoteca, Desafios e Descobertas -	18.683,00	22/12/2006	22/12/2007
AP	2007/177	605390	Assistência Legal - Núcleo de Assistência Jurídica do IAPEN	135.769,21	31/12/2007	31/12/2008
AP	2007/449	599212	Implantação do Centro de Excelência em Serviços Penais	111.016,43	18/12/2007	18/12/2008
AP	2007/165	599887	Reaparelhamento do IAPEN - AP	187.549,00	18/12/2007	18/6/2008
BA	2005/106	536881	Construção da Penitenciária de Eunápolis	8.303.494,66	9/12/2005	12/12/2006
BA	2006/080	574311	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista	13.137.173,09	1/11/2006	12/11/2008
BA	2007/304	604882	Reforma da Penitenciária Feminina de Salvador	640.887,22	17/12/2007	12/12/2008
BA	2007/402	602720	Construção da Penitenciária de Barreiras	16.134.461,24	10/12/2007	12/4/2009
BA	2008/002	613563	Construção da Cadeia Pública de Salvador	17.091.514,16	31/12/2007	12/2/2010
BA	2007/018	594476	Aquisição de Equipamentos de Saúde para 10 Postos de Saúde nas Unidades Prisionais da Bahia	302.898,70	4/10/2007	4/4/2008
BA	2007/251	594477	Projeto Atendimento Jurídico para o Sistema Penitenciário da Bahia	153.600,00	4/10/2007	4/10/2008
BA	2007/247	594479	Projeto Educação em Direitos Humanos para Agentes Públicos	51.189,07	4/10/2007	4/10/2008
BA	2007/522	599791	Implantação do Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais	113.577,75	19/12/2007	19/12/2008
BA	2008/108	638828	Implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Jequié	135.000,00	26/12/2008	26/12/2009
BA	2008/290	633617	Aparelhamento do Sistema Penitenciário do Estado da Bahia: aquis. de armamentos e equip não letais	188.529,21	24/9/2008	24/5/2009
BA	2009/011	640149	Implantação de Núcleos Avançados de Prevenção Criminal	324.000,00	29/12/2008	29/12/2009
CE	2006/083	588449	Construção da Cadeia Pública de Crateús no Estado do Ceará	3.316.478,47	28/12/2006	28/12/2007
CE	2007/356	613547	Reforma do Hospital Penitenciário Professor Otávio Lobo, em Itaitinga	180.000,00	27/12/2007	27/12/2008

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
CE	2007/359	613555	Construção da Cadeia Pública em Tianguá	2.359.301,00	28/12/2007	28/2/2009
CE	2007/358	613556	Construção da Cadeia Pública em Aracati	2.497.112,24	28/12/2007	28/2/2009
CE	2004/121	514500	Construção da Penitenciária no Município de Pacatuba	10.302.180,06	15/12/2004	15/4/2006
CE	2006/215	577529	Interiorização e Fortalec. das Ações de Inclusão Social de pessoas em Cumprimento de PM.Alternativas	144.000,00	22/12/2006	22/9/2007
CE	2006/140	577460	Projeto Implantação de Escola Penitenciária no Estado do Ceará	135.000,00	22/12/2006	22/5/2007
CE	2007/453	601566	Especialização em Gestão Penitenciária	158.960,00	28/12/2007	28/3/2010
CE	2007/041	605305	Operacionalização dos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará	144.000,00	31/12/2007	30/6/2008
CE	2007/150	602986	Projeto para Implantação de Unidade Móvel Odontológica	230.220,00	31/12/2007	31/7/2008
CE	2008/308	628684	Maria Marias	592.921,80	27/6/2008	27/6/2010
DF	2006/190	586474	Projeto Básico "Obras Diversas 2006 - DF"	681.534,51	28/11/2006	30/12/2007
DF	2007/259	609211	Reforma e Ampliação do Centro de Progressão Penitenciária	1.510.794,19	28/12/2007	31/12/2008
DF	2007/521	599794	Instalação da Escola Penitenciária do Distrito Federal	123.800,60	19/12/2007	19/12/2008
DF	2007/520	603299	Aquisição de Portais Detectores de Metais e Aparelhos de Raios X	1.057.500,00	31/12/2007	31/7/2008
DF	2007/519	600062	Aquisição de Scanner de Corpo	3.024.000,00	19/12/2007	19/7/2008
DF	2007/518	601855	Projeto Iniciação Profissional de Detentos a Distância	250.021,00	31/12/2007	31/8/2009
DF	2008/112	603307	Projeto Capacitação em Serviços Penais de área de Intervenção Penitenciária de Segurança e Disciplina	459.169,85	31/12/2007	31/10/2008
DF	2008/226	628678	Aquisição de Computadores Servidores de Rede e Banco de Dados	573.300,00	4/7/2008	4/7/2009
DF	2008/228	628669	Aquisição de Equipamentos de Segurança e Armamentos	964.037,97	4/7/2008	4/7/2009
ES	2004/220	514789	Construção da Penitenciária Regional de São Mateus	8.429.872,42	21/12/2004	21/4/2006
ES	2007/011	577562	Maria-Marias	818.514,03	22/12/2006	22/12/2008
ES	2007/253	602905	EM DEFESA DOS DIREITOS DO PRESO SENTENCIADO	287.702,40	31/12/2007	31/3/2009
ES	2007/222	602117	Aparelhamento dos Ambulatórios das Unidades Prisionais	216.442,59	19/12/2007	19/8/2008
ES	2007/221	603322	COSTURANDO O FUTURO	152.304,92	31/12/2007	31/12/2008
ES	2007/346	603317	PROJETO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SISTEMA PRISIONAL	105.645,60	31/12/2007	31/10/2009
ES	2008/560	640128	Implantação de Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do preso provisório no Estado	577.176,80	29/12/2008	29/12/2009

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
GO	2007/382	613548	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de	1.313.795,20	27/12/2007	30/3/2009
GO	2007/389	613549	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaíso	544.222,40	27/12/2007	30/4/2009
GO	2007/378	613550	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto	238.408,77	27/12/2007	30/3/2009
GO	2007/380	613551	Ampliação da Cadeia Pública de Novo Gama	405.974,98	27/12/2007	30/4/2009
GO	2008/185	26869	Reforma da Penitenciária Odenir Guimarães no Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia	2.266.198,68	31/12/2008	30/4/2010
GO	2008/563	27912	Construção de uma Penitenciária Jovem Adulto " Águas Lindas de Goiás"	14.850.000,00	31/12/2008	30/6/2011
GO	2008/567	28003	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima em Aparecida de Goiânia	4.500.000,00	31/12/2008	31/7/2010
GO	2001/223	415191	Construção do Presídio Regional de Itumbiara	1.962.034,00	29/5/2001	28/2/2002
GO	2007/013	577853	Operacionalização e Manutenção da Central de Penas e Medidas Alternativas - GO	144.000,00	22/12/2006	26/12/2007
GO	2006/133	577381	Projeto Curso de Formação Específica em Gestão do Sistema Prisional	200.000,00	22/12/2006	27/12/2008
GO	2007/002	577531	Qualificação Profissional do Reeducando	77.695,20	22/12/2006	22/9/2007
GO	2006/094	577517	Melhoria na Gestão da Segurança Prisional do Estado de Goiás	399.960,00	22/12/2006	22/9/2007
GO	2007/144	598503	Reaparelhamento para Transporte de Presos	550.467,00	18/12/2007	18/5/2008
GO	2007/480	619574	Especialização em Gestão Prisional "Lato Sensu"	227.734,18	31/12/2007	31/12/2009
GO	2007/211	598521	Implantação do Patronato - Região Metropolitana	105.217,18	18/12/2007	18/8/2008
GO	2007/145	598524	Reaparelhamento das Unidades de Saúde dentro do Sistema de Execução Penal de Goiás	77.093,64	18/12/2007	18/8/2008
GO	2007/464	598525	Projeto Curso de Formação de Diretores de Unidades Prisionais	182.714,42	18/12/2007	18/4/2009
GO	2007/146	598509	Aparelhamento do INFOPEN-GESTÃO	474.462,00	18/12/2007	18/8/2008
GO	2007/143	598518	Reaparelhamento da Segurança Correcional	1.398.181,99	18/12/2007	18/7/2008
GO	2007/141	598498	Modernização, Aparelhamento e Reaparelhamento do Serviço de Inteligência de Justiça	795.395,20	18/12/2007	18/7/2008
GO	2007/492	605382	Estruturação da Ouvidoria e Implantação dos Núcleos de DH e Ouvidorias de Justiça -	34.913,77	31/12/2007	31/5/2008
GO	2008/040	632962	Tecendo a Liberdade para o Cooperativismo	133.620,75	29/8/2008	29/8/2009
GO	2008/010	636804	Projeto Violência? Não!	190.000,00	28/11/2008	28/12/2009
GO	2008/042	640111	Curso de Formação de Agentes Prisionais	232.803,76	26/12/2008	26/12/2009
GO	2009/002	640000	Projeto realização do V CONEPA - Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas	300.000,00	31/12/2008	31/7/2009

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
GO	2008/232	640133	Justiça Terapêutica em resposta às Penas Alternativas	152.171,74	26/12/2008	26/12/2009
MA	2007/344	596843	Construção da Penitenciária de Imperatriz	6.508.800,21	27/11/2007	30/11/2008
MA	2007/347	613560	Construção da Penitenciária Feminina em Pedrinhas, Município de São Luiz	9.446.418,34	28/12/2007	30/12/2008
MA	2007/348	613561	Ampliação do Presídio de São Luís	5.641.002,81	28/12/2007	30/12/2008
MA	2004/091	514091	Construção do Presídio Regional de Pinheiro	4.184.200,41	15/12/2004	15/10/2005
MA	2007/180	603298	Fortalecimento da Atuação da Defensoria Pública no Acom.da Pena Priv. De Liberdade	93.773,70	31/12/2007	31/12/2008
MA	2008/317	629192	Alternativas ao Cárcere: Uma pena a serviço da prevenção criminal	138.128,44	27/6/2008	27/6/2009
MG	2006/170	588001	Construção do Presídio de Ribeirão das Neves	12.244.032,95	29/12/2006	30/11/2008
MG	2007/066	601558	Implantação de Medidas Alternativas para o Público Usuário de Entorpecentes	120.000,00	19/12/2007	19/12/2008
MG	2007/243	600273	Aparelhamento da área de segurança das unidades prisionais	679.187,13	18/12/2007	18/6/2008
MG	2007/500	600275	Aparelhamento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário	49.600,00	21/12/2007	21/5/2008
MS	2006/097	570700	Construção da Cadeia Linear Lateral no Presídio Harry Amorim Costa - Dourados	3.062.860,72	25/8/2006	30/8/2008
MS	2007/058	598699	Penas Alternativas e Violência de Gênero: Sensib. de homens autores de Violência contra a mulher	146.361,60	29/11/2007	29/11/2008
MS	2007/136	599790	Projeto Lendo a Liberdade - Implantação de transporte de Presos do Sistema Penitenciário de MS	306.305,00	19/12/2007	19/12/2008
MS	2007/033	598529	Aquisição de Veículo tipo Ambulância para	282.960,00	18/12/2007	18/6/2008
MS	2007/034	598543	Implantação de CFTV no Presídio de Seg. Máx. de Campo Grande "Jair Ferreira de Carvalho"	1.005.931,44	19/12/2007	19/6/2008
MS	2007/040	598544	Aquisição de Detector de Metal manual para o Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul	148.320,00	19/12/2007	19/6/2008
MS	2007/250	605282	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Prisional	130.048,23	31/12/2007	30/6/2009
MS	2009/019	649763	Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão	101.098,45	26/12/2008	26/12/2009
MT	2006/153	581532	Construção do Centro de Detenção Provisória do Município de Juína	4.495.729,43	19/12/2006	8/7/2008
MT	2006/148	581533	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes e Lacerda	4.495.729,43	19/12/2006	8/7/2008
MT	2006/151	581534	Construção do Centro de Detenção Provisória do Município de Tangará da Serra	4.495.729,43	19/12/2006	8/7/2008
MT	2007/329	613562	Ampliação da Unidade de Saúde II - Medida de Segurança - Pascoal Ramos	382.104,00	31/12/2007	8/6/2009
MT	2006/218	577537	Projeto Capacitação para Agentes de Escolta	51.000,00	22/12/2006	22/11/2007
MT	2007/174	601153	Programa de Assistência aos Segregados nos Presídios (PAS)	106.960,81	23/11/2007	23/11/2008

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
MT	2007/085	602981	Projeto Ampliação das Oficinas Produtivas na Penit. Ana Maria Couto 'May'	38.318,46	19/12/2007	19/12/2008
MT	2007/089	602879	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira Ferrugem"	27.385,01	19/12/2007	19/6/2008
MT	2008/182	602880	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penitenciária Major PM Zuzi Alves Silva	27.385,01	19/12/2007	19/6/2008
MT	2007/046	602983	Aquisição de Veículos Tipo Caminhão	652.500,00	19/12/2007	19/6/2008
MT	2007/084	602882	Projeto Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional de MT na Comunidade de Origem	49.700,00	19/12/2007	19/12/2008
MT	2007/107	602883	Implantação de Sist.de Seg. através de Detector de Metal portátil nas Unidades do Sistema Prisional	336.375,00	19/12/2007	19/7/2008
MT	2007/120	602984	Implantação de Lavanderias nas Maiores Unidades do Sistema Prisional de MT	82.969,20	19/12/2007	19/7/2008
MT	2007/109	602884	Implantação de Sistema de Seg. através de Detector de Metal portal nas Unidades do Sistema Prisional	657.900,00	19/12/2007	19/7/2008
MT	2007/119	602885	Aquisição de Veículo do tipo Ambulância	279.720,00	19/12/2007	19/7/2008
MT	2008/378	640145	Reintegração Social via ampliação de Campos de Trabalho	96.522,45	26/12/2008	26/12/2009
MT	2008/271	640173	Pesquisa para levantamento situacional dos servidores do sistema prisional	107.243,96	26/12/2008	26/12/2009
PA	2006/155	589773	Construção do Centro de Recuperação Regional no Município de São Félix do Xingu	2.922.212,25	28/12/2006	30/12/2007
PA	2007/392	609212	Construção de Berçário na Casa de Reeducação Feminina de Ananindeuá	624.403,45	20/12/2007	18/12/2008
PA	2007/277	598491	Projeto Renovação da Frota de Viaturas do Sistema Penitenciário do Estado do Pará	711.000,00	18/12/2007	18/5/2008
PA	2007/212	600895	Defendendo as Relações Jurídicas dos Apenados do Sistema Prisional do Pará	370.901,50	26/12/2007	26/12/2008
PA	2008/439	629219	Implantação do Núcleo avançado de Defesa do Preso Provisório passível de P. Alternativas	1.037.455,00	4/7/2008	4/7/2009
PA	2008/233	629209	Infra-estrutura de rede para acesso ao INFOPEN Gestão	189.000,16	27/6/2008	27/11/2008
PA	2008/460	640207	Curso de Formação Continuada de Agentes Penitenciários do Estado do Pará (PRONASCI)	101.611,62	29/12/2008	29/12/2009
PA	2008/562	640130	Implantação do Núcleo Avançado de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	157.002,59	26/12/2008	26/12/2009
PB	1999/230	380126	Conclusão da Penitenciária Regional Padrão de Cajazeiras	600.000,00	15/12/1999	15/6/2000
PB	2008/260	636664	Formação e Capacitação Continuada para Agentes Penitenciários	192.766,50	10/12/2008	10/12/2009
PB	2008/294	640142	Saúde no Sistema Penitenciário	271.861,82	31/12/2008	31/12/2009
PB	2008/256	640114	Interiorização do Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas no Estado da Paraíba	369.255,50	26/12/2008	26/12/2009
PE	2003/080	487970	Construção da Cadeia de 12 Celas - Lajedo	1.337.379,47	22/12/2003	22/12/2004
PE	2003/073	488165	Construção da Cadeia de Afogados da Ingazeira	1.310.502,73	22/12/2003	22/11/2004

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
PE	2003/079	488104	Construção da Cadeia de 12 Celas - Buíque	1.337.379,47	22/12/2003	22/12/2004
PE	2007/056	605383	Programa de Apoio Técnico-Operacional no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	162.194,92	31/12/2007	31/12/2008
PE	2007/199	605384	Inclusão: Educação Digital de Sentenciados Na Condição de Pré Egressos	37.781,49	31/12/2007	31/1/2009
PE	2007/155	603305	Projeto "Capacitação em Marcenaria"	22.076,66	31/12/2007	30/6/2008
PE	2007/504	605385	Implantação da Escola Penitenciária do Estado de Pernambuco	150.037,76	31/12/2007	31/12/2008
PE	2007/505	605380	Inclusão de Eletricidade e Mecânica de Automóveis	59.541,79	31/12/2007	31/12/2008
PE	2007/448	603304	Capacitação em Gerenciamento de Crise Prisional para Servidores do Sistema	35.217,90	31/12/2007	30/11/2008
PE	2007/200	605340	Capacitação Profissional em Corte e Costura	61.464,33	31/12/2007	31/12/2008
PE	2007/468	605333	Capacitação em Ética	57.060,00	31/12/2007	31/10/2008
PE	2007/443	603303	Capacitação em Metodologia Penitenciária	21.046,95	31/12/2007	31/7/2008
PE	2007/438	603302	Capacitação em Identificação e Atendimento do Usuário de Substância Psicotrópica	15.071,76	31/12/2007	31/5/2008
PE	2007/466	603301	Capacitação em Legislação Penitenciária	25.021,80	31/12/2007	30/6/2008
PE	2008/455	628677	Implantação das Centrais de Flagrantes em Defesa do Preso Provisório passível de Penas Alternativas	995.616,00	27/6/2008	27/6/2009
PE	2008/300	640190	Interiorização de Apoio Técnico-Operacional no Combate a Violência Doméstica	100.812,56	26/12/2008	26/10/2009
PE	2008/319	640125	Programa de Interiorização de penas e medidas alternativas Petrolina	126.379,24	26/12/2008	26/10/2009
PE	2008/394	640109	Programa de Interiorização de Apoio Técnico Operacional-Garanhuns	126.379,24	26/12/2008	26/10/2009
PE	2008/212	628683	Programa de Apoio Técnico e Operacional nas Ações na Vara de Execução de Penas	152.120,36	4/7/2008	4/7/2009
PE	2008/525	640143	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão	189.359,38	26/12/2008	26/12/2009
PI	2006/022	581025	Construção da Casa de Detenção Provisória de	2.977.174,58	14/12/2006	8/12/2008
PI	2007/061	603024	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Piauí	187.114,00	28/12/2007	28/12/2008
PI	2007/104	598504	Aquisição de Viaturas para o Sistema Penitenciário do Piauí	237.870,00	18/12/2007	18/5/2008
PI	2007/209	598527	Projeto Capacitação em Direitos Humanos e Serviços Penais no Sistema Prisional do Piauí	49.500,00	18/12/2007	18/9/2008
PI	2007/080	605310	Profissionalização e Gestão Empresarial no Sistema Prisional do Piauí	234.296,80	31/12/2007	31/12/2008
PI	2008/435	633624	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Estado do Piauí	149.493,84	22/9/2008	22/9/2009
PI	2008/094	637745	Projeto Brinquedoteca	123.900,00	19/12/2008	19/12/2009

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
PR	2004/212	542646	Construção da Penitenciária Industrial de RegimeSemi Aberto de Maringá	2.352.981,68	21/10/2005	31/7/2006
PR	2005/101	572084	Construção de Unidade Penal no Município de Cruzeiro do Oeste	10.480.000,00	26/10/2006	31/3/2008
PR	2007/151	603316	Formação Profissional para Presos do Sistema Penitenciário	208.931,20	31/12/2007	30/11/2008
PR	2007/420	603300	Reaparelhamento da Escola Penitenciária do Paraná	42.268,00	31/12/2007	31/5/2008
PR	2007/421	605451	Curso de Gestão para diretores das Unidades Penais do Paraná	38.620,24	31/12/2007	31/5/2008
RJ	2007/398	613553	Reforma das Instalações Hidráulicas, Hidro Sanitárias e do Telhado da Penitenciária Alfredo Tranjan	364.659,15	27/12/2007	30/7/2009
RJ	2007/397	613554	Reforma Geral do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto	1.425.343,01	27/12/2007	30/7/2009
RJ	2007/400	613557	Construção de Resid. p/idosos e portadores de necessidades especiais e Ref. e Ampl.da Casa de Traniç	258.818,42	27/12/2007	30/7/2009
RJ	2007/396	613558	Reforma Geral do Instituto Penal Cândido Mendes	511.692,54	27/12/2007	30/7/2009
RJ	2007/006	579400	Projeto Trabalho e Cidadania - UFF	197.005,73	22/12/2006	22/12/2007
RJ	2007/111	605388	Renovação da Frota de Veículos	988.800,00	31/12/2007	30/6/2008
RJ	2007/461	605241	Curso de Capacitação de Chefe de Segurança e Disciplina para Inspetores	10.636,72	31/12/2007	30/6/2008
RJ	2008/098	632111	Geração de Trabalho e Renda de Pacientes	85.125,60	27/6/2008	27/6/2009
RJ	2008/090	635617	Aquisição de 3 (três) Micro-Ônibus para transporte de presos do Sist Penitenciário do Rio de Janeiro Estabelecimentos Penais	511.200,00	25/11/2008	25/5/2009
RN	2006/198	584909	Construção da Cadeia Pública na Comarca de Nova Cruz	4.076.635,64	29/12/2006	29/4/2008
RN	2007/301	609214	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves	315.947,86	28/12/2007	20/6/2009
RN	2006/174	577410	Projeto Nascer da Terra	223.854,93	22/12/2006	22/12/2007
RN	2007/043	595706	Aquisição de Veículos para o Transporte de Presos	652.500,00	23/11/2007	23/5/2008
RN	2007/424	596545	Implantação do Plano de Saúde do Sistema Penitenciário	88.072,89	7/12/2007	7/12/2008
RN	2007/501	599829	Reaparelhamento - Ouvidoria do Cidadão e do Sistema Penitenciário do RN	32.329,94	19/12/2007	19/12/2008
RN	2008/016	602907	Projeto Capacitação do Servidor Penitenciário - RN	112.961,30	31/12/2007	31/12/2008
RN	2008/282	628664	Projeto Fiscalização e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Rio Grande do Norte	204.113,00	7/7/2008	7/7/2009
RO	2006/086	589646	Construção da Penitenciária de Ariquemes	4.979.263,10	30/12/2006	30/12/2007
RO	2006/088	589647	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho	3.378.158,86	30/12/2006	30/12/2007
RO	2008/262	629905	Construção Solários e Passarela na Casa de Detenção Dr. José Mario Alves da Silva	465.986,92	24/7/2008	30/6/2009

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
RO	2005/145	538444	Capacitação para os Operadores do Sistema Penitenciário no Estado de Rondônia	146.790,91	27/12/2005	27/1/2007
RO	2006/206	577431	Projeto Arca das Letras - RO	38.421,00	22/12/2006	22/12/2007
RO	2006/220	577535	Projeto Reconstruindo a Dignidade - RO	98.733,59	22/12/2006	22/12/2007
RO	2007/057	603025	Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado de Rondônia	152.784,00	28/12/2007	28/7/2008
RO	2007/431	603323	Curso de Capacitação Técnica de Armamento e Tiros para Agentes Penitenciários	592.027,38	31/12/2007	31/12/2008
RO	2007/363	605243	Aquisição e Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) em Penitenciária	1.223.573,40	31/12/2007	31/7/2008
RO	2008/255	640132	Interiorização das penas e medidas alternativas nos Municípios de Cacoal, Rolim de Moura e Guajará	164.034,90	29/12/2008	29/10/2009
RO	2009/017	640134	Projeto de Reestruturação da Escola Penitenciária	259.022,55	29/12/2008	29/12/2009
RR	2003/284	589452	Construção do Presídio Masculino de Rorainópolis	5.181.256,41	29/12/2006	16/6/2008
RR	2007/434	605268	Implantação e Aparelhamento da Escola Penitenciária	87.630,30	31/12/2007	31/12/2008
RR	2007/223	605274	Salão de Beleza	32.469,30	31/12/2007	31/12/2008
RS	2005/025	531689	Construção da Penitenciária Regional de Santa Maria	6.918.400,00	10/10/2005	30/7/2007
RS	2007/318	611328	Construção da Penitenciária Estadual de Guaíba	12.635.551,26	31/12/2007	31/12/2008
RS	2003/281	488102	Ampliação do Presídio Central de Porto Alegre	4.751.219,28	17/12/2003	17/5/2004
RS	2006/161	577486	Equipamentos de Segurança para o Sistema Prisional do Rio Grande do Sul	2.067.756,00	22/12/2006	22/9/2007
RS	2006/096	577454	Reaparelhamento da Escola Penitenciária do Rio Grande do Sul	21.590,40	22/12/2006	22/5/2007
RS	2007/256	602116	Aquisição de Veículos Cela	768.000,00	19/12/2007	19/5/2008
RS	2007/188	598485	Arte Livre: Marcando o Futuro	63.994,78	19/12/2007	19/12/2008
RS	2007/187	602118	Laboratório de Análise e Diagnóstico de Tuberculose e HIV	38.377,28	19/12/2007	19/12/2008
RS	2007/316	602881	Projeto Cursos de Capacitação para a Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS	49.498,40	19/12/2007	19/1/2009
SC	2007/249	598506	Implantação da Escola Penitenciária de Santa Catarina	135.644,45	18/12/2007	18/12/2008
SC	2007/125	602119	Modernização e Reaparelhamento da Estrutura do Sistema Prisional do Estado de Santa	540.000,00	31/12/2007	30/6/2008
SC	2008/028	640210	Implantação da Central de Penas e Medidas Alternativas na Comarca de São José	176.489,92	26/12/2008	26/12/2009
SE	2007/330	595906	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de N.Senhora da Glória	1.180.611,00	20/11/2007	20/12/2009
SE	2007/331	595905	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho	916.129,15	20/11/2007	6/12/2009

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
SE	2007/332	609215	Adequação do Antigo H Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno p/ Sedar o Presídio Feminino - NS do Socorro	1.569.043,26	28/12/2007	30/6/2009
SE	2003/167	483022	Construção da Penitenciária de São Cristovão	12.254.116,37	26/9/2003	26/2/2004
SE	1996/166	516936	Conclusão do Complexo Penitenciário da Grande Aracaju	5.445.396,13	23/12/2004	23/2/2006
SE	2006/127	577510	Programa de Qualificação Profissional no âmbito da Justiça e Cidadania do Estado de Sergipe	109.850,85	22/12/2006	22/12/2007
SE	2007/062	600877	Projeto Interiorização e Fortalecimento das Penas Alternativas no Estado de Sergipe	155.506,05	27/12/2007	27/12/2008
SE	2007/049	598510	Aquisição de Veículo tipo cela	390.600,00	18/12/2007	18/5/2008
SE	2007/433	600272	Formação de Instrutores de Habilidades Especiais	110.381,29	18/12/2007	18/5/2008
SE	2007/238	600878	Projeto Ressocializar Profissionalizando Internos do Sistema Prisional Sergipano	238.014,00	27/12/2007	27/3/2009
SE	2008/446	637755	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Sergipe	103.195,12	19/12/2008	19/12/2009
SE	2008/310	640146	Aquisição de Equipamentos de saúde para as unidades prisionais de Sergipe	190.161,96	29/12/2008	29/12/2009
SP	2005/146	550228	Construção da Penitenciária Compacta Dupla de Presidente Alves	22.200.000,00	26/12/2005	26/12/2006
SP	2006/145	570872	Construção do Centro de Detenção Provisória de Franca	17.032.987,72	29/9/2006	29/9/2007
SP	2006/146	570873	Construção do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul	17.032.987,72	29/9/2006	29/9/2007
SP	2006/235	579213	Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes	7.800.000,00	20/12/2006	4/12/2007
SP	2007/288	613559	Construção da Penitenciária Feminina em Tremembé	23.199.257,96	26/12/2007	26/7/2009
SP	2006/175	577545	Projeto em Defesa do Direito do Sentenciado	324.600,00	22/12/2006	22/12/2007
SP	2007/012	578840	Aquisição de Equipamentos para os Serviços de Saúde nas Unidades Prisionais - SP	717.077,97	22/12/2006	22/6/2008
SP	2007/078	602878	Projeto Capacitar para a Liberdade	931.302,00	28/12/2007	28/5/2009
SP	2007/220	599870	Projeto de Desenvolvimento Integral	1.249.935,00	21/12/2007	21/12/2009
SP	2007/052	601565	Montagem e Sustentabilidade das Centrais de Penas e Medidas Alternativas	192.000,00	28/12/2007	28/12/2008
SP	2008/147	628721	Projeto de Aprimoramento de Acervo Literário das Centrais de Penas Alternativas	216.491,20	4/7/2008	4/7/2009
SP	2008/527	628675	Implantação dos Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso	1.006.400,00	4/7/2008	4/7/2009
SP	2008/191	629189	Integr. e Inst.de Centrais Especializadas no Atendimento aos Casos de Uso e Abuso de Entorpecentes	259.872,00	3/7/2008	3/7/2009
SP	2008/128	629076	Projeto Medição de Conflitos e Diálogo Cooperativo	80.000,00	27/6/2008	27/5/2009
SP	2008/138	629153	Mulher Presa: Perfil e Necessidades, uma Construção de Diretrizes	315.344,00	4/7/2008	4/1/2010

UF	Projeto	SIAFI	Objeto de Convênio	Valor FUNPEN	Data Assinatura	Vigência
SP	2008/159	629077	Projeto Guia do Egresso - 2ª Edição Revista e Ampliada	204.527,20	27/6/2008	27/4/2009
SP	2008/143	640112	Formação de Mediadores e Terapeutas Comunitário para Atuação em Centrais de Penas e Medidas Alternat	252.800,00	26/12/2008	26/12/2009
SP	2009/018	640148	Implantação de Núcleo Avançado de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório	463.376,00	26/12/2008	26/12/2009
TO	2007/272	594527	Projeto de Estruturação da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA em Palmas	148.731,60	20/9/2007	20/9/2008
TO	2007/169	602906	Cadeias da Liberdade	128.255,85	31/12/2007	31/12/2008
TO	2007/254	598012	Implantação do Plano de Saúde do Sistema Penitenciário do Estado de Tocantins	43.938,52	18/12/2007	18/12/2008
TO	2008/451	629075	Mutirão de Assistência Jurídica as Mulheres em Situação de Prisão no Estado de Tocantins	135.504,00	4/7/2008	4/7/2009
TO	2008/104	633058	Implantação da Escola Penitenciária no Estado de Tocantins	145.840,49	29/8/2008	29/8/2009
TO	2008/041	634498	Estruturação do Sistema de Informações INFOPEN	254.019,60	23/10/2008	23/10/2009

Obs. Convênios em execução ou Prestação de Contas Parcial

17.3. PRESTAÇÕES DE CONTAS

PRESTAÇÕES DE CONTAS ANALISADAS		
UF	Convênio / Contrato Repasse / Termo de Parceria	Número Original
AC	539248 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS - NO MUNICÍPIO DE BRASILÉIA	029/2005
AM	622635 - REALIZAÇÃO DO IV CONEPA	002/2008
CE	515513 - MÃOS LIVRES	052/2004
CE	577402 - ARCA DAS LETRAS	013/2006
CE	577387 - BRINQUEDOTECA - A ARTE DE BRINCAR	020/2006
DF	513567 - PROJETO PÉ NA ESTRADA	014/2004
DF	577358 - FORMAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	069/2006
ES	539245 - INSTALAÇÃO DA VARA DE PENAS ALTERNATIVAS	028/2005
MA	577351 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	046/2006
MG	517677 - RECOMEÇO	044/2004
MT	538443 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	017/2005
MS	538438 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	012/2005
MS	539220 I - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PANIFICAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PENAIIS	024/2005
PA	484030 - CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO ESTADUAL METROPOLITANO III	031/2003
PA	488239 - CONSTRUÇÃO DE 01 BLOCO CARCERÁRIO NA CADEIA PÚBLICA DE MOCAJUBA	086/2003
PA	577468 - PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	039/2006
PA	600698 - APOIO TECNOLÓGICO NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS	107/2007
PB	605387- INTERIORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	010/2007
PE	375317 - QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DETENTOS	026/1999
PE	466821 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PARATIBE	066/2002
PE	455144 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES - ARCOVERDE	023/2002
PI	396466 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE ESPERANTINA	065/2000
PI	414217 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA	013/2001
PI	418346 - REFORMA DA CASA DE ALBERGADOS DE TERESINA	091/2001
PR	517625 - CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU	062/2004
PR	538439 - GRUPO DE APOIO ÀS AÇÕES PENITENCIÁRIAS	014/2005
PR	577409 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS PRESOS DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS	072/2006
RJ	403743 - REFORMA DA PENITENCIÁRIA ALFREDO TRANJAN - BANGU II	106/2000
RJ	463993 - DIREITOS HUMANOS EM CENA	045/2002

UF	Convênio / Contrato Repasse / Termo de Parceria	Número Original
RJ	479551 - CONSTRUÇÃO DE CINTURÃO DE PROTEÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA MÁXIMA DE BANGU	001/2003
RN	577556 - ARCA DAS LETRAS	026/2006
RO	487565 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE MÉDIO PORTE	068/2003
RN	577458 - IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	056/2006
RR	426208 - AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO	199/2001
RR	427201 - CONSTRUÇÃO DE UM PRESÍDIO PROVISÓRIO FEMININO DA COMARCA DE BOA VISTA	208/2001
RR	465297 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	047/2002
RS	488164 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CAXIAS DO SUL	085/2003
SC	577396 - NOVOS HORIZONTES	030/2006
SE	335932 - CONCLUSÃO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA GRANDE ARACAJU	050/1997
SE	538449 - IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	022/2005
SP	425560 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	176/2001
SP	425562 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE MARABÁ PAULISTA	177/2001
SP	425566 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SUZANO	178/2001
SP	425571 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	179/2001
SP	425575 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAIUÁ	180/2001
SP	448262 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV/DIGITAL EM UNIDADES PRISIONAIS DO TIPO COMPACTA	003/2002
SP	448798 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE REGINÓPOLIS I E II - FEMININO	006/2002
SP	448799 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA VERTICAL DIADEMA	007/2002
SP	483461 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	025/2003
SP	483486 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE IRAPURU	026/2003
SP	483487 - CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE FLÓRIDA PAULISTA	027/2007
SP	483662 CONSTRUÇÃO DA ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE BAURU I E II	028/2003
SP	515516 - PROJETO CRE-SER II	056/2004
SP	564830 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO	002/2006
SP	574492 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E INTELIGÊNCIA DESTINADOS A SAP	004/2006
SP	577451 - CONCURSO DE PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA INTERNOS E APENADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL	073/2006
SP	598542 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE PRESOS PARA AS DIVERSAS UNIDADES PRISIONAIS DA SAP	012/2007

PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS							
UF	SIAFI	Convênio	Objeto	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
PA	539224	005/05	Cooperação dos Partícipes na Execução do Projeto "Recomeçar desinternação Progressiva"	86.609,00	001	25/1/2008	FINAL
ES	538535	004/05	Implantação e Implementação da Escola Penitenciária	63.973,92	002	23/1/2008	FINAL
AL	517501	032/04	Reeducando a arte.	133.658,83	003	19/5/2008	FINAL
AM	484659	036/03	Execução das obras de Construção da Penitenciária de Manaus	12.185.173,54	004	3/3/2008	FINAL
RS	488102	061/03	Execução das obras de ampliação do Presídio Central de Porto Alegre	4.289.414,67	005	6/2/2008	PARCIAL
RO	538436	011/05	Implantação da Escola de formação, qualificação e capacitação dos Servidores Penitenciários.	80.998,11	006	18/6/2008	FINAL
RO	517524	028/04	Projeto Curso de Pós-Graduação em Gestão Penitenciária	151.172,91	007	18/3/2008	FINAL
RS	487100	050/03	Execução do Projeto Individualização da Pena	154.359,92	008	26/3/2008	FINAL
CE	517591	048/04	Projeto Monitoramento e Estadualização de Penas Alternativas	149.600,00	009	3/4/2008	FINAL
PB	403769	112/00	Construção do Presídio Regional Padrão de Picuí/Catolé do Rocha	2.122.776,53	010	20/5/2008	FINAL
CE	485182	040/03	Qualificação Profissional e Preparação para o desenvolvimento do Preso no Sistema Penitenciário.	146.040,00	011	25/4/2008	FINAL
MG	457955	031/02	Construção da Penitenciária Regional de Formiga	3.177.205,80	012	13/5/2008	FINAL
DF	539242	027/05	Projeto Novo Sol -UCB	80.000,00	013	9/6/2008	FINAL
SP	514770	019/04	Execução das Obras de Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária Dr. Paulo Luciano de Campos	13.681.170,80	014	28/5/2008	FINAL
PB	413565	009/01	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - II	3.521.264,31	015	2/9/2008	FINAL
PE	480836	011/03	Reforma, Recuperação e Ampliação do Presídio Professor Aníbal Bruno.	2.382.197,08	016	5/6/2008	FINAL
PB	414365	022/01	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Patos- PB	1.945.190,01	017	10/6/2008	FINAL
PB	413563	008/01	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - I	3.660.554,96	018	25/8/2008	FINAL
RS	514580	021/04	Execução do Projeto Curso de Especialização em Gestão Penitenciária.	159.422,00	019	8/8/2008	FINAL
MS	404125	115/00	Construção do Presídio Federal Segurança Máxima de Dois Irmãos do Buriti	3.885.579,99	020	2/7/2008	FINAL
RN	577478	055/06	Projeto "Mente Livre: Yoga nas Prisões"	36.175,92	021	1/7/2008	FINAL

UF	SIAFI	Convênio	Objeto	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
PE	539221	025/05	Projeto Arca das Letras II	59.130,00	022	23/7/2008	FINAL
SP	485378	042/03	Aquisição e instalação de 24 aparelhos de Raio- X para unidades prisionais- SP.	2.505.897,24	023	8/7/2008	FINAL
PE	577513	008/06	Operacionalização da Vara de Execução de Penas Alternativas na Região Metropolitana do Recife	53.149,30	024	16/7/2008	FINAL
MA	577470	051/06	Projeto Arca das Letras	17.245,89	025	25/7/2008	FINAL
SP	538445	021/05	Projeto de Fomento à Aplicação de Penas e Medidas Alternativas	308.765,91	026	13/10/2008	FINAL
PB	538435	010/05	Execução do Projeto Implantação da Escola Penitenciária	74.322,00	027	15/10/2008	FINAL
MS	577355	021/06	Projeto de Aquisição de Veículos para Transporte de Presos do Sistema Penitenciário de MS	585.360,00	028	7/8/2008	FINAL
SE	483022	024/03	Execução das Obras de Construção da Penitenciária de São Cristóvão	4.490.228,19	029	9/12/2008	PARCIAL
MS	538438	012/05	Projeto de Implantação da Escola Penitenciária	86.322,69	030	26/12/2008	FINAL
RR	538566	015/05	Projeto Curso de Capacitação, Qualificação e Acompanhamento Psico-Social dos Servidores do Sistema Penitenciário no Estado de Roraima.	42.057,18	031	14/10/2008	FINAL
PA	602985	125/07	Projeto de Instalação de Gás Medicinal no Hospital Geral Penitenciário.	85.246,13	032	15/10/2008	FINAL
BA	594554	020/07	Aquisição de Veículos para a Modernização de Frota do Sistema Penitenciário do Estado.	1.177.200,00	033	5/11/2008	FINAL
BA	594490	009/07	Implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Feira de Santana	34.425,00	034	12/11/2008	FINAL
PI	577444	059/06	Projeto Educar: Educação em Direitos Humanos e Serviços Penais na Escola Penitenciária	39.285,00	035	24/11/2008	FINAL
RS	600261	077/07	Projeto:Qualificação e Treinamento da Mão de Obra do egresso na área de Construção Civil	40.065,72	036	18/11/2008	FINAL
MA	577436	019/06	Projeto:Libertas do outro lado do muro	19.683,00	037	28/11/2008	FINAL
RS	538442	016/05	Projeto Observatório em Direitos Humanos	109.915,00	038	15/12/2008	FINAL
AC	539248	029/05	Projeto de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas	91.582,47	039	29/12/2008	FINAL

PRESTAÇÕES DE CONTAS A APROVAR						
UF	Convênio/ Contrato Repasse/ Termo de Parceria	Número Original	Fim da Vigência	Início da Vigência	Valor a aprovar	Análise Financeira
PE	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PARATIBE	066/2002	23/NOV/2007	23/OUT/2002	1.696.520,32	Ofício solicitando devolução de recursos até 28/2/2009 sendo expedido
MT	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	017/2005	27/NOV/2007	27/DEZ/2005	85.306,51	Analísado financeiramente
PR	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU	062/2004	28/FEV/2008	23/DEZ/2004	95.108,86	Concluindo análise financeira
PR	GRUPO DE APOIO ÀS AÇÕES PENITENCIÁRIAS	014/2005	24/FEV/2008	27/DEZ/2005	91.814,40	Ofício concedendo últimos 30 dias para regularização sendo expedido
AM	REALIZAÇÃO DO IV CONEPA	002/2008	16/SET/2008	16/ABR/2008	200.000,00	PC FINAL CHEGOU em 18/11/2008
SP	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SÃO BERNANDO DO CAMPO	179/2001	15/MAR/2008	23/NOV/2001	5.486.226,17	Analísado financeiramente
RN	ARCA DAS LETRAS	026/2006	22/MAI/2008	22/DEZ/2006	23.400,00	Ofício concedendo últimos 30 dias para regularização sendo expedido
SC	NOVOS HORIZONTES	030/2006	5/AGO/2008	22/DEZ/2006	200.000,00	Ofício 194-DEPEN, de 22/1/2009 solicita regularização até 16/2/2009
RN	IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA PENITENCIÁRIA	056/2006	24/AGO/2008	22/DEZ/2006	134.073,41	Em análise
PB	605387 INTERIORIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	010/2007	30/SET/2008	31/DEZ/2007	57500,00	Em análise
AC	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A FORMAÇÃO DE GESTORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	139/2007	30/10/2008	31/12/2007	341.331,19	Em análise
CE	BRINQUEDOTECA - A ARTE DE BRINCAR	020/2006	22/OUT/2007	22/DEZ/2006	49.294,20	Concluindo informação contendo diligências
SP	CONSTRUÇÃO DA ALA DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA DE BAURU I E II	028/2003	16/DEZ/2007	6/OUT/2003	530.273,75	Analísado financeiramente
MS	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE PANIFICAÇÃO EM ESTABELECIMENTOS PENAIAS	024/2005	27/DEZ/2007	27/DEZ/2005	84.187,50	Ofício diligenciando sendo expedido
SE	IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	022/2005	26/JUN/2008	26/DEZ/2005	84.014,16	Em análise
CE	ARCA DAS LETRAS	013/2006	28/AGO/2008	22/DEZ/2006	30.000,00	Ofício concedendo últimos 30 dias para regularização sendo expedido
MA	Educação profissional	046/2006	28/SET/2008	22/DEZ/2006	58.111,61	Solicitada inscrição em inadimplência efetiva pela não devolução do recurso
ES	INSTALAÇÃO DA VARA DE PENAS ALTERNATIVAS	028/2005	27/OUT/2007	27/DEZ/2005	327.064,67	Concluindo informação contendo diligências
DF	FORMAÇÃO DE AGENTES PENITENCIÁRIOS EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	069/2006	31/DEZ/2007	22/DEZ/2006	29.820,00	concluindo informação contendo diligências
PR	ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS PRESOS DA PENITENCIÁRIA FEDERAL DE CATANDUVAS	072/2006	22/DEZ/2006	22/DEZ/2007	304.175,95	Concluindo informação contendo diligências

UF	Convênio/ Contrato Repasse/ Termo de Parceria	Número Original	Fim da Vigência	Início da Vigência	Valor a aprovar	Análise Financeira
SP	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CAIUÁ	180/2001	16/JUN/2008	29/NOV/2001	5.896.284,56	Em análise
PA	APOIO TECNOLÓGICO NA GESTÃO DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS	107/2007	18/DEZ/2007	18/SET/2008	90.267,30	Ofício 230-DEPEN, de 23/1/2009 solicita regularização até 16/2/2009
PE	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO ADVOGADO BRITO ALVES - ARCOVERDE	023/2002	25/MAR/2007	25/JUN/2002	1.436.663,02	Concluindo parecer de aprovação
RS	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE CAXIAS DO SUL	085/2003	31/MAR/2008	19/DEZ/2003	3.084.414,91	Ofício 144-DEPEN, de 16/1/2009 solicita regularização até 5/2/2009
SP	CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE MARABÁ PAULISTA	177/2001	29/ABR/2008	29/NOV/2001	5.983.609,98	Analizado financeiramente
SP	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA NAS UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO	002/2006	30/JUN/2008	10/AGO/2006	44.733.105,56	Analizado financeiramente
RN	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	009/2006	15/JUL/2008	22/DEZ/2006	145.750,00	Em análise
PA	PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	039/2006	25/JUN/2008	22/DEZ/2006	310.115,00	Ofício concedendo últimos 30 dias para regularização sendo expedido
SP	CONCURSO DE PRODUÇÃO LITERÁRIA PARA INTERNOS E APENADOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL	073/2006	7/MAI/2008	22/DEZ/2006	73.765,26	Ofício 172-DEPEN, de 21/1/2009, solicita regularização até 26/2/2009
SP	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E INTELIGÊNCIA DESTINADOS A SAP	004/2006	15/SET/2008	28/NOV/2006	5.114.728,75	Analizado financeiramente
AC	FOMENTO AO NÚCLEO DE EXECUÇÃO DE P.ALTERNATIVAS - CRUZEIRO DO SUL	006/2006	14/OUT/2008	22/DEZ/2006	30.879,00	Ofício diligenciando sendo expedido
MT	TREINAMENTO BÁSICO PARA DOCENTES	044/2006	24/10/2008	22/12/2006	18.013,41	Ofício 163-DEPEN, de 19/1/2009 solicita regularização em 15 dias do AR
PB	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	009/2005	10/11/2008	27/12/2005	55.520,00	Em análise
SP	AGILIDADE E PRECISÃO: MODERNIZAÇÃO DA OUVIDORIA DA SAP	131/2007	30/11/2008	31/12/2007	13.261,23	Ofício 296-DEPEN, de 29/1/2009 solicita regularização até 20/2/2009
SP	AS FUNÇÕES DAS COMISSÕES TÉCNICAS DE CLASSIFICAÇÃO	082/2007	21/12/2008	21/12/2007	129.442,20	Em análise
MT	IMPLANTAÇÃO DE 3 FÁBRICAS DE ARTEFATOS DE CONCRETO PRÉ-MOLDADOS	034/2006	2/12/2008	22/12/2006	59.089,50	PC final chegou em 11/2/2009
MT	FÁBRICA DE SANEANTES	048/2006	3/12/2008	22/12/2006	153.344,00	PC final chegou em 11/2/2009
MG	APARELHAMENTO DA OUVIDORIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO	127/2007	31/12/2008	21/12/2007	49.600,00	PC final chegou em 11/2/2009
GO	CONSTRUÇÃO DA CADEIA PÚBLICA DE JUSSARA	064/97	20/AGO/1999	23/DEZ/1997	60.000,00	TCE - TCU

17.4. INADIMPLÊNCIA SUSPensa E EFETIVA

INADIMPLÊNCIA SUSPensa					
Processos em Prestação de Contas					
Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA VERTICAL DIADEMA	SP	007/2002	Governo do Estado	Em processo de prestação de contas	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE REGINÓPOLIS I E II - FEMININO	SP	006/202	Governo do Estado	Em processo de prestação de contas	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SP	176/2001	Governo do Estado	Em processo de PC	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA HORIZONTAL DE SUZANO	SP	178/2001	Governo do Estado	Em processo de PC	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE TUPI PAULISTA	SP	025/2003	Governo do Estado	Em processo de PC	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE IRAPURU	SP	026/2003	Governo do Estado	Em processo de PC	Aguardando resultado do reexame
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA COMPACTA DE FLÓRIDA PAULISTA	SP	027/2003	Governo do Estado	Em processo de PC	Aguardando resultado do reexame
Processos em Tomada de Contas Especial					
Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE	RS	019/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Instruir processo de TCE
AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE CFTV/DIGITAL EM UNIDADES PRISIONAIS DO TIPO COMPACTA	SP	003/2002	Governo do Estado	Em processo de PC	Instruir processo de TCE
REFORMA E AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO PENAL PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO	RJ	190/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Instruir processo de TCE
MUTIRÃO NA EXECUÇÃO PENAL	RJ	065/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Instruir processo de TCE
AQUISIÇÃO DE BLOQUEADORES DE TELEFONIA CELULAR NAS PENITENCIÁRIAS DO COMPLEXO DE BANGU	RJ	080/2002	Governo do Estado	Em processo de TCE	Instruir processo de TCE
CONCLUSÃO DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DA GRANDE ARACAJU	SE	050/1997	Governo do Estado	Em processo de TCE	Processo sendo reexaminado
CONSTRUÇÃO DE GALPÃO INDUSTRIAL E SUBESTAÇÃO NA PENITENCIÁRIA VIEIRA FERREIRA NETO	RJ	126/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Estado enviou comprovante de devolução em 2/10/2007

Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
REFORMA DA PENITENCIÁRIA LEMOS BRITO	RJ	195/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Instruir processo de TCE
REFORMA DA COZINHA NA PENITENCIÁRIA LEMOS DE BRITO	RJ	110/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Devolvido da CCONT
REFORMA DA COZINHA NA PENITENCIÁRIA ESMERALDINO BANDEIRA	RJ	107/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Devolvido da CCONT em 9/8/2007
REFORMA DA PENITENCIÁRIA TALAVERA BRUCE	RJ	189/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Devolvido da CCONT em 21/8/2007
REFORMA E RECUPERAÇÃO DA COZINHA DO PRESÍDIO PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO	RJ	109/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Devolvido da CCONT em 20/7/2007
REFORMA E RECUPERAÇÃO DA COZINHA DA CASA DE CUSTÓDIA MILTON DIAS MOREIRA	RJ	108/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Notificação respondida em 8/11/2007
AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA DE MONTE CRISTO	RR	199/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Concluindo relatório para envio a CCONT
CONSTRUÇÃO DE UM PRESÍDIO PROVISÓRIO FEMININO DA COMARCA DE BOA VISTA	RR	208/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	enviado para CCONT em 3/2/2009
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO E ACOMPANHAMENTO AS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	RR	047/2002	Governo do Estado	Em processo de TCE	enviado para CCONT em 30/1/2009
CONSTRUÇÃO DE CINTURÃO DE PROTEÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA MÁXIMA DE BANGU	RJ	001/2003	Governo do Estado	Em processo de TCE	enviado a CCONT em 31/12/2008
REFORMA DA PENITENCIÁRIA ALFREDO TRANJAN - BANGU II	RJ	106/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	enviado a CCONT em 18/12/2008
REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE TERESINA	PI	013/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Enviado à CCONT em 1/7/2008
REFORMA DA CASA DE ALBERGADOS DE TERESINA	PI	091/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Enviado à CCONT em 1/7/2008. Devolvido da CCONT a pedido, para exame dos novos docs enviados
INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE APOIO E ACOMPANHAMENTO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	RR	146/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Enviado processo à CCONT em 25/6/2008
QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES DETENTOS	PE	026/1999	Governo do Estado	TCE Simplificada	Já lançada na PC do DEPEN
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE GUAJARÁ-MIRIM	RO	056/1997	Governo do Estado	Em processo de TCE	Está na CGU desde 7/3/2003

Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
CONSTRUÇÃO DA CASA DE DETENÇÃO DE PORTO VELHO	RO	053/1997	Governo do Estado	Em processo de TCE	Está na CGU desde 19/11/2002
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA DE GUAJARÁ-MIRIM	RO	045/1998	Governo do Estado	Em processo de TCE	Está na CGU desde 7/3/2003
CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE TERESINA	PI	007/2000	Governo do Estado	Em processo de TCE	Está no TCU
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO PARA REEDUCANDOS EM CUIABÁ	MT	221/2001	Governo do Estado	Em processo de TCE	Está no TCU

INADIMPLÊNCIA EFETIVA					
Processos em Prestação de Contas					
Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
CENTRAL DE APOIO E ACOMPANHAMENTO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS	AL	008/2004	Tribunal de Justiça	Enviado para CCONT em 7/10/2008 para manifestação acerca da licitação. Devolvido para providências.	Concluindo parecer de aprovação
PROJETO LEVANTAMENTO NACIONAL SOBRE APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS	SP	039/2004	ILANUD	enviado à CGPMA em 31/7/2008 para manifestação	Elaborando informação c/ pendências financeiras sem a conclusão da análise técnica
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PRISIONAL	BA	059/2004	UNEB	Ofício 4052-DEPEN, de 25/11/2008 solicita regularização até 21/12/2008	iniciar procedimento de TCE.
Processos em Tomada de Contas Especial					
Siafi/Projeto	UF	Número Original	Conveniente	Estágio	Situação
MÃOS LIVRES	CE	052/2004	Instituto de Grande Reintegração do Afeto Universal	Em processo de TCE	elaborar parecer de não aprovação e instruir processo de TCE
RECOMEÇO	MG	044/2004	APAC	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
CAPACITAÇÃO DE REPRESENTANTES TÉCNICOS DE TRATAMENTO	RJ	001/2005	Centro para Inovação e Competitividade	Em processo de TCE	elaborar parecer de não aprovação e instruir processo de TCE
DIREITOS HUMANOS EM CENA 3	SP	022/2004	People's Palace Projects	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
UNIDOS PELA LIBERDADE	DF	053/2004	GCEP	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
ARTE & VIDA	ES	054/2004	FEAD	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
PROJETO PÉ NA ESTRADA	DF	014/2004	Catatau	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
PROJETO CRE-SER II	SP	056/2004	Associação de Apoio ao Equilíbrio Bio Psico Social e Trancendental Humano	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
CRE-SER - BUSCA DO EQUILÍBRIO	SP	033/2003	Associação de Apoio ao Equilíbrio Bio Psico Social Trancendental Humano	Em processo de TCE	instruir processo de TCE
DIREITOS HUMANOS EM CENA	RJ	045/2002	CTO	Em processo de TCE	Enviada consulta à CGU para verificar se aceita ou não as justificativas apresentadas

17.5. CONTRATOS 2008 – SERVIÇOS CONTINUADOS

DISPENSAS								
Contrato	Processo	Objeto	Contratada Razão Social	CNPJ	Vigência		Valor Total	
					Início	Fim		
10/2008	08016.000432/2008-19	Contratação emergencial de limpeza e conservação para a PFCAT	Contrat-Administração Empresarial Ltda.	05.607.412/0001-08	26-mar-08	25-set-08	359.516,04	
22/2008	08016.005382/2008-66	Fornecimento de combustíveis de forma parcelada emergencial PFCAT	Laurindo & Ribeiro Fábio LTDA	07.865.914/0001-64	15-ago-08	11-fev-09	33.142,96	
009/2008	08016.000062/2008-10	Contratação emergencial de limpeza e conservação para a PFCG	Contrat-Administração Empresarial Ltda.	05.607.412/0001-08	4-mar-08	3-set-08	333.969,84	
20/2008	08016.005383/2008-19	Fornecimento de combustíveis de forma parcelada emergencial PFCG	Comercio de Combustíveis Norbeoil Ltda	74.129.719/0001-63	21-ago-08	20-fev-09	95.646,41	
16/2007	08016.007292/2006-48	Fornecimento de energia Elétrica PFCG.	ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul.	15.413.826/0001-50	25-jul-07	24-jul-08	24-jul-09	334.082,25
11/2008	08016.008678/2007-58	Fornecimento de energia elétrica - Catanduvas/PR.	COPEL Distribuição S/A	04.368.898/0001-06	30-abr-08	29-abr-09	360.000,00	
014/2006	08016.004429/2006-11	Fornecimento de água PFCAT.	Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR	76.484.013/0001-45	13-dez-06	12-dez-07	11-dez-09	142.905,00
08/2008	08016.007652/2007-92	Fornecimento de energia elétrica PFRN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	08.324.196/0001-81	29-abr-08	28-abr-09	300.000,00	
21/2008	08016.002763/2008-93	Fornecimento de energia elétrica PFRO.	Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON	05.914.650/0001-66	10-nov-08	9-nov-09	300.000,00	
27/2008	08016.001868/2008-25	Combustíveis para atender as Penitenciárias Federais do DEPEN.	Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios Ltda - EMBRATEC	03.506.307/0001-57	20-out-08	19-out-09	445.880,00	
18/2008	08016.003897/2008-21	Contratação de serviços postais e telemáticos para as Penitenciárias Federais e DEPEN.	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	34.028.316/0007-07	3-jul-08	2-jul-09	600.000,00	

PREGÕES								
Contrato	Processo	Objeto	Contratada Razão Social	CNPJ	Vigência			Valor Total
					Início		Fim	
009/2007	08016.005593/2006-37	Telefonia local, nacional e internacional Campo Grande/MS.	Brasil Telecom S/A	76.535.764/0001-43	30-mai-07	29-mai-08	28-mai-09	324.630,00
007/2007			Embratel S/A	33.530.486/0001-29	5-abr-07	4-abr-08	3-abr-09	193.000,00
33/2007	08016.006785/2006-61	Contratação de serviços de apoio administrativo Campo-Grande/ MS.	Techno Service Cessão de mão-de-obra Ltda ME.	04.463.950/0001-03	29-jan-08	28-jan-09	N/T	894.299,00
34/2007			Liderança Limpeza e Conservação Ltda	00.482.840/0001-38	19-dez-07	18-dez-08	18-dez-09	194.550,72
04/2006	08016.002925/2006-21	Prestação de Serviços de telefonia local, nacional e internacional p/ Catanduvas/PR.	Brasil Telecom S/A	76.535.764/0001-43	30-ago-06	29-ago-07	28-ago-09	377.400,00
03/2006			Embratel S/A	33.530.486/0001-29	6-set-06	5-set-07	4-set-09	11.228,00
121/2006	08016.001779/2006-17	Contratação de Serviços de Lavanderia PFCAT	Empresa Teleken & Tamoio LTDA-ME	07.156.593/0001-29	4-set-06	3-set-07	2-set-09	148.952,64
036/2007	08016.006784/2006-16	Contratação de serviços de apoio administrativo Catanduvas/PR.	Nacional Empreendimen to e Serviços Administrativos Ltda.	05.552.685/0001-00	18-dez-07	17-dez-08	16-dez-09	826.109,04
25/2008	08016.006867/2007-96	Serviços continuados de limpeza Campo Grande MS.	Contrat- Administração Empresarial Ltda.	05.607.412/0001-08	1-out-08		30-set-09	483.300,00
33/2008	08016.002615/2008-79	Fornecimento de refeições para os presos reclusos na PFCG.	Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.	96.216.429/0001-90	30-dez-08		29-dez-09	1.208.000,00
26/2008	08016.006869/2007-85	Serviços de limpeza e conservação das instalações da PFCAT	Contrat- Administração Empresarial Ltda.	05.607.412/0001-08	10-out-08		9-out-09	469.732,80
16/2008	08016.009505/2007-57	Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível para a PFRN	JP Distribuidora de gás Ltda	04.899.438/0001-04	26-jun-08		25-jun-09	27.799,56
17/2008			JVC Comercial Ltda	35.298.330/0004-32	26-jun-08		31-dez-08	25.302,71
011/2009	08016.002606/2008-88	Fornecimento de refeições para os presos reclusos na PFPR.	Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.	96.216.429/0001-90	20-jan-09		19-jan-10	946.000,00

17.6. AQUISIÇÕES EM 2008: DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES, PREGÕES E ADESÕES

PREGÕES							
Contrato	Processo	Objeto	Contratada Razão Social	CNPJ	Vigência		Valor Total
					Início	Fim	
05/2008	08016.008984/ 2007-94	Aquisição de Microcomputadores de Mesa	LTA-RH Informática Ltda	94.316.916/0003-60	14-jan-08	14-abr-08	1.168.460,00
42/2007	08016.002719/ 2007-01	Aquisição de Impressora tipo Plotter	Hewlett Packard do Brasil	61.797.924/0007-40	15-fev-08	1-mar-08	22.860,00
01/2008	08016.004396/ 2007-81	Aquisição de carros coletores.	Sebastião Soares de Sousa ME.	33.467.853/0001-97	29-fev-08	31-dez-08	2.005,60
02/2008			Ecoplast Comercial Ltda - ME	03.851.944/0002-41	14-jan-08	31-dez-08	14.881,50
003/2008			Vetta Comércio de Equipamentos Ltda.	08.017.578/0001-62	15-jan-08	31-dez-08	15.259,72
04/2008	08016.003861/ 2007-6	Aquisição de Autoclaves verticais para as Penitenciárias do DEPEN.	Odontoshop Equipamentos Médico-Odontológicos-Ltda.	06.074.626/0001-29	16-jan-08	31-dez-08	36.000,00
35/2007	08016.001851/ 2007-97	Aquisição de Fragmentadoras, Pendrives e Leitores de Cartões Digitais.	VVR do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.090.670/0001-05	19-dez-07	31-dez-07	14.650,00
39/2007			Amluz Comercial Ltda-ME	03.554.518/0001-65	24-jan-08	31-dez-08	450,00
43/2007			Informatic Comércio e Representação Ltda	03.596.103/0001-54	24-jan-08	31-dez-08	1.381,00
07/2008	08016.001591/ 2007-50	Aquisição de aparelhos de fax	CGF-Comércio de Produtos de Informática, escritório e serviços Ltda.	01.251.189/0001-58	30-jan-08	31-dez-08	10.850,00
12/2008	08016.007649/ 2007-79	Aquisição de carteiras e cadeiras escolares e cadeiras executivas universitárias para Penitenciárias Federais em Catanduvas, Campo Grande, Mossoró e Porto Velho	Unimóveis Indústria e Comércio de Móveis Escolares LTDA	07.189.487/0001-41	9-jun-08	31-dez-08	21.600,00
13/2008			Center Norte Ltda	04.424.491/0001-59	26-jun-08	31-dez-08	14.824,80

14/2008			Metalpires Indústria e Comércio Ltda	69.665.389/0001-00	27-jun-08	31-dez-08	8.866,20
40/2007	08016.007687/2007-21	Aquisição de Pneus para veículos das Penitenciárias de MS, PR e sede do DEPEN.	LAGB A cessórios e Peças Ltda.	02.678.428/0001-13	27-fev-08	26-fev-09	7.648,00
46/2007	08016.001766/2006-48	Aquisição de Respirador e Filtros Purificadores de ar.	Drager Safety do Brasil Equipamentos de Segurança Ltda.	07.857.433/0001-07	12-mar-08	11-mar-09	47.212,50
23/2008	08016.005086/2007-84	Aquisição de próteses odontológicas MS.	Hipercom Ltda EPP	00.138.797/0001-98	29-set-08	28-set-09	18.650,00
24/2008	08016.003923/2008-11	Contratação de Serviços destinados ao fornecimento de medicamentos - PFCAT	Lacerdafarma Comércio de Medicamentos Ltda.	08.881.956/0001-51	13-out-08	12-out-09	286.360,00
28/2008	08016.003924/2008-66	Contratação de Serviços destinados ao fornecimento de medicamentos - PFCG	Equilibra Manipulação e Homeopatia Ltda - ME	07.195.938/0001-53	14-nov-08	13-nov-09	380.000,00
Nº Pregão	NE	Nº Processo	Objeto	Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor Total
SRP PE 131/2007	2008NE900069	08016.005782/2007-91	Aquisição de coturnos e demais acessórios	Liex Rio Indústria e Comércio Ltda	40.274.268/0001-36	ARP válida até 13/03/2009	189.856,80
	2008NE900068			Rosane Vieira de Bastos	04.795.223/0001-43		
	2008NE900065			Lonaplas Indústria e Comércio Ltda	00.187.103/0001-02		
	2008NE900066			Tuiuti L J Soares & Cia Ltda	01.564.115/0001-71		
	2008NE900067			SRV Comércio e Confecções de Roupas Ltda ME	03.581.973/0001-22		
SRP PE 01/2008	2008NE900104	08016.005085/2007-30	Aquisição de forno microondas, fogões a gás e refrigeradores	Moon Sea Comercial Ltda-ME	03.763.569/0001-05	ARP válida até 14/04/2009	15.255,92
	2008NE900105			Lobato's Comércio de Utilidades On Line Ltda-ME	08.961.895/0001-32		
	2008NE900104			Moon Sea Comercial Ltda-ME	03.763.569/0001-05		
	2008NE900106			Master Sol Comércio Eletroeletrônico Ltda-EPP	63.532.411/0001-30		
SRP PE 02/2008	2008NE900163	08016.000541/2007-55	Aquisição de aparelhos de TV e DVD	Moon Sea Comercial Ltda-ME	03.763.569/0001-05	ARP válida até 13/04/2009	15.811,60
SRP PE 03/2008	2008NE900113	08016.004373/2007-77	Aquisição de projetores e suportes de teto	Guimarães e Marques Suprimentos para Informática Ltda	02.282.922/0001-64	ARP válida até 13/04/2009	37.375,80
	2008NE900114						

	2008NE900115			Vitec Comércio, Manufaturas, Importação e Exportação de Produtos Audiovisuais Ltda - EPP	08.144.355/0001-66		
	2008NE900116						
SRP PE 06/2008	2008NE900060	08016.004746/2007-18	Aquisição de travesseiros	S.A. Comércio de Utilidades do lar Ltda-ME	06.945.835/0001-09	ARP válida até 12/03/2009	10.630,00
SRP PP 16/2008	2008NE900238	08016.008337/2008-82	Aquisição de equipamentos de segurança (Ação 13 - PRONASCI)	EBCO Systems Ltda	40.235.871/0001-09	ARP válida até 11/12/2009	13.777.300,00
ADESÕES							
Nº Pregão Órgão de Origem	NE	Nº Processo	Objeto	Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor Total
PE nº 132/2007 - TST	2008NE900172 2008NE900173	08016.002257/2008-02	Aquisição de microcomputadores	Itaotec S/A - Grupo Itaotec	54.526.082/0004-84	27/12/2008	3.082.110,00
DISPENSAS							
Contrato	Processo	Objeto	Contratada Razão Social	CNPJ	Vigência		Valor Total
					Início	Fim	
19/2008	08016.009578/2007-49	Prestação de serviços de recarga e substituição de componentes e peças danificadas de extintores de incendio existentes na PFCAT/PR	Extinvel Comércio de Extintores Cascavel LTDA	76.625.425/0001-58	3-set-08	31-dez-08	1.123,00
Dispensa	NE	Nº Processo	Objeto	Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor Total
01/2008	2008NE90002	08016.000475/2008-02	Aquisição de toner Laser JJET 2015dn	Maria Lúcia Nobrega Sampaio de Oliveira - ME (Resplendor)	05.078.146/0001-73	...	7.902,70
03/2008	2008NE900056	08016.000431/2008-74	Aquisição de medicamentos psicotrópicos	Medicor Produtos Médico Hospitalares Ltda	01.385.320/0001-70	...	7.090,00
05/2008	2008NE900073	08016.000526/2008-98	Aquisição de luvas de procedimento	Bueno & Michelino Ltda	02.581.922/0001-86	...	4.900,00
06/2008	2008NE900011	08016.007204/2008-70	Aquisição de capas plásticas para encadernação e pastas em "L"	Futura Comércio e Indústria de Artigos Escolares, Escritório e Informática Ltda EPP	09.517.379/0001-86	...	230,00
	2008NE900012			Papelaria Completa Ltda - ME	04.789.292/0001-44		
07/2008	2008NE900013	08016.006479/2008-96	Aquisição de capa para processo em PVC cristal	Stiloplast Indústria e Comércio Ltda	00.455.659/0001-32	...	3.800,00
08/2008	2008NE900071	08016.001694/2008-09	Aquisição de software Corel Draw X3	Hora H Treinamento e Informática Ltda	37.090.800/0001-50	...	1.000,00
09/2008	2008NE900085	08016.002230/2008-10	Aquisição de adesivos imantados	Stamplacar Comércio de Placas Ltda ME	72.607.625/0001-27	...	1.748,40
10/2008	2008NE900097	08016.000379/2008-56	Aquisição de megafone	Di Som Produtos Eletrônicos Indústria e Comércio Ltda (CKF)	62.210.984/0001-92	...	3.904,00

11/2008	2008NE900117	08016.002623/2008-15	Aquisição de alvos, suporte de papelão e outros	LCL Comércio de Alvos Ltda EPP	01.089.802/0001-82	...	2.173,00
	2008NE900118			New Sol Comércio de Materiais de Construção Ltda ME	05.365.108/0001-00		
	2008NE900119			Office Mix Atacadista Ltda	05.104.516/0001-08		
12/2008	2008NE900181	08016.008028/2007-11	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores	Chamasul Extintores Ltda ME	37.571.551/0001-15	...	1.461,00
13/2008	2008NE900156	08016.008783/2007-97	Aquisição de materiais de entretenimento (dama e dominó)	Exclusiva Gráfica Papelaria e Informática Ltda	00.846.864/0001-29	...	2.000,00
22/2008	2008NE900203	08016.004507/2008-31	Aquisição de canetas	Josihel de Andrade Silva Júnior	07.043.800/0001-39	...	7.322,50
25/2008	2008NE900269	08016.006342/2008-31	Manutenção e correção dos veículos do DEPEN	Smaff Automóveis Ltda	00.394.494/0008-32	...	224,03
29/2008	2008NE900315	08016.007647/2008-61	Aquisição de luvas de procedimento	Casa Hospitalar Ltda	05.323.733/0002-61	...	7.897,92
Cotação Eletrônica	NE	Nº Processo	Objeto	Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor Total
20/2008	2008NE900204	08016.003187/2008-00	Aquisição de lâmpadas de vapores metálico	Direta Distribuidora Ltda	03.094.213/0001-18	...	6.260,00
INEXIGIBILIDADES							
INEXIGIBILIDADE	NE	Nº Processo	Objeto	Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor Total
02/2008	2008NE900033	08016.001305/2008-37	Pagamento de taxas de seguro obrigatório, de emplacamento e lacração relativos a 4 motocicletas	Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul	01.560.929/0001-38	...	1.214,76
03/2008	2008NE900050	08016.001378/2008-29	Pagamento licenciamento 2008 Blazer Placa HSH 0702	Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul	01.560.929/0001-38	...	84,55
04/2008	2008NE900063	08016.001844/2008-76	Pagamento licenciamento e seguro obrigatório 2008 Blazer e Sprinter	Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul	01.560.929/0001-38	...	178,34
05/2008	2008NE900084	08016.000693/2008-39	Pagamento licenciamento, Seguro Obrigatório e emplacamento Furgão	Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul	01.560.929/0001-38	...	127,63
07/2008	2008NE900225	08016.003597/2008-42	Pagamento de licenciamento anual e seguro obrigatório	Departamento Estadual de Trânsito	08.285.769/0001-05	...	332,38
	2008NE900224			Departamento de Trânsito do Distrito Federal	00.475.855/0001-79	...	422,75
08/2008	2008NE900250	08016.006254/2008-30	Licenciamento anual e seguro obrigatório da Blazer Advantage, placa HSH 0699	Departamento Estadual de Trânsito do Mato Grosso do Sul	01.560.929/0001-38	...	84,55

26/2008	2008NE900243	08016.007573/2008-62	Aquisição de 6 (seis) unidades de scanner de corpo, modelo BS 16HR-DV, para as Secretarias responsáveis pela administração das Penitenciárias Estaduais	EBCO SYSTEMS LTDA	40.235.871/0001-09	...	3.844.800,00
	2008NE900244						

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS
(NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE JURISDICIONADA)

Considerações Finais

O presente “Relatório de Gestão 2008” é parte integrante do Processo de Tomada de Contas do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, tendo sido elaborado em conformidade com o disposto nas Decisões Normativas TCU nº 93 e 94, de 03 de dezembro de 2008, Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008 e Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 31 de março de 2009

AIRTON ALOÍSIO MICHELS

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL